

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DANIEL HENRIQUE NOGUEIRA COSTA

**SERRA DE SANTA HELENA EM SETE LAGOAS: UMA ANÁLISE DA
ATIVIDADE TURÍSTICA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.**

2009

DANIEL HENRIQUE NOGUEIRA COSTA

**SERRA DE SANTA HELENA EM SETE LAGOAS: UMA ANÁLISE DA
ATIVIDADE TURÍSTICA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências da
disciplina GEO 481: Monografia e
Seminário, para obtenção do título
de Bacharel em Geografia.

Orientador: André L.L. Faria

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DANIEL HENRIQUE NOGUEIRA COSTA

SERRA DE SANTA HELENA EM SETE LAGOAS: UMA ANÁLISE DA
ATIVIDADE TURÍSTICA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora:

Professor: André L.L. Faria

Professor: Leonardo Civale

Professor: Rafael Ávila Rodrigues

*À memória dos meus pais,
com todo o apreço,
carinho e amor.*

Agradeço

Ao meu Professor e Orientador André L.L. Faria, que forneceu parte de seu conhecimento e de seu tempo para me auxiliar na concretização deste trabalho.

Aos colegas de curso da Universidade Federal de Viçosa, pelo apoio e ajuda durante toda a graduação.

À minha namorada Lidiane, pelos incontáveis momentos de ajuda e principalmente de paciência, amor e carinho.

Aos funcionários da ADESA, em especial ao Silvio, cuja ajuda fora essencial.

Ao amigo e piloto de parapente, Gláucio Oliveira pelos vôos e fotografias.

À todos os meus amigos, pelo incentivo e compreensão da minha ausência.

“Estamos todos neste planeta, por assim dizer, como turistas. Nenhum de nós pode morar aqui para sempre. O maior tempo que podemos ficar são aproximadamente cem anos. Sendo assim, enquanto estamos aqui, deveríamos procurar ter um bom coração e fazer de nossas vidas algo de positivo e útil. Quer vivamos poucos anos ou um século inteiro, seria lamentável e triste passar este tempo agravando os problemas que afligem as outras pessoas, os animais e o ambiente.”

Dalai - Lama

RESUMO

Esta pesquisa foca-se na reflexão sobre as transformações espaciais promovidas pela atividade turística na Área de Preservação Ambiental da Serra de Santa Helena, localizada no município de Sete Lagoas (MG) e seus impactos socioambientais. O presente estudo enfatiza a necessidade e a importância de se adotar uma visão crítica perante tal atividade, uma vez que, a mesma se mostra capaz de impactar as mais diversas esferas do espaço geográfico, desde o âmbito ambiental ao socioeconômico. Sendo assim, foi produzido um estudo de caso da referida localidade. Onde foram realizadas nove visitas de campo para a obtenção empírica de dados e para a análise crítica das ocorrências vigentes. Estas visitas foram acompanhadas pela aplicação de questionários e entrevistas designadas aos atores turísticos locais, elucidando assim, os impactos ocasionados pela implementação da infra-estrutura turística e o perfil dos indivíduos que movimentam a cena turística na localidade. Tal pesquisa possibilitou a análise das suas múltiplas implicações perante estes atores e o meio físico. Uma vez aplicada tal metodologia, revelou-se o despreparo do local para o desenvolvimento da atividade em bases sustentáveis e como a falta de planejamento e o descaso político podem levar a atividade a impactar o meio em que a mesma está sendo inserida.

Palavras-chave: Turismo; Impactos socioambientais, Turismo Sustentável.

ABSTRACT

This scientific research is focused on a reflection about the space changes promoted by the tourist activity on the *Serra de Santa Helena* Environmental Protection Area, located at Sete Lagoas (MG) and those socioenvironmental impacts. The present study emphasize the need and the importance of adopting a critical vision about that activity, by the fact that, it shown be able to impact the most diverse spheres of the geographic space, throughout the environmental one until the socioeconomic aspects. By this way, a study of case based on this locality has been produced. Where were made nine technical visits to obtain empirical data and to made a critical analyze of the occurred facts. These visits were followed by the application of questionnaires and formal interviews designated to the local tourism actors, elucidating therefore, the impacts caused by the implementation of tourist infrastructure and the profile of people that move the tourist scene in the locality. This survey enabled the analyze of multiple implications at these actors and at the physical environment. Once applied this methodology, was revealed the unpreparedness of the place for the development of tourism on a sustainable basis and how the lack of planning and political carelessness can lead the activity to impact the environment where it has been inserted.

Keywords: Tourism, Socioenviromental Impacts, Sustainable tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização de Sete Lagoas.....	31
Figura 2. Crescimento da Malha Urbana de Sete Lagoas em 1948 e 2007.....	36
Figura 3. Zonas de Manejo da APA Serra de Santa Helena.....	40
Figura 4. Localização do Parque da Cascata.....	42
Figura 5. Zoneamento da Rede Hidrográfica - APA Serra de Santa Helena	44
Figura 6. Mapa Geológico de Sete Lagoas e Região no Carste São Francisco.....	45
Figura 7. Afloramento de Rochas Calcáreas no interior da APA Serra de Santa Helena.....	46
Figura 8. Perfil Geológico do Município de Sete Lagoas.....	47
Figura 9. Transição entre Cerrado e Mata Atlântica na Serra de Santa Helena.....	51
Figura 10. Espécie de Pequizeiro na APA Serra de Sta. Helena em Sete Lagoas.....	51
Figura 11. Fragmentos de Floresta Estacional Semi-Decidual na APA Serra de Santa Helena e desenvolvimento de atividade ecoturística ligada ao Parapente.....	55
Figura 12. Entrevista realizada com visitantes do Complexo Turístico da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas.....	56
Figura 13. Antenas de Telecomunicação na APA Serra de Sta. Helena	59
Figura 14. Antenas de Telecomunicação na APA Serra de Sta. Helena.....	59
Figura 15. Capela de Sta. Helena – Vista Frontal.....	59
Figura 16. Capela de Sta. Helena – Vista Panorâmica	59
Figura 17. Estrada de Acesso ao Complexo Turístico Serra de Sta. Helena em sua construção (1962).....	60
Figura 18. Estrada de Acesso ao Complexo Turístico Serra de Sta. Helena em sobrevoô de Parapente (2009).....	60
Figura 19. Processos Erosivos do Solo na APA de Sta. Helena.....	61
Figura 20. Processos Erosivos do Solo na APA de Sta. Helena.....	61
Figura 21. Guarita de Entrada do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	62

Figura 22. Lago do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	62
Figura 23. Playground da Área de Camping do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	62
Figura 24. Restaurante da Área de Camping do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	62
Figura 25. Trilha de Acesso à Cascata no Parque da Cascata.....	63
Figura 26. Vale da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	63
Figura 27. Trilha passando por processos erosivos no interior do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	63
Figura 28. Trilha passando por processos erosivos no interior do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	63
Figura 29. Placa de Sinalização da APA Serra de Santa Helena.....	64
Figura 30. Falta de Sinalização em trilha no interior do Parque da Cascata.....	64
Figura 31. Banheiro do Parque da Cascata depredado.....	64
Figura 32. Quiosque de Piaçava nas Proximidades da Mata no Parque da Cascata....	64
Figura 33. Caçamba de Lixo cheia de resíduos deixados durante a Festa de Santa Helena.....	69
Figura 34. Caçamba de Lixo cheia de resíduos deixados durante a Festa de Santa Helena.....	69
Figura 35. Caixas d'água depredadas pelo vandalismo dos visitantes no Parque da Cascata.....	69
Figura 36. Escritório depredado pelo vandalismo dos visitantes no Parque da Cascata.....	69
Figura 37. Animais pastando dentro da Área do Parque da Cascata.....	70
Figura 38. Aberturas de trilhas e “caminhos de boi” na APA Serra de Santa Helena.....	70
Figura 39. Casa de Final de Semana em Construção nos limites da APA.....	73
Figura 40. Pequena Propriedade Rural no interior da Serra de Santa Helena.....	73

Figura 41. Incêndio nas Dependências da APA Serra de Sta. Helena.....	74
Figura 42. Incêndio nas Dependências da APA Serra de Sta. Helena.....	74
Figura 43. Vista do Limite da APA com o Bairro JK em Sete Lagoas, MG.....	79
Figura 44. Poluição Hídrica no interior do Parque da Cascata.....	91
Figura 45. Poluição dos Solos no interior do Parque da Cascata.....	91
Figura 46. Vista da base da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas, MG.....	92
Figura 47. Vista do topo da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas, MG.....	92
Figura 48. Avenida Perimetral, Limites entre a APA Serra de Santa Helena e o Bairro Mangabeiras.....	93
ORTOFOTOCÓPIA 1. Área do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.....	49

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1. População Rural e Urbana de Sete Lagoas no Período de 1906 a 2005.....	32
Tabela 2. Nascentes da APA Serra de Santa Helena.....	43
Tabela 3. Fluxo de Visitantes no Parque da Cascata	66
Tabela 4: Cronograma.....	111
Quadro 1 . Inventário Faunístico do IBAMA.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Grau de Urbanização – Brasil, Minas Gerais e Sete Lagoas – Ano 2005... 35	35
Gráfico 2. Variação da temperatura ao longo dos anos na Região de Sete Lagoas. 48	48
Gráfico 3. Sexo dos Funcionários do Parque Municipal da Cascata, na APA Serra de Sta. Helena..... 68	68
Gráfico 4. Atividades Desenvolvidas nas Propriedades Rurais presentes na APA Serra de Sta. Helena..... 73	73
Gráfico 5. Questionamento aos Proprietários Rurais da Serra de Sta. Helena, quanto à ocorrência de descaso do poder público quanto à APA..... 75	75
Gráfico 6. Origem do turista do Complexo Serra de Santa Helena..... 82	82
Gráfico 7. Freqüência de visitação dos turistas..... 83	83
Gráfico 8. Faixa etária dos turistas do Complexo Serra de Sta. Helena	84
Gráfico 9. Sexo dos Visitantes Entrevistados..... 84	84
Gráfico 10. Profissão dos turistas entrevistados no Parque da Cascata..... 85	85
Gráfico 11. Meio pelo qual os turistas tomaram conhecimento do Parque da Cascata..... 87	87
Gráfico 12 . Fatores que mais impressionaram os turistas durante a visitação..... 88	88
Gráfico 13. Preferência dos turistas com relação ao recebimento de informações sobre a Serra de Santa Helena..... 89	89
Gráfico 14. Preferência dos turistas com relação aos canais de recebimento das informações sobre o Parque da Cascata..... 90	90
Gráfico 15. Projeção Populacional de Sete Lagoas para as próximas décadas..... 92	92

LISTA DE SIGLAS

ADESA – Associação de Desenvolvimento Ambiental.
APA – Área de Proteção Ambiental.
CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável.
CEMIG – Companhia Elétrica de Minas Gerais.
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis.
EA – Educação Ambiental.
EIA – Estudo de Impacto Ambiental.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
OMT - Organização Mundial de Turismo.
ONG – Organização não-governamental.
PMSL – Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.
SELTUR – Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A.
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura.
ZCVS – Zona de Conservação da Vida Silvestre.
ZPVS – Zona de Preservação da Vida Silvestre.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	17
2.1. A CONCEPÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	17
2.2. O TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	20
2.3. TURISMO SUSTENTÁVEL.....	27
3. SETE LAGOAS: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO	30
3.1 CRESCIMENTO URBANO: O PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	33
3.2. SERRA DE STA. HELENA: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.....	42
4. MATERIAIS E MÉTODOS.....	54
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
5. 1. A INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS.....	58
5. 2. ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA SERRA DE SANTA HELENA E SUA SUSTENTABILIDADE.....	65
5. 3. FUNCIONÁRIOS DO PARQUE DA CASCATA E O DO DIA-A- DIA DA APA.....	67
5. 4. OS PROPRIETÁRIOS RURAIS E SUA PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	72
5. 5. AUTORIDADES LOCAIS E SUA VISÃO DO PANORAMA TURÍSTICO.....	76
5. 6. O PERFIL DO VISITANTE E SUA INTERAÇÃO COM O LUGAR TURÍSTICO.....	81
5. 7. OS VETORES DE PRESSÃO ANTRÓPICA NA APA SERRA DE SANTA HELENA.....	92
5. 8. RECOMENDAÇÕES.....	94
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
APÊNDICES.....	101
ANEXOS.....	112

1. INTRODUÇÃO

[...] ao longo da história da humanidade, a interação homem e natureza se mostrou diversificada, a paisagem natural da Terra foi paulatinamente transformada em paisagem social e cultural. Por isso não basta somente considerar o meio ambiente do ponto de vista dos elementos físicos e bióticos, mas também é necessário incluir a sociedade como um sistema a sofrer e a promover modificações em outros sistemas. (CRUZ, 2001, p.49)

As interações do homem com o espaço vêm sendo objeto de estudo dentro da sociedade desde o início dos tempos modernos. A multiplicidade das atividades da natureza humana ao longo do globo, tanto quanto a sua intensidade assim, propiciaram alterações em sua estrutura econômica e socioambiental.

Para se desenvolver o homem se apropria do meio em que está inserido, retirando do mesmo os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. “A economia urbano-industrial moderna continua tão absolutamente dependente dos recursos da terra quanto qualquer outra economia da história humana” (PÁDUA, 2000. p.14).

Passando o homem a enxergar o espaço como verdadeiro produto a deleite de seu consumo, em prol de uma lógica desenvolvimentista extremamente segregadora e concentradora. Utilizando os recursos naturais disponíveis nas mais variadas produções, sem ponderações quanto à distribuição dos mesmos perante seus semelhantes ou sob as capacidades de abastecimento e longevidade destes.

Nos últimos anos com o aumento da industrialização e da urbanização do planeta, observam-se níveis cada vez mais elevados de exploração dos recursos naturais, acelerado pela ideologia do consumo - imposição da sociedade ocidental - via globalização, e da busca por um lucro extremamente exagerado.

Todavia, a dinâmica dos componentes da natureza não consegue acompanhar o rápido ritmo de exploração dos elementos naturais, intensificados pelo desenvolvimento das atividades econômicas, o que gera, contudo, esgotamento do espaço natural, assim como o aparecimento de inúmeros problemas de degradação do meio ambiente. Esta degradação ambiental tem comprometido o meio ambiente para as sociedades humanas, como também para todas as formas de vida existentes no planeta.

Destarte, o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecno-científica. Sendo sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, carregando, portanto, em seu interior o domínio econômico e a imposição cultural que desequilibram e abalam as mais diferentes sociedades.

Podemos então compreender que a utilização dos recursos naturais de forma a desconsiderar as alterações locais, regionais e internacionais dos impactos negativos gerados, compõe a própria história evolutiva de nossa sociedade.

O intenso consumo pode ser considerado um elemento importante de pressão sobre os recursos. Repensar o modelo de desenvolvimento utilizado/adotado por nossa sociedade é um desafio e deve compor a pauta de discussão de empresas, governo e sociedade. Esta discussão não é tão antiga, pois, de certa forma podemos considerar a Conferência Mundial de Meio Ambiente, ocorrida na cidade de Estocolmo em 1972 como um marco.

Nesta, aspectos como mudanças de hábitos, problemas ambientais em diferentes escalas e problemas sociais foram amplamente discutidos. Ressalta-se ainda, que um importante conceito foi lançado durante a Eco 92, no Rio de Janeiro, o desenvolvimento sustentável. Segundo as concepções da Agenda 21 (UNESCO,1992), em tal concepção de desenvolvimento propõe-se a utilização mais racional dos recursos naturais, de forma a garantir que os mesmos possam resistir ao intenso consumo presente e que sejam preservados para as futuras gerações.

Assim, o modelo atual de desenvolvimento econômico, (excludente e concentrador) depende da produção e ocupação de um espaço, modificando e alterando-o de acordo com seus interesses. Com isso tem-se a adequação do meio ambiente circundante às necessidades humanas e isso ocorre de forma explícita na atividade turística. Dessa maneira, a expansão dessa atividade vem despertando a atenção de vários pesquisadores e diversos segmentos da sociedade, quanto à área de abrangência desta atividade e seus desdobramentos no meio ambiente e nos indivíduos, já que se utiliza do compartimento natural, social e cultural. Portanto, deve-se compreender que as atividades econômicas de cunho turístico implicam em sérias conseqüências positivas ou negativas em uma escala socioambiental.

Desta data até os dias atuais muito se avançou, mas medidas práticas precisam e devem ser colocadas em exercício, considerando os limites do planeta e as reais necessidades de nossa população (entendendo neste caso, que fauna e flora devem ser contempladas nesta afirmação). Neste cenário de novas configurações socioeconômicas, o turismo surge como um setor da economia notadamente capaz de gerar divisas, criar empregos e promover o entretenimento para a sociedade.

Assim, foca-se essa pesquisa ao turismo, atividade econômica muito popular e que nas últimas décadas vem se expandindo e se diversificando ao longo de todo o globo.

A importância de tal estudo se materializa, então, na medida em que a atividade turística envolve várias esferas da sociedade, e mostra-se capaz de alterar os ciclos contextuais de um determinado local. Compreender a dinâmica dessas alterações resulta numa melhor capacidade de balancear o quão é relevante o incentivo a uma determinada prática. Sendo de fundamental importância para a sociedade, especialmente a residente de Sete Lagoas e, mais ainda, para os proprietários rurais inseridos na Serra de Santa Helena, abarcar as conseqüências que a atividade turística imprime no seu espaço físico e no seu próprio círculo socioeconômico. “[...] o turismo é um processo sociocultural que ultrapassa o entendimento enquanto função de um sistema econômico, ou seja, envolve todo o meio ambiente e suas interações” (LEMOS 2001, p.26).

Neste aspecto, o propósito primordial desta pesquisa foi o de realizar um estudo aprofundado para descrever os impactos socioambientais e econômicos gerados pela atividade turística em curso na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Santa Helena, no município de Sete Lagoas no segundo semestre do ano de 2009. Sendo esta pesquisa elaborada através do levantamento empírico e da análise das opiniões dos atores do turismo e da comunidade local, de modo a verificar quais são as principais repercussões desses impactos, provenientes da implementação do turismo no local em 1986 (PMSL, 2009).

Cujos objetivos específicos permeiam a análise da sustentabilidade da atividade turística na Serra de Santa Helena e a subsequente caracterização dos ambientes naturais substituídos por infra-estrutura turística, contemplando as conseqüências socioambientais no local causados pela atividade sob estudo. Uma vez elaborado esta pesquisa, buscar-se-á contemplar as possíveis ações mitigadoras para os impactos anteriormente analisados.

Sendo assim, estruturação deste trabalho está dividida de forma que, no primeiro momento, evidencia-se uma estruturada revisão bibliográfica que se foca nos objetivos da presente pesquisa e busca referenciá-la.

No segundo, busca-se estabelecer o conhecimento da dinâmica do *locus* de estudo, sua população, localização geográfica e suas características espaciais. Para após, tal fundamentação se expor os métodos e materiais utilizados na produção da presente pesquisa.

Por fim, far-se-á uma análise crítica quanto aos resultados obtidos e especialmente ao atual modelo de desenvolvimento em curso na sociedade, tanto quanto se abordará de forma lúcida, possíveis ações que visem minimizar os impactos elencados.

Assim, analisar as feições impactantes do turismo na esfera socioambiental, abordando as características desta localidade, é tanto pertinente quanto necessário para a fomentação de uma pesquisa de cunho geográfico.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Buscando consolidar as concepções as quais a presente pesquisa se propõe, compreender as temáticas abordadas de maneira incisiva mostra-se como um importante instrumento na formação de um ponto de vista crítico inerente às discussões da ciência geográfica.

Portanto, a presente referenciação teórica busca elucidar os temas propostos pela monografia e instituir um senso crítico através da recorrência à fontes teóricas sólidas.

2.1. A CONCEPÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O estudo da dinâmica espacial imposta pelo turismo em um determinado local é possível através da compreensão de como a mesma é capaz de gerar impactos, assim como qualquer outra atividade, em diversas esferas do espaço geográfico.

Estas esferas dizem respeito, especialmente no caso da atividade turística, aos âmbitos social e ambiental. Sendo assim, segundo Almeida (1999), os impactos socioambientais configuram-se como um foco central no que tange ao estudo do turismo.

Consequentemente, o entendimento da concepção destes impactos é fundamental na fomentação de um senso crítico capaz de analisar a atividade turística como prima a ciência geográfica.

Sendo assim, observa-se que o termo impacto tem sido utilizado com uma frequência cada vez maior nos diversos meios de comunicação, sem que se tenha uma definição precisa de seu significado. Erroneamente temos tendência a associá-lo apenas a uma reação negativa, mas o impacto pode ser também positivo.

A avaliação dos impactos deve, portanto, obedecer a critérios que vão definir se ações humanas ou atividades econômicas tem em seu conjunto resultados positivos ou negativos perante o meio em que estão sendo inseridas.

Quanto à significação de impacto socioambiental, podem-se utilizar diversos critérios de caráter mais complexo, mas recorrendo-se à Física, utilizando uma das Leis de Newton, que diz que a cada ação corresponde a uma reação na mesma intensidade e em sentido contrário, pode-se dizer que impacto socioambiental é a reação lógica a uma devida ação que atinge, tanto a sociedade e suas interações, quanto o meio ambiente em que a mesma está inserida.

Impacto socioambiental é a reação na sociedade ou na natureza a uma ação ou atividade humana. A análise das ações e critérios aplicados pode determinar se um empreendimento causa mais benefícios ou malefícios a um determinado lugar. (CRUZ, 2001, p.14)

Porquanto, qualquer que seja a atividade humana trata-se de uma ação que causará uma ou diversas reações. Somente uma análise cuidadosa do conjunto de ações e critérios aplicados pode determinar se uma atividade ou, como no foco do artigo, empreendimento turístico, causa mais benefícios ou malefícios a um determinado lugar.

A implantação de um *resort*, de um grande hotel, de uma estrada, de um edifício, de um Parque, de uma plantação de milho, a exploração de uma mina, a criação de bovinos, dentre muitos outros, são exemplos de atividades que causam impactos socioambientais.

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 225, parágrafo primeiro, inciso IV, obriga ao poder público que, antes da implantação de empreendimentos ou obras que possam causar impactos ou ainda atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, exija, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, ou seja, a realização de um Estudo de Impacto Ambiental – EIA para coletar informações necessárias para avaliar os futuros impactos ambientais causados pelo empreendimento. (BRASIL, 1988)

Mais especificamente, a aplicação da legislação ambiental é descrita na Resolução N°001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, (CONAMA, 1986), que determina que a análise dos dados coletados pelo EIA e os resultados esperados devem ser apresentados em um documento público, denominado Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, que deve ser enviado aos órgãos ambientais competentes para liberar ou não a licença ambiental que permite a instalação do empreendimento.

Na legislação e na teoria, o EIA e o RIMA deveriam ser suficientes para garantir a instalação de empreendimentos com benefícios sociais e com baixos impactos ambientais negativos, e assim alcançar o desenvolvimento em bases sustentáveis, por não comprometer a natureza e nem prejudicar a sociedade.

Na prática, vê-se que as coisas ocorrem de maneira diferente, pois muitos EIAs e RIMAs não são realizados com o critério e o rigor científicos necessários, ou simplesmente sua análise foi negligenciada pelos órgãos ambientais.

A negligência na análise de impactos ambientais tem diversas causas, entre elas a indicação de pessoas sem capacidade técnica para fazer este tipo de trabalho, que exige conhecimento científico sobre a dinâmica da sociedade e da natureza, e outra causa maior, os interesses econômicos imediatistas daqueles que buscam vantagens econômicas a qualquer custo, sacrificando a natureza e causando prejuízos para a sociedade.

No desenvolvimento da atividade turística esta máxima também pode ser observada. Impulsionados por um plano desenvolvimentista do governo, ou pelo ímpeto da iniciativa privada os diferentes atrativos turísticos passam a presenciar práticas impactantes de diversos âmbitos, sejam elas motivadas por implementações de infra-estrutura, pela ampliação do fluxo de pessoas, pela alteração da dinâmica espacial local dentre muitas outras.

Ao vislumbrar o incremento de tal atividade sem um planejamento prévio bem elaborado e sem os supracitados estudos ambientais, a implementação do turismo em uma determinada porção do espaço causa impactos sociais, ambientais e econômicos muitas vezes irreversíveis, cujas ocorrências estão, segundo Cruz (2001), quase sempre atreladas a um ímpeto imediatista da prática turística, onde:

[...] pensa-se o desenvolvimento do turismo em um espaço cronológico muito reduzido, sem muitas vezes, se abarcar ponderações amplamente necessárias à implantação desse tipo de atividade em certos locais. Neste aspecto não seria um erro afirmar que, enxerga-se apenas o lado do ganho econômico advindo da atividade, subjugando muitas vezes questões primordiais nos aspectos ambientais e sociais que também estão vigentes na dinâmica local. " (CRUZ, 2001, p.43).

Sendo assim, a compreensão dos impactos socioambientais do turismo mostra-se como uma problemática fundamental no que tange aos estudos prévios que devem constar à instalação de um determinado empreendimento turístico, tanto quanto nos planos de manejo que buscam mitigar muitos dos impactos já estabelecidos.

Sob tal ótica, decorrente da falta de planejamento ou até mesmo descaso governamental, segundo Almeida (1999), inúmeras localidades promoveram a atividade sem se atrelar às questões como sustentabilidade e longevidade da mesma, proporcionando impactos de longa escala temporal e que poderão ser compreendidos através de uma análise mais profunda em cada local onde tal fato ocorrera. No objeto de

estudo desta pesquisa, não é diferente. Ao longo do trabalho mostraremos que, mesmo a área tendo um plano de manejo, problemas básicos relacionados à forma de apropriação deste espaço são encontrados, como por exemplo: limpeza, erosão e segurança.

No entanto, apenas o entendimento acerca das concepções de impactos ambientais e suas decorrências quanto ao turismo, não se fazem suficientes na construção de um senso crítico que aborde toda a problemática local a ser abordada na presente pesquisa. Para tanto, mostra-se necessário a adoção do turismo como objeto de estudo, visando compreender sua dinâmica no espaço, assim como suas implicações e facetas, para a partir dessa compreensão, desenvolver uma crítica capaz de fomentar as discussões as quais o presente estudo se propõe e que é inerente à ciência Geográfica.

2. 2. O TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDO GEOGRÁFICO

Durante a formação acadêmica em Geografia, pode-se elaborar o pensamento de que a história do pensamento geográfico, nacional ou internacional, mostra conflitos de idéias e de concepções ao longo do tempo.

À grosso modo, pode-se observar que, atualmente, temos uma crescente expansão da chamada Geografia Humanística e uma nova proposta de compreensão dos fatos geográficos. Entende-se então que, existindo diferentes concepções sobre a Geografia, as abordagens geográficas são variadas, podendo então o recorte do objeto estudado variar com o tempo.

A ciência geográfica, e mais precisamente os geógrafos, tem vivenciado, nestas últimas décadas, algumas inovações na perspectiva de abordagem do seu objeto de estudo: o espaço geográfico. Dessas novas “demandas” sócio-acadêmicas, o turismo tem recebido certo destaque devido a sua proximidade com o objeto e os objetivos de estudo da geografia, especialmente no que se refere a dificuldade de se firmar e enquadrar-se a uma perspectiva única de investigação científico.

O turismo por si só caracteriza-se, segundo Swarbrooke (2000), pelo deslocamento do homem por motivo de trabalho ou lazer e pela abrangência geográfica, pois alcança todos os lugares do planeta, devido a mobilidade do ser humano no espaço geográfico.

Desde sua difusão, em meados do século XIX, o turismo vem se apresentando como atividade econômica que literalmente atua consumindo espaços (CRUZ, 2001. p.9). Tal condicionante tem despertado o interesse dos geógrafos no que diz respeito a

busca por respostas sobre as tendências e influências do turismo no processo da organização espacial.

Neste sentido, segundo Geiger (1996), o turismo pode ser entendido como um fenômeno econômico, social político e cultural do mundo contemporâneo, que instalasse com alta voracidade até mesmo em sítios inacessíveis, causando total revolução no lugar, transformando as paisagens e as comunidades envolvidas.

Sendo assim, a relação do turismo com o meio tem se dado, de modo geral,

[...] através da apreciação da paisagem na qual se materializam os elementos do espaço turístico: a oferta; a demanda; os serviços; os transportes; a infra-estrutura; o poder de decisão; os sistemas de informação, promoção e comercialização. (GEIGER, 1996. p.34).

Assim, para Coriolano (2003), estudar as incidências espaciais da atividade turística e dar um tratamento geográfico às mesmas é de fundamental importância para que se minimize o uso consuptivo do espaço; se maximize seu uso construtivo e ao mesmo tempo para que o turismo possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento local e regional.

O entendimento das heterogeneidades dos lugares surge também, como um fator primordial nas pesquisas geográficas voltadas ao turismo, uma vez que, cada lugar possui sua identidade que é determinada pelas características físicas (clima, relevo, hidrografia, vegetação) aliadas às suas características culturais (formação étnica, arquitetura, folclore, música, gastronomia, etc.).

Todo lugar tem sua alma que é resultado da paixão do homem por ele de geração em geração. [...] contudo, é a especificidade dos lugares - seu patrimônio - que lhes conferirá o caráter turístico. (YÁZIGI, 2001. p.22).

Portanto, a produção geográfica se torna fundamental para explicação dessas relações sócioespaciais produzidas pelo turismo. O conceito de região assim como o de território, passou a ser utilizado na análise das organizações espaciais e das decorrências da atividade turística no *locus*.

Se o turismo está no território, se faz a geografia do movimento, do espaço de comando, do uso competitivo dos lugares, da racionalidade dos espaços ele pertence à geografia. (SANTOS, 1986. n/d).

Sendo assim, pode-se compreender turismo é um processo intenso, onde todos os elementos encontram-se em constante movimento e exprimem suas conseqüências baseadas nas suas particularidades (CORIOLANO, 2003. p.23).

Contudo, ao elaborar a presente pesquisa observou-se o tradicional equívoco relacionado ao enquadramento do turismo ao setor econômico. É comum identificarmos nas mais diversas produções bibliográficas a associação do turismo ao segundo setor da economia: a indústria.

Desde sua origem o turismo surge como sinônimo de serviço, especialmente os relacionados ao fornecimento do lazer. Assim, sua classificação como indústria se torna questionável, especialmente se levarmos em consideração o fato de que, a indústria como conhecemos, corresponde ao setor econômico destinado à transformação de matéria-prima em produtos finais ou intermediários.

Conforme menciona Geiger (1996), não existe uma indústria do lazer ou do tempo livre, o que nos leva a dedução de que essas atividades não podem estar associadas como “indústria do turismo” uma vez que, nem todos que têm tempo livre ou praticam atividades de lazer estão produzindo ou são produto do turismo.

De acordo com as referências levantadas, o turismo corresponderia a uma atividade econômica responsável pelo consumo do espaço estando sua implementação diretamente relacionada à existência de um espaço de atração, com os devidos elementos espaciais presentes, e um sujeito disposto a desfrutar das potencialidades desse espaço.

Nesse contexto, o papel da Geografia se torna muito importante tendo em vista a influência da atividade turística com o seu objeto de estudo (o espaço geográfico) e com as relações presentes entre os atores responsáveis pela existência dessa atividade.

Assim acerca do que já fora discutido e segundo as concepções de Lemos (2001), o turismo apresenta implicações espaciais e territoriais diversificadas e passíveis de análises e discussões. Sendo o mesmo “fruto de atividades e práticas sociais diretamente relacionadas à transformação e ao deslocamento espacial de pessoas e de informações, na essência esse produz territorialidades e ‘consume’ espaços.” (LEMOS, 2001. p.31)

Da mesma forma que, à luz das idéias de Almeida (1999), o turismo manifesta-se através de diversas formas, modalidades e escalas dentro de um mesmo território. Estando subordinado tanto às ações da iniciativa privada quanto do Estado e até mesmo das pequenas comunidades organizadas. Sua dinâmica não respeita fronteiras ou limites

territoriais e alimenta-se de todo o espaço passível de ser transformado em produto turístico.

Uma vez que são aptos ao desenvolvimento dessa atividade, os locais podem atrair interesse da atividade turística, passando a ser um produto deste setor, desde o badalado litoral à quase oculta cachoeira do interior, tudo está passível de sofrer transformações. Assim, segundo Fontelles (2004), a demanda por infra-estrutura turística movimenta a economia e transforma a dinâmica espacial dos “locais turísticos”, promovendo em muitas ocasiões um verdadeiro *boom* econômico.

Portanto, pode-se perceber que o turismo favorece o aumento da renda do lugar visitado, uma vez que os gastos que os turistas efetuam nestas zonas representam entradas de recursos na economia local. Sendo assim, ainda para Fontelles (2004), são as vantagens econômicas que apresentam as principais forças propulsoras para o desenvolvimento da atividade turística.

Em muitas ocasiões tais alterações são vistas como positivas, uma vez que imprimem um novo regime econômico, contudo, o setor turístico visto estritamente sob a ótica mercadológica, ou seja, como atividade capitalista, preocupada apenas com o crescimento econômico, que se foca no lucro e a concentração de riquezas, entra em contradição com os novos paradigmas supracitados, pois não imprime sustentabilidade à atividade.

Para enfrentar os desafios contemporâneos da economia global, em relação aos problemas sociais, econômicos e ambientais, surgiram novas teorias sobre desenvolvimento, todas enfocando diferentes tipos de desenvolvimento, como: o humano, o local, o endógeno, o comunitário e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto do fazer teórico e de práticas inovadoras, o turismo se apresenta como um espaço de convergência das diferentes teorias, capaz de articular um processo de desenvolvimento, na medida em que se preocupa em resgatar a identidade e promover o ser humano, preservar e até mesmo restaurar o meio ambiente e ampliar o patrimônio histórico e cultural. (RODRIGUES, 1997, p.42).

Sob tal ótica, deve-se compreender que o desenvolvimento sustentável transforma substancialmente os pressupostos do atual modelo de desenvolvimento econômico, inclusive o associado ao turismo, já que tal concepção de desenvolvimento consiste na alteração dos padrões de consumo, estilos de vida e de um conjunto de funções produtivas tradicionalmente degradadoras.

Segundo Almeida (1999), nos últimos anos, o turismo tem sido concebido como um fator-chave – às vezes o único possível – para dinamização das regiões menos

desenvolvidas e áreas marginais no Brasil e no mundo. A perspectiva de inserção de novos espaços na economia do turismo aliado a todo conjunto de atividades atrativas complementares tem instrumentalizado a elaboração de políticas regionais e setoriais que visam colocar em marcha o desenvolvimento local e incluir estes espaços no circuito econômico do consumo do turismo.

Deste modo, o turismo e o meio ambiente possuem uma estreita relação de dependência. Toda atividade turística necessita de um ambiente para acontecer, e esse ambiente seja ele natural ou não, sofre um processo de descaracterização em seu cenário natural pela ação humana. “Assim que a atividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo” (FONTELLES, 2004, p.33).

Sendo assim, a natureza é essencial para o desenvolvimento da atividade turística, e sem dúvida desperta fascínio nas pessoas, que buscam no contato com a mesma, recuperar suas energias e aliviar as tensões do dia a dia. E essa estreita relação entre os projetos turísticos e a qualidade do meio ambiente faz com que os impactos ambientais negativos destes empreendimentos causem sua degradação, reduzindo os seus benefícios.

Segundo Lemos (2001), o turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço, uma vez que a mesma é capaz de dinamizar a economia das cidades com um grande fluxo de pessoas e de capital. O que pode representar uma excelente alternativa para o desenvolvimento econômico de uma determinada região ou localidade.

Dessa maneira, a atividade turística adquiriu, nas últimas décadas, patamares importantíssimos dentro do sistema econômico da sociedade, passando a ser desenvolvido por uma grande gama de indivíduos e conseqüentemente, a tornar-se objeto de consumo dos mesmos. Assim a exploração da atividade é formada por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas e sociais, pois movimenta o capital financeiro e transforma os locais em produtos.

O turismo pode então, ser compreendido como uma “atividade sócio-econômica-cultural, de natureza complexa, que envolve aspectos naturais e culturais de uma localidade.” (FONTELLES, 2004. p.32) Constituindo-se como dinâmica promissora, e que aliado à lógica capitalista tem acelerado as mudanças em alguns processos socioculturais, além de forçar a adaptação dos locais às suas veemências como forma de auferir lucro e consumo imediato desse *locus*.

Contudo, desenvolvimento não deve ser entendido apenas como sinônimo de ganho econômico, embora sejam muito comuns análises que o reduzam a este significado. Já que, segundo Sachs (2000, p.38) “[...] o desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, automática ou forçosamente, haja melhoria no quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais”.

Uma vez que as análises socioeconômicas, por si só, tendem a analisar o turismo por uma perspectiva unilateral, ressaltando apenas a faceta econômica da atividade e suas implicações perante a sociedade.

Por outro lado os estudos de impactos ambientais, sociais e culturais tendem a enfocar todo o meio em que o turismo está inserido, ou seja, passa a estudar a sua dinâmica espacial. Sendo esta, a visão mais “adequada” ao pensamento crítico da ciência geográfica, já que, o meio ambiente é a base do turismo, pois é baseado nos atrativos naturais e na busca pelo desconhecido, pela aventura, pelas novas culturas, que o homem sente a necessidade de deslocar-se para outros lugares. Deste modo, passa-se a compreender que para lançar-se a tal busca o homem utiliza-se sempre do ambiente em que está inserido, ou que busca inserir-se, o que leva muitas vezes, ao processo de degradação do mesmo.

Os impactos gerados no meio em que o turismo está sendo inserido são, muitas vezes, irreversíveis. Tal processo ainda tende a subjugar aspectos como a diversidade cultural e as redes de sociabilidade popular com suas múltiplas e fragmentárias potencialidades. Causando visíveis modificações nos aspectos físicos e socioculturais nos locais onde ele está inserido, gerando consequências tanto benéficas quanto maléficas no meio ambiente onde é desenvolvido.

Os impactos negativos do turismo no meio ambiente surgem em consequência do desenvolvimento da infra-estrutura para o turismo, do manejo dos resíduos gerados pela atividade e da quantidade de visitantes que afeta os ecossistemas mais frágeis e outros. [...] a atividade turística apresenta importante capacidade de alterar o meio ambiente em tempo bastante curto. (LEMOS, 2001. p.64)

Assim o homem passa a degradar o meio pelo qual ele busca o seu entretenimento, revelando uma faceta antagônica desta atividade, uma vez que se compreende que muitas destas ações degradadoras inabilitam o meio à prática turística e conseqüentemente vão, ao longo do tempo, limitando a gama de lugares aptos ao seu desenvolvimento.

Como outrora dito, o surgimento de questionamentos acerca da dinâmica econômica global levantados a partir da Conferência de Estocolmo e culminados no

documento denominado Agenda 21 (UNESCO, 1992) geraram na sociedade um sentimento ligado ao desenvolvimento de atividades ambientalmente corretas e conseqüentemente um público consumidor mais exigente no que tange às questões ambientais. Segundo Lemos (2001), tal fato fez com que diversos setores, inclusive os prestadores de serviços transformassem a sua concepção de exploração dos recursos visando atender a este novo público-alvo.

Como prestadora de serviços, a atividade turística, passou a desenvolver o conceito de Turismo Sustentável, que segundo Lemos (2001) é aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. O desenvolvimento sustentável do turismo se concebe como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que consigam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida. (Lemos, 2001. p.08)

Assim, o desenvolvimento sustentável de qualquer localidade que promova a atividade turística só é possível quando se busca a conformidade entre os âmbitos econômico, social e ambiental.

O verdadeiro turismo sustentável tende, portanto, a se desenvolver a partir de uma iniciativa local baseada nos recursos naturais e culturais existentes, criando rendimentos complementares e infra-estruturas terciárias de interesse da população local, buscando manter o equilíbrio entre os sistemas ecológicos, socioeconômicos e culturais do espaço em questão. (ALMEIDA, 1999, p.47).

O turismo deveria ser implementado como uma ferramenta capaz de causar desenvolvimento sem deixar de privilegiar a questão ambiental, social e cultural das localidades, e conseqüentemente fazer com que a questão econômica seja decorrente do desenvolvimento desses parâmetros em um determinado *locus*. Pois de nada adianta promover a atividade turística se não há estudos acerca dos impactos ambientais e sociais, da capacidade de suporte, da adequação infra-estrutura e da igualdade socioeconômica. Evidenciando que é preciso cumprir várias etapas antes de se ter o turismo funcionando de maneira correta e como alternativa do desenvolvimento sustentável.

Portanto, a atividade turística não se caracteriza apenas por impactos negativos, uma vez que, com o planejamento e os estudos prévios corretos, é possível gerenciar o

desenvolvimento do turismo com o objetivo de minimizar os impactos negativos, ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos.

Assim, quando a atividade turística acontece de forma sustentável, ela traz consigo pontos positivos e melhorias, como por exemplo, o estímulo para a conservação dos recursos naturais que em alguns casos favorece a qualidade ambiental. Contribui para a conservação dos animais ameaçados e de seus respectivos *habitat*; Leva ao aperfeiçoamento do planejamento e do gerenciamento ambiental; Contribui para o aumento da consciência ambiental; Auxilia na obtenção de recursos para a preservação; Contribui na geração de fontes de renda alternativas; Constitui uma alternativa de exploração econômica das áreas protegidas, dentre outras. (CRUZ, 2001, p.11)

Aliar a exploração dos recursos de forma sustentável, com atividade econômica mostra-se, portanto, como um grande desafio. E esta capacidade pode ser abordada a partir do momento em que se compreenda como o turismo pode ser desenvolvido de maneira sustentável, e como tal busca pela sustentabilidade pode representar uma ação que mitigue os impactos causados por esta atividade. Especialmente no estudo de caso aqui pesquisado, ou seja, a Serra de Santa Helena e o seu processo de exploração turística.

Para tanto, buscou-se uma referenciação teórica que abarcasse os aspectos inerentes à concepção do turismo sustentável para que ao ser estudado, possa-se vislumbrar a sua possível aplicabilidade no foco da presente pesquisa.

2. 3. O TURISMO SUSTENTÁVEL

Como duplamente referenciado anteriormente, a partir da década de 1970 e em especial após a Conferência de Estocolmo (1972), surge um novo perfil de turista, com mentalidade voltada à conservação da natureza. Segundo Molina (2001), tal “nicho” de consumo busca um turismo que tenha como base o desenvolvimento sustentável de suas atividades. Em que a exploração deve se dar em locais de beleza cênica única, sempre prezando pela educação ambiental e pela conservação da natureza, e cujo fluxo de visitantes é reduzido, passando a sensação privilégio.

Contudo, ainda segundo Molina (2001), na década de 1990 esse tipo de turista se multiplicou, levando benefícios e dando novo ânimo a locais antes secundários. Muitas empresas se beneficiaram com essa nova tendência e a qualidade ambiental dos destinos passou a ter forte influência na decisão dos viajantes.

Sendo assim, cada vez mais os turistas têm avaliado o nível de poluição das águas, do solo, da paisagem total e da sujeira dos destinos que pretendem frequentar, pois querem passar seu tempo livre em locais com ar limpo e agradável e longe das sujeiras e contaminações dos grandes centros em que vivem. (MOLINA 2001, p.72)

[...] o desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento da atividade turística e, conseqüentemente, um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países com recursos naturais relevante. (RUSCHMANN,1997. p.15).

Assim, visando atender a um público cada vez mais exigente o turismo tenta assumir um caráter sustentável, pois se preocupa em estabelecer limites aceitáveis de mudanças socioambientais, econômicas, políticas e culturais nos ambientes de visitaçao, para atrair seu público alvo.

Ainda para Ruschmann (1997), o desenvolvimento sustentável do turismo não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de mudanças em que, as alterações na utilização dos recursos, a gestão dos investimentos e a orientação do desenvolvimento em nível institucional são coerentes com as necessidades futuras e presentes e dependem de uma política ambiental e turística adequada. Para a Organização Mundial de Turismo o turismo sustentável é definido como:

[...] aquele em que se realiza a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo-se ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte a vida. (OMT, 2001).

Destarte, para a sustentabilidade do turismo são relacionados os seguintes pressupostos: conservação e proteção dos recursos naturais e culturais; responsabilidade social e ambiental; administração responsável; planejamento estratégico; recursos humanos qualificados; diretrizes claras e objetivas; e o envolvimento participativo da comunidade local.

Contudo, a expressão “turismo sustentável” é o ícone preferido atualmente pelos discursos oficiais, utilizada no sentido de mascarar os elevados impactos ambientais e socioculturais ocasionados na implantação de projetos turísticos, em prol de um desenvolvimento concentrador e segregador. (SEABRA, 2001, p.30)

Assim, para que seja realmente sustentável o mesmo exige enfoque multidisciplinar, planejamento cuidadoso e regulamentos. Visando assim, mitigar os impactos ambientais da atividade, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo

de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos (RUSCHMANN, 1997, p.08).

A afirmativa traduz a complexidade dos problemas que emergem na medida em que a natureza é comercializada como um produto turístico. O turismo, nessa nova concepção, deve ser voltado ao desenvolvimento socialmente justo, economicamente equilibrado em nível regional e local, aproveitando-se de espaços naturais, rurais e urbanos, atentando para atividades econômicas diversificadas, o que se mostra como um desafio na sociedade capitalista dos dias atuais.

Para atender tal concepção de sustentabilidade, pode-se entender que o turismo deve, portanto, fortalecer todas as atividades econômicas anteriores, ao contrário de ser incentivado como única atividade numa determinada região, assegurando assim o seu caráter de sustentabilidade. Contudo, se não houver profissionais competentes para dar um direcionamento ao desenvolvimento deste setor, a possibilidade dele ser explorado de forma insustentável é eminente.

O turismo sustentável é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades. Prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação das pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária e pela garantia da posse da terra de populações tradicionais. Busca a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implantação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejos e de conservação compatíveis com o turismo. (LEMOS, 2001. p.51)

Dessa maneira, acerca de tudo que fora apresentado pode-se afirmar que o turismo é uma atividade que consome e demanda espaço, quer sejam na montanha, litoral, áreas urbanas ou rurais e que se baseia nas diferenciações e transformações geográficas dos lugares que são alterados e reestruturados, refuncionalizando os patrimônios culturais e físicos.

Sendo assim, a alternativa de um turismo que alia o desenvolvimento econômico à prática sustentável da atividade têm se mostrado como uma plausível solução no planejamento de novas áreas turísticas ou no remanejamento das já existentes. Contudo o que se observa é uma forte e conservadora tendência ao turismo exploratório tradicional, que acaba por “exaurir os lugares”, explorando o máximo pelo máximo de tempo possível, sem estabelecer uma sustentabilidade da atividade.

As alterações e os impactos causados pelo turismo são, portanto, um importante elemento de estudo para a Geografia em si, tanto quanto para outras ciências que abordem questões sociais e ambientais em seus conteúdos.

O turismo sustentável pode surgir, portanto, como uma plausível alternativa para a dinâmica espacial do Complexo Turístico inserido na APA da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas, MG. Seguindo a proposta de análise dessa pesquisa, julga-se importante o levantamento do contexto físico, sociocultural e econômico em que o mesmo está inserido.

3. SETE LAGOAS: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

É no lugar turístico que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos, serviços turísticos e infra-estrutura de apoio. [...] É no locus da produção e do consumo do produto turístico, que o mesmo se firma como prática socioespacial, o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades [...](ALMEIDA, 1999. p.29-30).

O objeto de estudo é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, uma vez que, através da definição do mesmo, podem-se concentrar os esforços e promover uma maior assimilação de informações acerca do tema, além do desenvolvimento de um aguçado senso crítico, que auxiliará na produção de novas proposições.

Portanto, o recorte espacial adotado, centra sua atenção à Serra de Santa Helena em Sete Lagoas. O Complexo Turístico desta localidade está inserido em uma APA e é rodeado por pequenas propriedades rurais, que passaram a receber influência direta desse empreendimento em aspectos múltiplos de cunho cultural, social, econômico e até mesmo ambiental.

O interesse pelo estudo de caso de tal localidade deve-se à observação de que ocorrem diversas atividades turísticas nesse ambiente, especialmente ligadas ao ecoturismo.¹

Não obstante, observou-se um amplo campo de estudos referentes aos impactos socioambientais no local e suas decorrências para a população local.

¹ “O ecoturismo, segundo as Diretrizes para uma Política Nacional de Turismo, publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a EMBRATUR e o IBAMA, é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (MOLINA, 2001.p.42)

A cidade habitada desde o século XVII foi promovida a categoria de município em 1880, emancipando-se de Santa Luzia, e desde então passando a se constituir como um pólo regional na porção do Alto Rio das Velhas², como mostra a Figura 1.

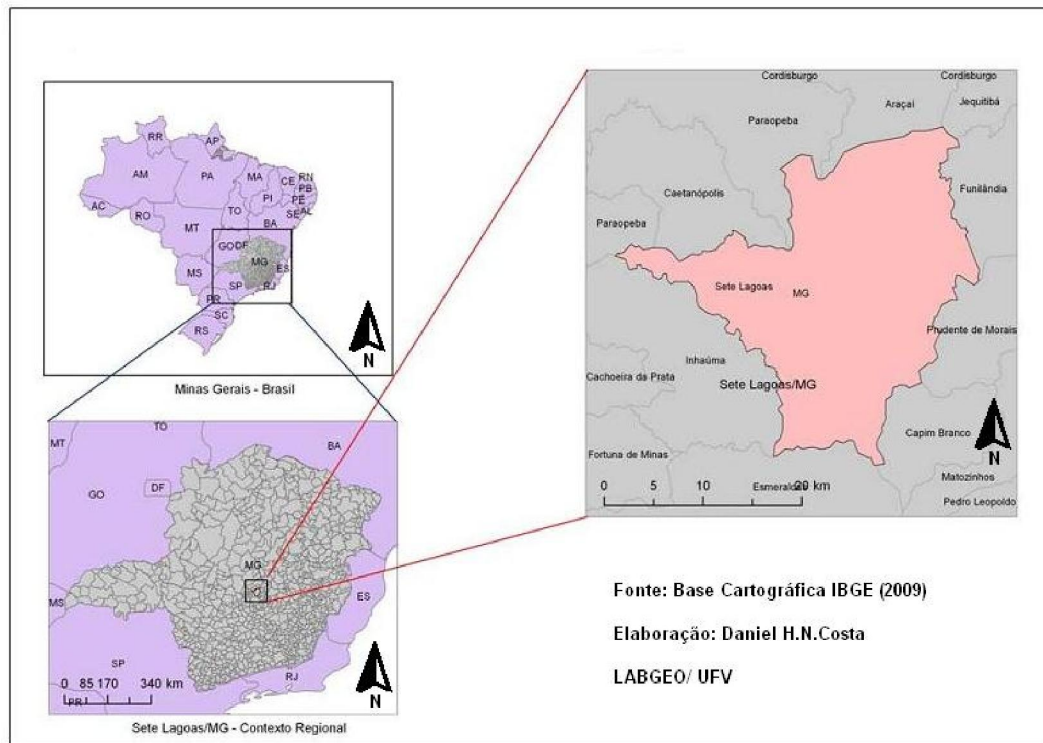


FIGURA 1: Localização de Sete Lagoas.

Mais tarde, com a fundação da capital mineira, Belo Horizonte, a apenas 62 km de distância e com o decorrente crescimento deste centro urbano, a cidade passou a integrar a Mesorregião Metropolitana.

Dessa maneira, Sete Lagoas passou a receber forte influência da emergente metrópole e de suas cidades satélites, passando a oferecer e buscar serviços na capital. Fato esse, que potencializou o poder econômico e populacional da cidade, que atingiu, em 2005, uma população superior a 200.000 habitantes.

Sendo assim, pode-se observar a forte influência urbana que Belo Horizonte exerce sobre Sete Lagoas, uma vez que a quase totalidade de sua população está estabelecida no meio urbano, como observa-se no Censo Demográfico realizado no ano 2000, pelo IBGE, segundo constam os dados da Tabela 1.

² Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 2009. Disponível em: < <http://www.setelagoas.mg.gov.br>.> Acesso em 29, agosto, 2009.

Anos	1906	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2005
Total da população	8.000*	3.980*	10.537*	24.000*	41.656	66.585	100.618	144.014	167.340	184.871	215.069
População Urbana	**	**	**	**	**	61.142	94.592	140.125	163.292	180.366	**
População Rural	**	**	**	**	**	5.443	6.026	3.889	4.048	4.505	**

(*) Dados aproximados (**) Sem informação.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 2009.

TABELA 1: População Rural e Urbana de Sete Lagoas no Período de 1906 a 2005

Para Nogueira (1999), a grande e crescente população de Sete Lagoas tem feito com que um grande número de recursos sejam alocados na cidade, especialmente com o intuito de estabelecer o município como pólo regional dotada de infra-estrutura que justifique tal intitulação.

Neste aspecto, ainda segundo o autor, o município passou a constituir uma área de influência que abrange cerca de 40 municípios das diversas microrregiões limítrofes. Sendo o seu parque industrial considerável, a prestação de serviços múltipla e a boa infra-estrutura na área de saúde, fatores que auxiliam a consolidação da cidade como pólo regional.

Contudo, deve-se entender a dinâmica local da região, onde ressalvas acerca da hierarquização dos municípios devem ser feitas. Uma vez que, devido à proximidade à Belo Horizonte, existe o início da formação de um ambiente conurbado, revelando uma expressiva dificuldade em determinar qual a real influência de um município perante o outro, o que caberia na elaboração de outro estudo acerca da dinâmica espacial local.

Segundo informações da Prefeitura Municipal³ (2009) a principal atividade econômica do município está voltada ao setor secundário, sendo centrada na extração de calcário, mármore, cristal-de-rocha, ardósia, argila e areia.

Todavia, políticas desenvolvimentistas como isenção fiscal e de desenvolvimento de distritos industriais, fizeram que a cidade adquirisse um considerável parque industrial, com destaque ao ramo siderúrgico na produção de ferro-gusa. A cidade conta ainda, com empresas de grande porte como a fábrica de caminhões e furgões Fiat-Iveco, a SADA Metalúrgica, Elma-Chips, Bombril, Massas Imperatriz e Amália, Ironbras, Itambé, Laticínios Trevinho, Companhia de Fiação e Tecidos Cedro

³ Prefeitura Municipal de Sete Lagoas. Disponível em: < <http://www.setelagoas.mg.gov.br>.> Acesso em 30, agosto, 2009.

Cachoeira / Santista, unidades dos grupos Belgo e Votorantin, além de centro de pesquisas da EMBRAPA - Milho e Sorgo, filiado ao Ministério da Agricultura.

O município possui em seu perímetro urbano sete lagos com beleza cênica considerável e que exercem influente atração turística na região, além da formação montanhosa cujo tema desta pesquisa está atrelado. Assim, o crescimento da atividade turística afeta diretamente a dinâmica espacial do município e em especial, da Serra de Santa Helena.

Como afirmado por Lemos (2001) e Fontelles (2004), essa capacidade de alterar as condições socioeconômicas de certos locais fez com que o turismo passasse a ser enxergado pelos agentes do espaço como uma “via de desenvolvimento”. Ou seja, o turismo passou a ser visto como uma possibilidade de acúmulo de valores e receitas através do uso do espaço, deste modo, as diferentes administrações municipais de cidades com potencial turístico, seja esse de qualquer caráter (histórico, cênico, cultural, etc.), passam a moldar o espaço visando potencializar a atividade e concentrar divisas.

3. 1. CRESCIMENTO URBANO: O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Como desenvolver em um emergente centro urbano, cujas diretrizes governamentais investem cada vez mais no desenvolvimento do setor industrial, cujos problemas sociais passam a se refletir no espaço (citando apenas como exemplo a multiplicação das áreas periféricas) uma atividade a qual a “imagem” do local turístico é o produto a ser comercializado? Tal indagação pode ser respondida através da análise do Plano Diretor municipal, aprovado pela Lei Complementar Nº 06 de 23 de Setembro de 1991 (PMSL, 2009) ⁴, que instrumentaliza o desenvolvimento da atividade turística no município e abarca em seu conteúdo questões como o crescimento da população do município e a expansão desta malha urbana sobre o ecossistemas da região.

O referido documento, cujo objetivo está focado em nortear todas as ações governamentais e espaciais realizadas no município, foi revisto em 2006 através da Lei Complementar nº109 de 09 de outubro de 2006, buscando se adequar aos novos paradigmas ambientais e ao forte desenvolvimento industrial observado no município. Contudo, mesmo servindo como “norte” para a ampliação urbana do município o que se observa é uma enorme discrepância entre o que está determinado e o que realmente se executa, sendo as motivações para tais “desvios” influenciadas por fatores que vão

⁴ Prefeitura Municipal de Sete Lagoas. Disponível em: < <http://www.setelagoas.mg.gov.br>.> Acesso em 30, agosto, 2009.

desde o cunho político ao econômico. Neste sentido, a história do Brasil mostra que a maioria de nossas cidades cresceu e se desenvolveu de forma aleatória, sem seguir um planejamento pré-estabelecido para a expansão do sítio urbano.

Hoje em dia, mais do que nunca, o desenvolvimento e o crescimento das cidades devem obedecer a critérios estabelecidos em seus planos diretores que, por sua vez, se baseiam em legislações apropriadas que prevêm a proteção ao ambiente e o bem estar dos cidadãos, sem prejuízos ao desenvolvimento das atividades econômicas portadoras de benefícios sociais, educacionais e culturais, como é o caso do foco da presente pesquisa, o turismo.

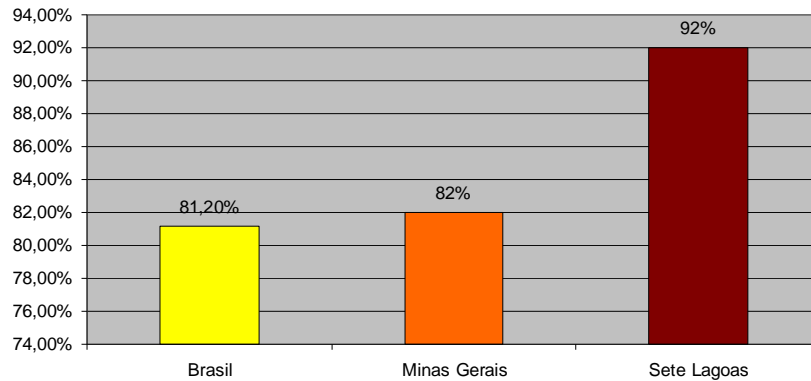
Como já fora dito, além das atividades econômicas tradicionais, as cidades brasileiras passaram a desenvolver mais intensamente as atividades turísticas, visto que no mundo inteiro o turismo tem se destacado como atividade lucrativa e bastante promissora, em Sete Lagoas, uma série de convênios das iniciativas privadas e públicas, tentaram impulsionar a atividade turística municipal em patamares regionais. Segundo Nogueira (1999), o desenvolvimento socioespacial do município vem passando por frequentes transformações desde o início da década de 90, cujas origens vêm das alternâncias de foco das políticas públicas dos diferentes governos que subiram ao poder.

Sendo assim, quando analisamos o crescimento das cidades e seu potencial turístico intrínseco à luz dos planos de desenvolvimento observamos que o cumprimento das normas estabelecidas não ocorre plenamente. Com poucas exceções, a experiência demonstra que o crescimento urbano ocorre de maneira desordenada e que praticamente não existe fiscalização ou controles legais que impeçam de imediato ações danosas ao ambiente.

Observa-se que a velocidade das ações públicas tem sido inferior à velocidade do crescimento urbano, dando a impressão de que os governos estão sempre atrasados em relação à sociedade. Esse fato acaba criando um enorme abismo entre o que estava planejado e o que foi executado, causando impactos ambientais negativos que podem diminuir ou comprometer o potencial turístico da cidade.

A cidade de Sete Lagoas é um exemplo do não cumprimento do Plano Diretor, elaborado pelo executivo e aprovado pelo poder legislativo local. Nas últimas décadas, a cidade sofreu um processo de crescimento urbano de forma bastante desordenada e que destoa dos índices nacionais e estaduais, ratificando a posição de pólo regional.

O alto índice de urbanização do município em detrimento dos parâmetros de análise do Gráfico 1, deve-se especialmente ao grande número de indústrias que se instalaram no município nas décadas de 1990 e 2000 que conseqüentemente demandaram grande quantidade de mão de obra. Esta demanda provocou “fenômenos” como o êxodo rural e o movimento pendular, além da ampliação do setor de serviços, que segundo Nogueira (1999), implica em um fator condicionante para a atratividade de população urbana instaurada no município.



Fonte: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas – Plano Diretor, 2009

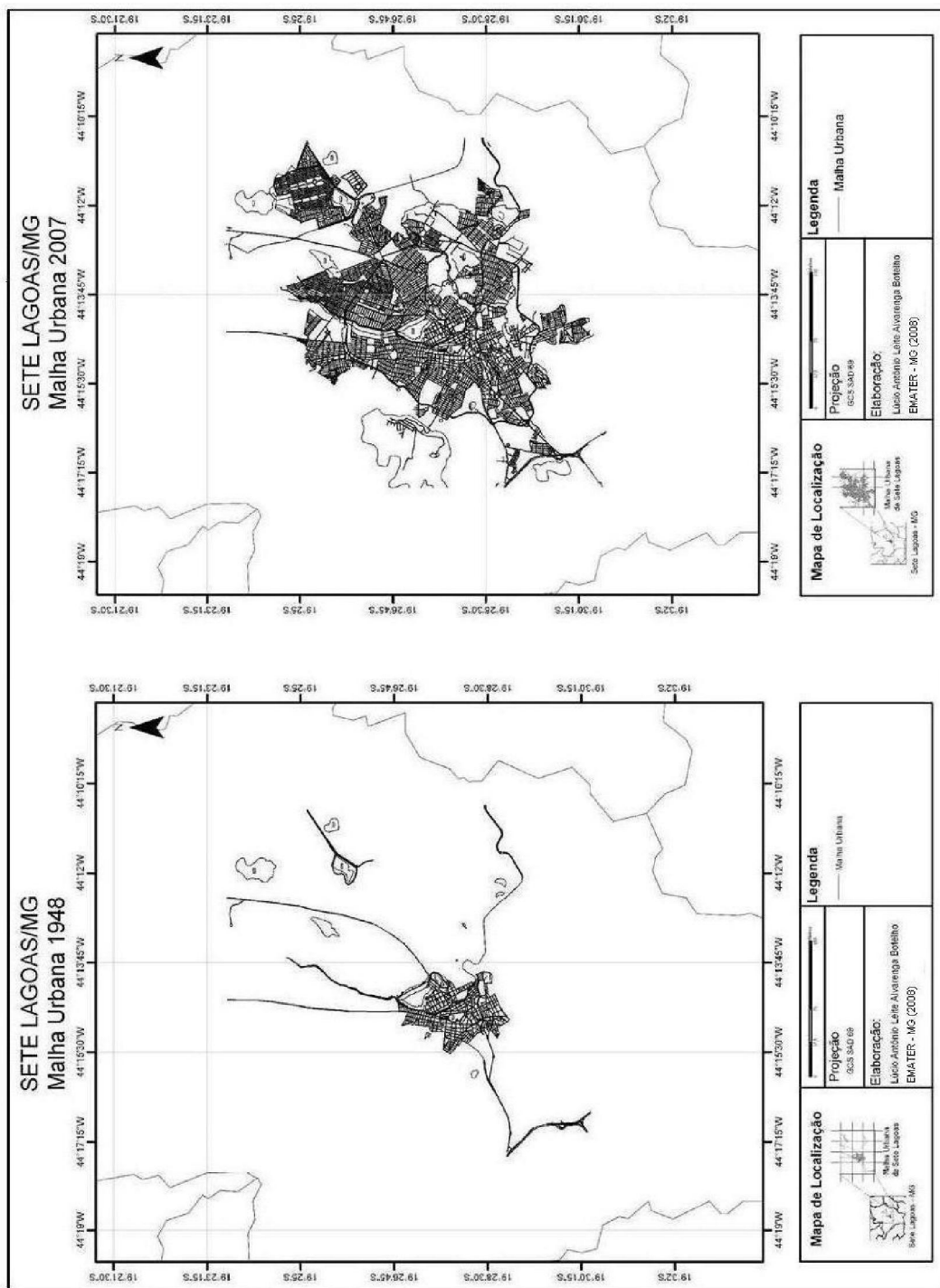
GRÁFICO 1: Grau de Urbanização – Brasil, Minas Gerais e Sete Lagoas – Ano 2005.

Contudo, sabidamente, a expansão urbana demanda espaço, e a implementação de sua infra-estrutura e mais tardiamente do próprio sítio urbano, acabou por desencadear uma série de problemas socioambientais que impactam tanto a área urbana, quanto as áreas rurais adjacentes e conseqüentemente o meio ambiente ao qual estão inseridas.

Apesar da existência do Plano Diretor, e até mesmo da revisão e atualização do mesmo em 2006, o poder público não tem conseguido ordenar o crescimento da cidade de forma a impedir a destruição dos cenários ambientais cuja lei prevê a proteção. Segundo o EMATER (2007), a expansão urbana da cidade não tem respeitado as Áreas de Preservação Permanente, como os topos de morro, as matas ciliares das lagoas, dos ribeirões e das nascentes.

A abordagem do crescimento da malha urbana municipal pode ser observado no Estudo Técnico sobre a APA de Santa Helena, produzido pelo EMATER (2007). Tal estudo buscou levantar as principais atividades que pressionam a Área de Preservação Ambiental em foco nesta pesquisa. Segundo tal relato técnico, a expansão urbana do município atua como um eminente vetor de pressão sobre a área, além das atividades agropecuárias e do desenvolvimento do turismo. Tão grande são as preocupações acerca

da ocupação urbana das mais diversas áreas que a entidade, elaborou um mapa cuja representação busca elucidar a proporção do crescimento da malha urbana setelagoana em 6 (seis) décadas. (Figura 2).



Fonte: EMATER (2007)

FIGURA 2: Crescimento da Malha Urbana de Sete Lagoas em 1948 e 2007.

Ainda com relação ao Plano Diretor Municipal, percebe-se uma relevante preocupação em fomentar o turismo no município em virtude de seus potenciais. No entanto, como cidadão setelagoano, tenho observado que o poder público vem priorizando cada vez mais as atividades industriais de grande porte e com grande potencial poluidor, o que por sua vez apresenta um risco à manutenção da qualidade dos potenciais geoambientais para aproveitamento turístico no município.

Faz-se necessário que haja uma reversão no processo decisório, no qual as opiniões, desejos e anseios da população sejam atendidos pelos administradores públicos. A gestão integrada das cidades se apresenta atualmente como um instrumento capaz de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental nas áreas urbanas. Os resultados desse modelo de gestão podem aproximar o município do tão almejado e desejado desenvolvimento sustentável. Assim, a aplicação de um plano de gestão integrada da cidade, onde as diferentes repartições responsáveis pelo planejamento do município atuem em conjunto (como as Secretarias do Meio Ambiente e do Turismo por exemplo), pode constituir uma solução viável para a resolução de muitos dos problemas ambientais da cidade, e criar condições para o desenvolvimento de um turismo sustentável.

Neste aspecto observam-se que apenas constar em seu Plano Diretor o desenvolvimento da atividade turística e a proteção das ditas “áreas verdes” do município não significa que tais práticas estão sendo adotadas pela administração local. Uma vez que, no que tange ao turismo municipal, em especial a Serra de Santa Helena, observa-se uma série de colocações pertinentes no referido documento tais como:

3. - PROPOSTAS SETORIAIS

3.1. - DIRETRIZES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE

3.1.1. - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

C - Turismo:

- Traçar diretrizes e criar condições para que o turismo se firme como atividade essencial para o desenvolvimento do Município, cujo potencial deve ser explorado em bases racionais, preservando-se o patrimônio natural representado pelas lagoas, grutas e outras belezas cênicas.*
- Dar prosseguimento aos projetos de urbanização das lagoas, da preservação e exploração turística das grutas e ao processo de exploração do complexo turístico da Serra de Santa Helena.*
- Realizar estudos para avaliação do patrimônio natural do Município no sentido de preservá-lo e contribuir para o aumento da oferta de áreas e projetos turísticos.*
- Fiscalizar e controlar o processo de assoreamento das lagoas existentes no Município e criar condições para a sua proteção e perenidade, resgatando o seu valor simbólico e histórico.*

- *Proteger as áreas verdes e praças definidas nos projetos de parcelamento já aprovados, impedindo sua descaracterização como área pública e garantindo sua consolidação como espaço de lazer destinado à população.*
- *Criar programas e espaços destinados ao desenvolvimento de projetos culturais, através da recuperação de equipamentos já instalados e do reaproveitamento de interesse histórico.* (SETE LAGOAS, 2006. n/d)

Tais colocações revelam o ímpeto municipal em desenvolver a atividade, contudo o que se observa é uma total falta de subsídio, na medida em que, “o desenvolvimento turístico municipal está à mercê do mercado, ou seja, se houver interesse ele é realizado, caso o contrário o mesmo é deixado de lado.” (NOGUEIRA, 1999. p.22). É importante ressaltar que, a consideração do autor mostra-se bastante conexa, e mesmo tendo sido elaborada a uma década atrás, está dotada de atualidade e realismo.

Ao deixar que a atividade turística se desenvolva de forma espontânea a administração local expõe regiões como a APA Serra de Santa Helena, a uma *gama* maior de vetores de pressão, especialmente os ligados à expansão urbana e a sua decorrente especulação imobiliária, o que acaba impactando os proprietários rurais e moradores de baixa renda que residem nas redondezas da APA, contrariando assim as diretrizes propostas pela lei orgânica municipal.

CAPÍTULO II - DA ORDEM ECONÔMICA

SEÇÃO I - DA ATIVIDADE ECONÔMICA

SUBSEÇÃO ÚNICA DO TURISMO

Art. 215 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social, cultural e econômico.

Art. 216 - O Poder Público, com a colaboração de segmentos do setor, definirá a política municipal de turismo, observadas, principalmente, as seguintes diretrizes e ações:

I - adoção de plano integrado e permanente, estabelecido em lei, para o desenvolvimento do turismo no Município;

II - Incentivo ao turismo para a população de baixa renda, inclusive mediante estímulos fiscais e criação de colônias de férias;

III - desenvolvimento de infra-estrutura e conservação de parques, grutas e de todo potencial natural que venha a ser de interesse turístico;

IV - apoio aos programas de orientação e divulgação do turismo;

V - regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

VI - proteção do patrimônio ecológico e histórico-cultural do Município;

VII - apoio à iniciativa privada no desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento para a população;

VIII - apoio a eventos turísticos, na forma da lei.

(SETE LAGOAS, 1997. p.19)

O que deixa em aberto o questionamento do porquê de tamanhas falhas no planejamento urbano municipal é o fato de documentos como a Agenda 21 e Cidades Sustentáveis, publicados pela UNESCO a partir da reunião ECO 92 no Rio de Janeiro (UNESCO, 1992), visam nortear não só a elaboração dos Planos Diretores municipais, mas também a execução dos mesmos, em prol de um desenvolvimento sustentável das atividades empreendidas na cidade e em suas adjacências.

Segundo o Secretário Municipal do Meio Ambiente, o Sr. Laírson Couto, no Brasil o maior avanço nesse sentido foi a aprovação da Lei nº10. 257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, na qual a questão ambiental na escala do município é tratada com mais rigor. Ela regulamenta os artigos da Constituição Federal que estabelecem diretrizes gerais da política urbana e de proteção ao meio ambiente e se preocupa com o crescimento urbano desordenado e com as agressões ambientais vigentes na cidade. (BRASIL, 2001)

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) mostra em seu artigo segundo, que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, sugerindo um conjunto de diretrizes, entre as quais destacam-se o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; a ordenação e o controle do uso do solo, de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental; e a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural.

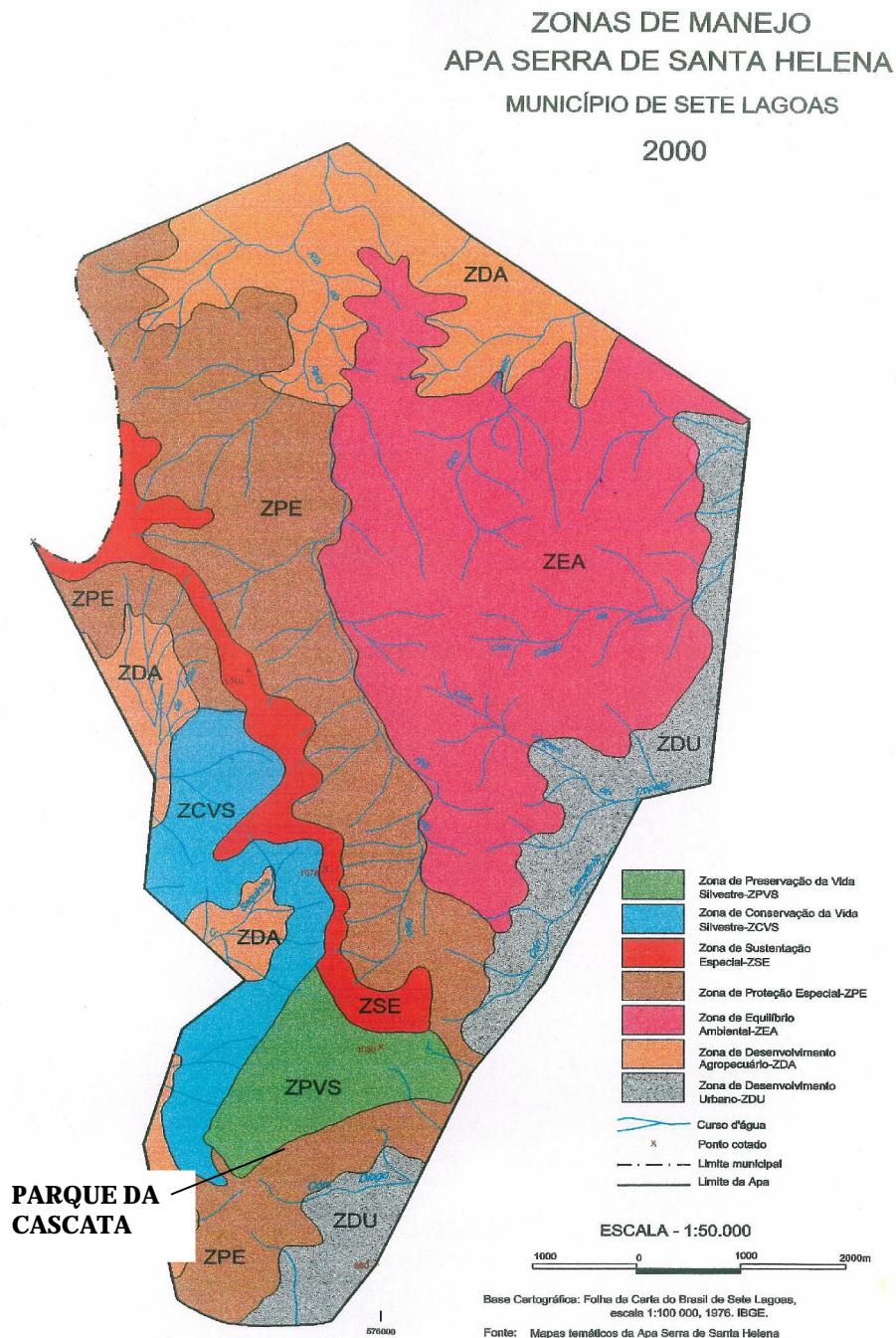
O cumprimento dessa legislação pelo poder público municipal, em especial em relação às questões ambientais, pode reverter os graves problemas ambientais das cidades, assim como a elaboração da gestão integrada do território e a elevação do nível de educação ambiental, ou seja, do nível educacional da população brasileira.

Acerca o Plano Diretor Municipal e o desenvolvimento da atividade turística focados especialmente na APA de Santa Helena, existe na Procuradoria Geral do município um plano de manejo e o consequente zoneamento ambiental da APA, restringindo o uso do solo e o desenvolvimento das respectivas atividades contidas na no interior desta Unidade de Conservação.

O plano de manejo desta área de proteção ambiental foi aprovado Lei Nº. 6973 de 27 de maio de 2004, e o seu decreto proíbe atividades como terraplenagem,

mineração, dragagem e escavação, que possam por em risco a conservação dos ecossistemas, a proteção especial às espécies locais e a harmonia da paisagem, ou que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente.

Assim, para disciplinar a ocupação do solo e o exercício de atividades causadoras de degradação ambiental, o decreto determina a divisão da APA da Serra de Santa Helena em 7 (sete) zonas de manejo, como pode ser observado na Figura 3.



Fonte: SETE LAGOAS, Procuradoria Geral. Zoneamento Ambiental (2000)
FIGURA 3: Zonas de Manejo da APA Serra de Santa Helena

Zonas de manejo, que buscam, portanto, regulamentar o desenvolvimento das atividades dentro da APA, cuja a colocação na lei se deu da seguinte maneira:

Art. 2º Fica a APA Serra Santa Helena dividida em 07(sete) zonas de manejo, configuradas no documento "Zoneamento Ambiental da APA Serra de Santa Helena - Município de Lagoas" a seguir especificadas:

I - Zona de Sustentação Especial (ZSE) área de 2,447419 Km²;

II - Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) área de 2,225170 km²;

III - Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) área de 3,374512 Km²;

IV - Zona de Proteção Especial (ZPE) área de 12,339833 Km²;

V - Zona de Equilíbrio ambiental (ZEA) área de 14,239531 Km²;

VI - Zona de Desenvolvimento Urbano (ZDU) área de 4,977708 Km² e;

VII - Zona de Desenvolvimento Agropecuário (ZDA) área de 7,181027 Km².

Contudo, como será desenvolvido ao longo do presente estudo, observa-se que nem tudo que está planejado e documentado realmente é executado com eficiência e fidelidade. Observa-se também que não há a delimitação de uma zona exclusiva para a prática turística, no entanto pode-se ressaltar que a Zona de Preservação da Vida Silvestre (área verde) é coincidentemente a área do Parque da Cascata, cujo intuito é exatamente promover a atividade turística dentro da APA.

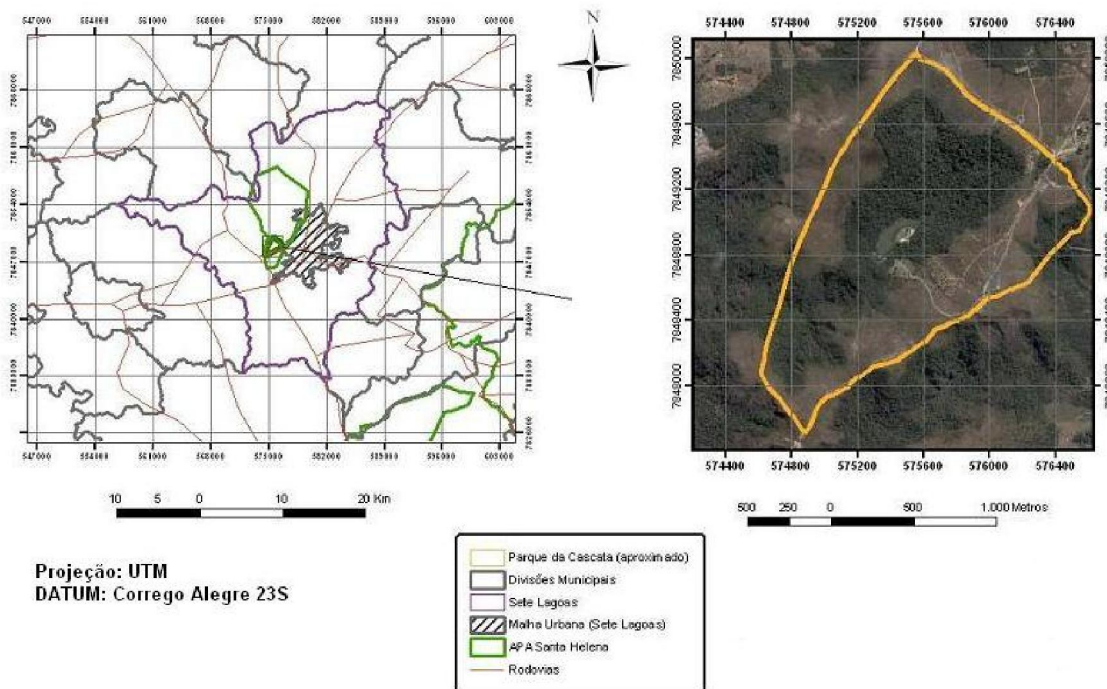
Nesse contexto a emergência da problemática ambiental gera várias discussões, em especial quando se aborda a atuação do turismo no espaço urbano. Nessa pesquisa, alguns pontos de reflexão vão ser ressaltados, mas é preciso múltiplos parâmetros para se discutir sobre o assunto. Assim, para uma análise mais fiel da dinâmica que a atividade turística imprime na APA e seus decorrentes impactos socioambientais, julgou-se necessário também o levantamento das características físicas da região para após tal contextualização física, entender a dinâmica espacial provocada por esta atividade antrópica que é essencialmente importante tanto no desenvolvimento de uma consciência ambiental por toda a sociedade quanto para a preservação do meio em que estamos inseridos.

3. 2. SERRA DE SANTA HELENA: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, a APA foi criada pela lei nº 5.243 do dia 07 de janeiro de 1997, cujo objetivo é:

[...]garantir a conservação do conjunto paisagístico do local mediante a proteção da cobertura vegetal, da fauna silvestre, das cavernas e demais formações cársticas, das nascentes e encostas, do patrimônio cultural e paisagístico, assegurando o bem-estar das populações humanas, conservando e melhorando as condições ecológicas locais.
(SETE LAGOAS, 1997. n/d)

Ainda segundo a Prefeitura Municipal (2009)⁵, esta Área de Preservação Ambiental é supervisionada, administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. De acordo com a lei municipal nº 5.570 de 05 de maio de 1998, o perímetro total é 33 km e sua área aproximada é de 46.785.200 m². A localidade possui edificações coloniais históricas, áreas de mata nativa, curso d'água eminente e topografia acidentada, além da atração do Parque da Cascata. (Figura 4) Cujas características físicas observadas e levantadas serão descritas subsequentemente.



Fontes: Carta Topográfica do IBGE (Sete Lagoas e Cach. dos Macacos) e Imagem de Satélite Google Earth 2009

Fonte: ADESA, (2009)

FIGURA 4: Mapa de Localização do Parque da Cascata

⁵ Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 2009. Disponível em: <<http://www.setelagoas.mg.gov.br/>>. Acesso em 22, outubro, 2009.

3. 2. 1. HIDROGRAFIA

Segundo dados do EMATER (2007), a composição da rede hidrográfica da Unidade de Conservação APA Serra de Santa Helena pertence à Bacia do Rio São Francisco, sendo que nela encontra-se o divisor de águas entre duas das grandes bacias hidrográficas formadoras da bacia do Rio São Francisco, as bacias do Rio das Velhas e a bacia do Rio Paraopeba.

Possuindo uma rede de drenagem numerosa e densa, a rede hidrológica da Serra de Santa Helena reflete uma grande importância na recarga hídrica dos principais córregos do município e no aporte de água para a região. (Figura 5)

Dentre estes, pode-se citar as “cabeceiras” do Ribeirão do Paiol, um dos principais de Sete Lagoas, devido a sua capacidade de abastecimento e qualidade de suas águas. Segundo a FEAM o Ribeirão do Paiol é um curso d’água “classe 1”, uma vez que, suas águas podem ser destinadas ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado, à recreação de contato primário, à irrigação e à criação de espécies animais destinadas à alimentação humana.

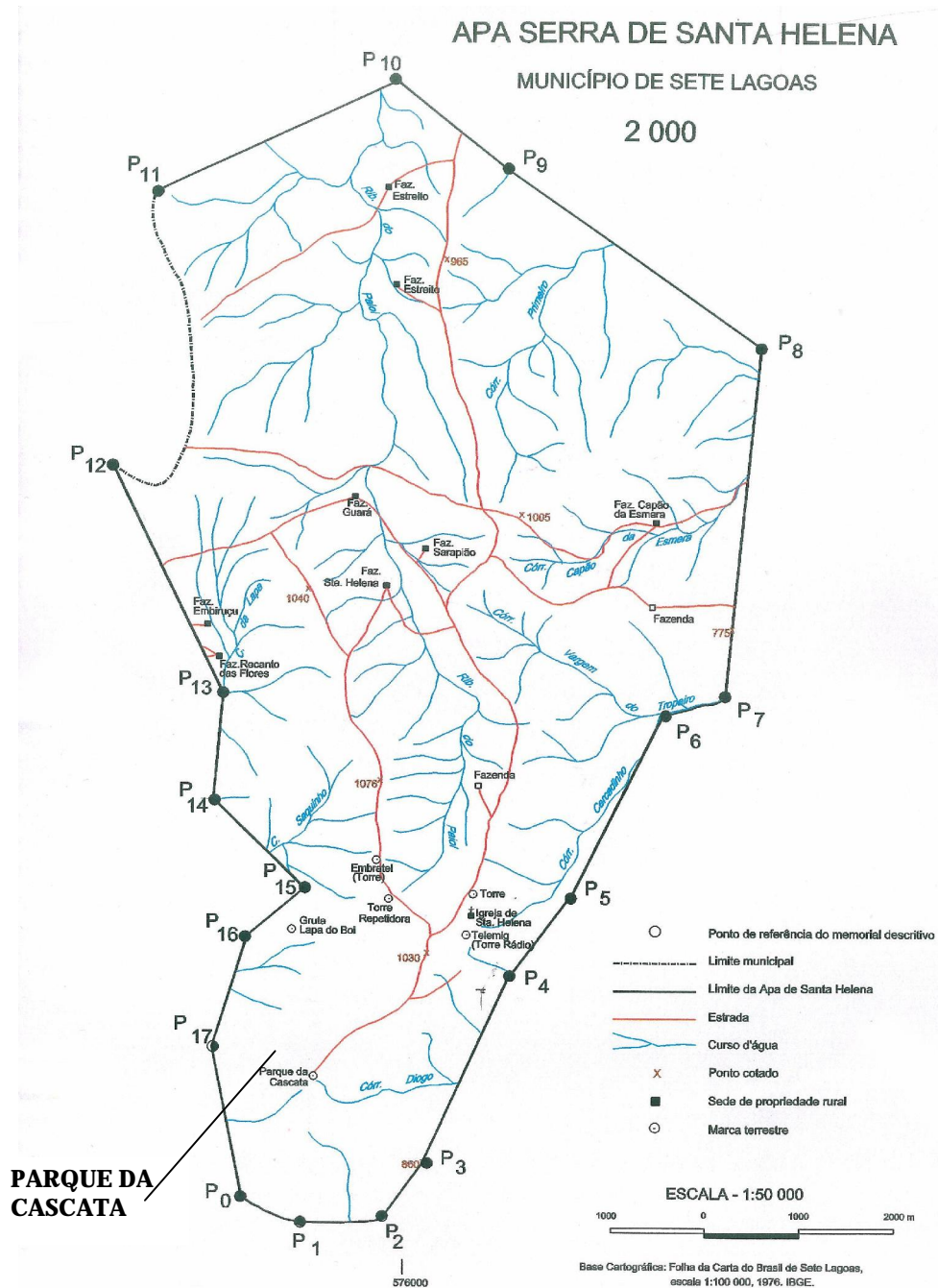
Ribeirões e Córregos	Nº de nascentes
Cabeceira do Ribeirão do Paiol	43
Córrego Primeiro	13
Córrego Barreirinho	05
Córrego Capão da Esmera	09
Córrego Vargem dos Tropeiros	09
Córrego Cercadinho	03
Córrego Diogo	03
Córrego Boqueirão	01
Córrego Saquinho	09
Córrego Riachinho	02
Córrego da Lapa	10
Córrego da Guariba	02
Nascentes diversas	06
TOTAL	115

Fonte: Mapa Levantamento Cadastral da APA e Base Cartográfica do Município de Sete Lagoas, 2009.

TABELA 2: Nascentes da APA Serra de Santa Helena

Além de suas funções específicas, estes corpos hídricos possuem também grande importância para o abastecimento de propriedades rurais que circundam a APA e

também para dessedentação de animais silvestres, descanso de aves migratórias, reprodução de peixes e fonte de alimentos para répteis, peixes e aves, além de proporcionarem uma bela harmonia paisagística à região, que se qualifica como turística.



Fonte: SETE LAGOAS, Procuradoria Geral. Zoneamento Ambiental (2000)

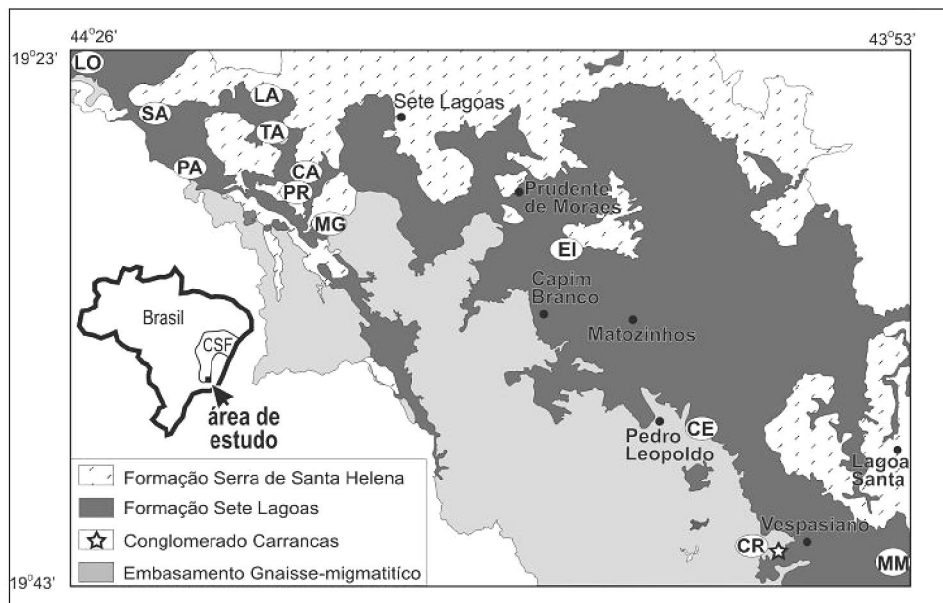
FIGURA 5: Zoneamento da Rede Hidrográfica - APA Serra de Santa Helena

3. 2. 2. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Segundo Vieira *et al.* (2007), o município de Sete Lagoas está inserido em dois complexos de rochas de idades e origens bastante divergentes. Um constituído de rochas cristalinas e o outro de rochas carbonáticas de baixo grau de metamorfismo. A região sul do município seria predominantemente de rochas cristalinas, com afloramentos de gnaisses, migmatitos e granitóides foliados. No restante do município ocorrem rochas argilosas e carbonáticas pertencentes às formações Santa Helena e Sete Lagoas do Grupo Bambuí.

As Formações Sete Lagoas e Serra de Santa Helena pertencem ao grupo Bambuí, e são marcados por notável desenvolvimento de uma foliação de crenulação ao transversal ao alinhamento.

A formação Sete Lagoas possui uma espessura em torno de 200m de calcários cinzentos a negros. Na parte inferior os calcários apresentam-se mais claros, isto devido a maior proporção de quartzo e filossilicatos (ilorita verde-clara e muscovita), e sua granulação é usualmente fina. Na parte superior o calcário se torna mais puro e de cor mais escura, devido a presença de grafita. [...] A formação Serra de Santa Helena possui uma espessura de cerca de 200m composta por folhetos e siltitos, cinza a cinza esverdeados, intercalados a dois horizontes carbonatados, sendo típico nesta unidade uma laminação fina, dada por alternâncias granulométricas (Argila/silte ou silte/argila). Os siltitos da formação Serra de Santa Helena são de ambientes de águas marinhas mais profundas que as rochas da formação Sete Lagoas, estando estes abaixo da influência das ondas e das correntes de maré que ocorriam no período geológico em questão. (GROSSI & QUADE, 1995, p. 68-73)



Fonte: VIEIRA *et al.* (2007)

FIGURA 6: Mapa Geológico de Sete Lagoas e Região no Carste São Francisco

Assim, pode-se compreender que a formação Santa Helena é constituída de siltitos argilosos e folhelho siltico, de cor acinzentada a esverdeada, é caracteristicamente clivado segundo placas de espessura variável, mais fina quando se trata de folhelho siltico e mais grossa quando se tem silito argiloso. Nesta formação que se encontra as ardósias de cores cinzentas, com tonalidades esverdeadas e enferrujada, amplamente exploradas pelo comércio da região para o revestimento de construções civis.

Ainda segundo Vieira *et al.*(2007), a formação Sete Lagoas é constituída principalmente por calcários e dolomitos de cores cinza a cinza claro. Sendo que tais dolomitos constituem a rocha fonte da matéria prima utilizada na produção de cal e cimento da região (Figura 7).



Foto: COSTA & OLIVEIRA, (2009)

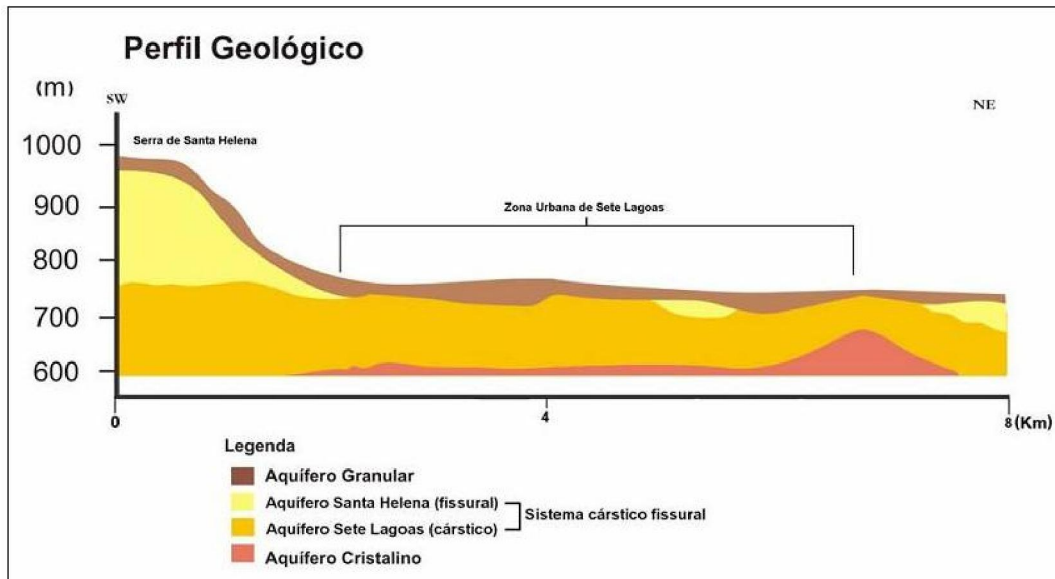
FIGURA 7: Afloramento de Rochas Calcáreas no interior da APA Serra de Santa Helena

Quanto à pedologia, segundo a CPRM (1996) são encontrados solos do tipo Cambissolos e Neossolos litólicos de textura argilosa; Latossolos vermelho-escuro de textura argilosa; Latossolos vermelho-amarelo e Neossolos flúvicos.

Segundo Ab'Saber (2003), o relevo de uma região é o resultado das ações de agentes físicos, químicos, biológicos e climatológicos que atuam direta e indiretamente sobre a litologia local ativando o sistema erosivo de moldagem. Assim, o relevo local apresenta formas que variam de ondulada à montanhosa, com topo abaulados e com níveis altimétricos variando de 800 a 1.076 metros, tipos da classificação geológica defendida por Vieira *et al.*(2007).

A ocorrência de rochas cristalinas, gnaisses e migmatitos resultam em um relevo constituído por uma sequência de morrotes de contornos arredados e topo aplainados e encosta suaves a pouco íngremes. Conseqüentemente, o sistema de drenagem é formado por vales abertos e rasos com áreas planas constituindo as várzeas úmidas tão comuns na região.

Segundo Ab'Saber (2003), na área de ocorrência de calcários ocorre um relevo cárstico com áreas planas a pouco onduladas, com muitas dolinas e morros isolados. As dolinas são causadas pela dissolução do calcário ou do abatimento do teto de cavernas subterrâneas segundo as concepções de Grossi & Quade(1995). Sendo que as que estão preenchidas com água são denominadas de lagoas, resultando na principal característica da localidade, que acabaram nomeando o município. Assim, a Serra de Santa Helena constitui-se um expoente na paisagem local, devido a sua elevação protuberante e incomum. (Figura 8).



Fonte: Levantamento Geológico do SAAE- Sete Lagoas – Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (2009)

FIGURA 8: Perfil Geológico do Município de Sete Lagoas.

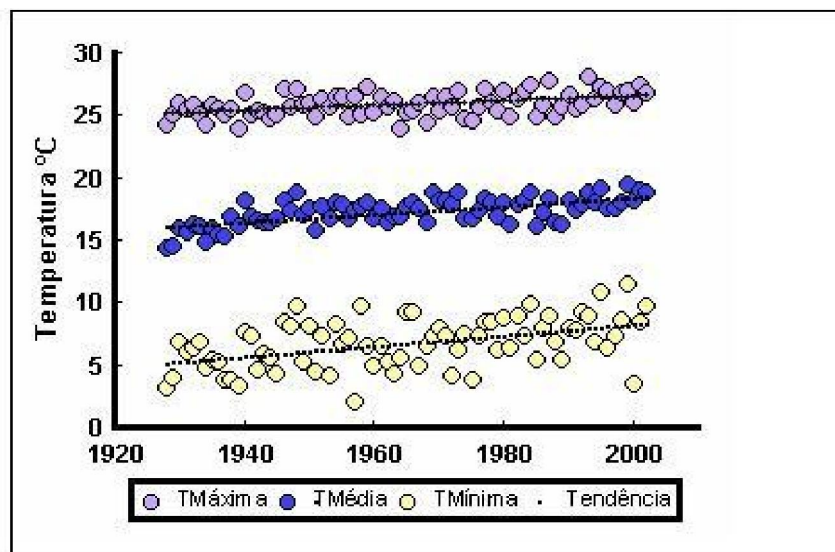
3. 2. 3. CLIMA

Segundo Guimarães *et al*(2004), o clima da região é caracterizado como tropical semi-úmido, com médias pluviométricas anuais entre 1500 e 1750 mm e com duas estações distintas: inverno e verão. Sendo o período de menor índice pluviométrico entre os meses de Maio e Setembro e o de maior índice o de outubro a maio, com

maiores taxas em dezembro e janeiro, a temperatura média é de aproximadamente 20°C, com 30°C de máxima e 12°C de mínima temperatura.

Pode-se observar através do Gráfico 2 que as temperaturas mínimas, médias e máximas entre os anos 1920 e 2000, acompanharam a tendência estabelecida por Guimarães *et al* (2004) em seu estudo. Sendo que tal parâmetro de tendência foi estabelecido de acordo com o comportamento climático da região em que o município está inserido.

Neste sentido, pode-se observar que as alterações nestes parâmetros abordados pelo supracitado gráfico correspondem a ocorrências esporádicas, provavelmente decorrentes de fenômenos climáticos pontuais.



Fonte: GUIMARÃES *et al.* (2004)

GRÁFICO 2. Variabilidade das temperaturas Média, Máxima e Mínima na Região de Sete Lagoas de 1920 a 2000.

Inserida neste contexto climatológico está a formação geomorfológica da Serra de Santa Helena e em seu interior o Parque da Cascata. Devido a sua elevação, a localidade provém uma sensação térmica mais amena, se comparada com as porções altimétricas inferiores e urbanizadas do município.

Assim como a altitude, segundo Dajoz (2005), o remanescente vegetacional de uma determinada região pode ser notadamente capaz de amenizar a sensação térmica local.

As florestas têm influência direta sobre o clima, provocando variações na temperatura, na umidade relativa do ar e na transpiração e evapotranspiração dos seres vivos. Também reduzem a velocidade dos ventos, favorecendo a recreação ao ar livre e

proporcionando um perfeito intercâmbio entre o ar puro e o poluído, principalmente nas áreas urbanas.

[...] As informações climáticas obtidas no interior das florestas apontam que a temperatura do ar, diária ou mensal, é inferior aquela obtida fora do povoamento florestal. As diferenças maiores ocorrem durante os períodos mais quentes, e as temperaturas máximas são mais afetadas do que as mínimas, principalmente nas florestas caducifólias. A copa das florestas densas formam uma superfície contínua, transformando-se na área de contato com o ar. Logo, as temperaturas são mais altas no topo do dossel, diminuindo gradativamente até o solo florestal, podendo atingir diferença de 18 a 20°C em relação a temperatura da serrapilheira, ocorrendo o inverso durante a noite. (DAJOZ, 2005. p.43)

Por ter grande parte de sua área com floresta relativamente preservada, o Parque da Cascata e de certa forma toda a região da APA, mostram-se fundamentais para o controle microclimático da região de Sete Lagoas.



Fonte: Cemig – Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (1999)

ORTOFOTOCÓPIA 1: Área do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.

Contudo, devido a pressão antrópica que pode ser observada nas dependências da APA e em seu entorno, através da análise do plano de manejo local (Figura 3), visualiza-se a gradativa redução das formações florísticas, o que acaba por impactar o microclima da região sob pesquisa. Segundo Guimarães *et al.* (2004) “o regime microclimático de toda a região metropolitana foi alterado devido a expansão antrópica, com alterações significativas no regime pluviométrico e na umidade relativa do ar.”

Explicando tal citação, segundo Guimarães *et al.* (2004) o microclima é modificado por alterações na superfície, provocadas pelo ser humano como, por exemplo, através do processo acelerado de urbanização, que causa mudanças no balanço de energia e de radiação que ocorrem na zona urbana como consequência da substituição de superfícies naturais por superfícies pavimentadas e construções, que armazenam parte da energia recebida durante o dia, liberando-o para o ambiente após o pôr-do-sol.

Deste modo, a energia que seria utilizada para evaporar a umidade presente na superfície, é diretamente absorvida pela superfície urbana, aquecendo-a mais que o seu entorno rural ou vegetado. Segundo Landsberg *apud* Guimarães *et al.* (2004), o calor de origem antrópica, bem como a poluição atmosférica, também são fatores fundamentais nessas alterações, sendo este fenômeno definido na literatura como “ilha de calor urbano”.

Sendo assim, compreender o domínio morfoclimático da localidade instrumentaliza a análise dos impactos que as intervenções humanas, em especial o turismo, vêm provocando no âmbito ambiental.

3. 2. 4. ASPECTOS FLORÍSTICOS E FAUNÍSTICOS

Segundo as considerações de Ab´Saber (2003) o município de Sete Lagoas está inserido no domínio morfoclimático denominado cerrado, contudo a vegetação marca a transição da região da Zona da Mata Mineira com os Cerrados do norte do estado, observando-se, portanto uma zona de ecótonos e de endêmica miscigenação de paisagens florísticas e faunísticas (Figura 9).

Assim, apesar de localizada em região típica do cerrado, a APA Serra de Santa Helena possui, em seu interior, um fragmento remanescente de floresta estacional semidecidual, de porte desenvolvido e com um bom aspecto de conservação apesar das considerações que serão desenvolvidas ao longo do presente estudo. Esta vegetação é de grande importância para o município e para a região, principalmente levando-se em

consideração a fauna regional, o clima, a conservação do solo e dos corpos hídricos e também a harmonia paisagística.

A vegetação predominante no Parque da Cascata corresponde às espécies do bioma Cerrado, com suas formações vegetacionais (fisionomias) que variam de campo, campo cerrado, matas secas e matas de galeria (CPRM, 1996).

A fisionomia de campo predomina nas áreas de maiores altitude do Parque, sendo a cobertura herbácea das formações campestres detentora de uma predominância gramínea, na formação de pastagem nativa principalmente dos gêneros capim barba de burro (*Andropogon*), capim fino (*Aristida*), capim barbicha (*Eragrostis*) e capim capeta *s* (*Sporolobu*). Segundo Nogueira (1999), tal característica fisionômica determinou, juntamente com o contexto histórico, a ocupação pela atividade agropecuária da região da APA no início do século XX, o que acabou transformando a paisagem local e consequentemente impactando o espaço físico, socioeconômico e cultural.

À medida que a altitude decresce, há um aumento gradual do porte das plantas, constituindo o típico cerrado. Essa fisionomia se encontra na porção superior das cabeceiras e partes mais alta das vertentes, onde predomina a litologia de filitos, sendo composta por espécies vegetais típicas do cerrado apresentando, portanto, indivíduos tortuosos, de porte médio e bastante espaçados entre si, como a árvore símbolo do cerrado, o pequizeiro (Figura 10).



Foto: COSTA , (2009)

Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 9 e 10: Transição entre Cerrado e Mata Atlântica na Serra de Santa Helena e Espécie de Pequizeiro na APA Serra de Sta. Helena em Sete Lagoas.

Além do cerrado *stricto sensu*, há ainda na área do parque uma vegetação característica conhecida como Mata Seca. Neste tipo de vegetação “[...] os indivíduos mais desenvolvidos podem atingir de 10 a 12 metros de altura, sendo as espécies, caducifólias que ocorrem em áreas de afloramento de calcário no bioma Cerrado” (CPRM, 1996). Neste estrato ocorrem o angico (*Anadenantheracolubrina*), a aroeira

(*Myracrodruon urundeuva*), o cebolão (*Phytolacca dioica*), o esporão-de-galo (*Celtis iguanea*), o cedro (*Cedrela odorata*), o tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*), dentre outras espécies. Todas essas espécies foram referenciadas pelo estudo do EMATER (2007), e estão devidamente catalogadas (ANEXO I).

Nas proximidades dos cursos d'água e numa área extensa no alto da cabeceira da microbacia nota-se a presença de Matas Pluviais e Matas Galerias. Essas são formações arbóreas perenifólias, que contém elementos da Floresta Atlântica. Possuindo em sua fitofisionomia um grande número de mesófitos herbáceos, macrófitas e epífitas, as árvores atingem, em média, 20 metros de altura (CPRM, 1996).

Devido aos empreendimentos adotados na região, um grande número de espécies invasoras é encontrado no interior da APA. Cita-se como exemplo a presença da gramínea braquiária (*Brachiaria spp*), muito utilizada na implementação das pastagens. Além de outras espécies, como o capim gordura (*Melinis minutiflora*) e o eucalipto (*Eucalyptus spp.*), cujo plantio se estende pela região norte do estado, sendo muito utilizado na produção de carvão vegetal para fomento dos fornos siderúrgicos da região de Sete Lagoas.

Segundo Molina (2001) a atividade turística amplia a dispersão destas espécies invasoras, uma vez que “o fluxo de indivíduos é capaz de importar para os ambientes visitados uma amplitude enorme de espécies invasoras tanto nos patamares florísticos quanto faunísticos, na medida em que o trânsito das pessoas altera a dinâmica ecológica local e desloca diversas estruturas reprodutivas vegetais[...]”.

Grande parte das espécies características desta região de Minas Gerais foi dizimada ao longo do “desenvolvimento” urbano-industrial, devido à quase total destruição dos *habitat* naturais existentes.

Em função do desmatamento, a fragmentação se instala rapidamente e quanto menores e mais isolados os fragmentos florestais, mais facilmente as populações de fauna e flora minguam a extinção. Em consequência da fragmentação, perde-se diversidade e isto implica na perda de grupos funcionais em muitos lugares. Dessa forma, os sistemas ecológicos são simplificados e, no longo prazo, há um certo temor de que essa perda se acentue. (RAMBALDI *et al.*, 2003)

Assim, os remanescentes da vegetação natural ainda existentes na APA Serra de Santa Helena constituem refúgios para várias espécies de animais, contudo, esses remanescentes encontram-se ilhados, em meio a uma região bastante antropizada.

O turismo sob bases sustentáveis surge como possível ferramenta na preservação destes remanescentes, já que o mesmo prima pela preservação dos ambientes onde é

desenvolvido. As espécies (Listagem completa no ANEXO II) passaram a sofrer forte pressão antrópica, sendo as espécies faunísticas mais comuns: Mico estrela (*Callithrix penicillata*), Lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), Seriema (*Cariama cristata*), picapau (*Colaptes campestris*), João de Barro (*Furnarius rufus*), pássaro preto (*Gnorimopsar chopi*), gavião pombo (*Leucopternis polionota*), Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), cobra jararaca (*Bothrops jararaca*), cobra cascavel (*Crotalus durissus*), cobra coral (*Micrurus frontalis*). (Inventário Faunístico do IBAMA disponível no ANEXO II). (EMATER, 2007)

Podem-se encontrar também várias espécies da ordem *Rodentia* (ratos), além da fauna cavernícola, que conta com espécies variadas de morcegos, grilos, aranhas, mariposas, mosquitos, besouros, baratas, escorpiões, lacraias, centopéias, além de bactérias, protozoários e fungos. (EMATER, 2007)

Todas estas espécies tanto do âmbito faunístico como florístico, são contempladas pelo Estudo Técnico do EMATER (2007), e sua importância para a preservação ambiental da APA é relevante. Deve-se ainda lembrar a proeminência da flora e da fauna locais no que tange aos estudos da biodiversidade nessa região ecótona.

Ecótonos são regiões especialmente relevantes onde ocorre a passagem de uma comunidade a outra por uma zona de transição. As populações de plantas e animais substituem-se gradualmente, podendo criar fronteiras comunitárias notáveis. (DAJOZ, 2005. p.13)

Contudo, existe a necessidade, segundo o EMATER (2007), da criação de corredores ecológicos, que instituem não apenas a preservação da biodiversidade local, mas também o desenvolvimento da mesma a médio e longo prazo.

Segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, os Corredores Ecológicos:

[...] são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (BRASIL, 2000. n/d)

Os corredores permitem a conexão e a dispersão das espécies entre os fragmentos florestais, aumentando o tamanho dos habitats, possibilitando também a interação entre os dois ecossistemas presentes, o Campo Cerrado e a Floresta Estacional Semidecidual, isto garante uma maior diversidade e estabilidade dos ecossistemas, além

de valorizar o atrativo turístico no que diz respeito à qualidade ambiental e beleza cênica.

Em locais onde a paisagem é fragmentada pela urbanização e deflorestação os animais precisam de caminhos naturais para se movimentar e migrar; na busca de prevenir a consangüinidade e a super exploração das presas. Em regiões onde o turismo é uma atividade econômica, os corredores garantem a longevidade da beleza cênica da paisagem. (ARRUDA, 2000).

Portanto, a implantação de corredores ecológicos em pontos estratégicos, que reconectam habitats isolados, emerge como uma alternativa viável e necessária a se realizar nesta área de preservação ambiental, visando tanto à restituição ecológica e ambiental quanto a ampliação da qualidade do atrativo turístico sob estudo.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

A ação humana no ambiente gera transformações e mudanças, tanto negativas quanto positivas, o turismo, por sua vez não é diferente e gera impactos negativos e positivos, que refletem direta ou indiretamente na vida social e econômica das pessoas.

Visando compreender a dinâmica da atividade turística no município de Sete Lagoas, buscou-se referências bibliográficas que fornecessem consistência para o estudo de tal atividade econômica. Assim, em primeira instância foi realizada uma pesquisa das bases teóricas relacionáveis com o turismo e com as alterações do espaço geográfico. Tal pesquisa baseou-se em um caráter exploratório, tendo em vista explicar, explorar e analisar as considerações abordadas pelos autores em que se diz respeito ao turismo e seus decorrentes impactos no espaço geográfico. Utilizando-se dos acervos da Biblioteca da Universidade Federal de Viçosa, da Seltur (Sete Lagoas Turismo, Lazer e Cultura S/A), da Procuradoria Geral do Município de Sete Lagoas, da rede Internacional de computadores (Internet) e de ambientes similares, como nos periódicos da CAPES.

Uma vez referenciada a base teórica do presente trabalho, passou-se a um estudo formal do objeto proposto para análise, ou seja, o Complexo Turístico da Serra de Santa Helena. Dessa forma, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, sendo utilizados o método de procedimento observacional, na adoção do estudo de caso em questão. (FACHIN 2001, p. 144)

Buscando caracterizar os ambientes naturais substituídos por infra-estrutura turística foi realizada visita técnica ao longo do Complexo Turístico da Serra de Santa Helena. As infra-estruturas foram elencadas através da elaboração de uma ficha de observação, sugerida pelo membro e diretor da ADESA, Silvio Linhares.

Após elaboradas as fichas, foram realizadas incursões diárias ao Complexo, sendo a subida até a sede realizada de carro e o restante à pé ou de bicicleta, num total de 9 (nove) visitas de campo. Tais incursões fundamentaram a observação empírica do local, sendo as questões relevantes registradas através de ferramentas como Máquina Fotográfica e anotações de próprio punho. Buscando um ângulo diferente da paisagem local, foram realizados com o auxílio do comerciante e piloto setelagoano, Gláucio Daniel de Oliveira, 2 (dois) sobrevôos diurnos de Parapente, que propiciaram fotografias panorâmicas (Figura 11).



Foto: COSTA & OLIVEIRA, (2009)

FIGURA 11: Fragmentos de Floresta Estacional Semi-Decidual na APA Serra de Santa Helena e desenvolvimento de atividade ecoturística ligada ao Parapente.

Com relação à pesquisa de campo, ao longo do trabalho, foi também vislumbrado o método de entrevistas informais. Sendo aplicados questionários com perguntas criteriosamente elaboradas, cuja aplicação realizou-se tanto com indivíduos que vivem a realidade local, ou seja, os proprietários rurais, trabalhadores do parque e visitantes, quanto com autoridades/profissionais do âmbito ambiental e turístico no município. No caso o Secretário Municipal do Meio Ambiente, a Gerente do Parque da Cascata e o Secretário Municipal de Turismo.

De acordo com Fachin (2001, p. 147):

O questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de obter respostas para a coleta de informações. E, para que a coleta de informações seja significativa, é importante verificar os meios de como, quando e onde obter as informações [...] as questões devem ser reduzidas ao mínimo possível, a fim de melhor prenderem a atenção do pesquisado

e, devem também, ser específicas do objeto da pesquisa e claramente formuladas, para não conduzirem a respostas vagas.

Para a entrevista foi elaborado um roteiro, composto de um cabeçalho com o nome do pesquisador, a data, o objetivo da entrevista/pesquisa, a profissão, o nome e a idade do entrevistado e um questionário. Algumas perguntas permaneceram as mesmas para todos os entrevistados e outras tiveram que ser adaptadas ou diferenciadas conforme a realidade de cada entrevistado, como consta nos Apêndices A, B, C e D.

Portanto, para os visitantes, o questionário foi estruturado em 10 (dez) perguntas (APÊNDICE A), sendo 7 (sete) questões objetivas e 3 (três) discursivas. Devido aos dias escolhidos para as visitas técnicas, geralmente nos fins de semana, um grande número de pessoas estava presente no Complexo Turístico da Serra de Santa Helena, conseqüentemente uma considerável quantidade de indivíduos aceitou responder ao questionário, sendo distribuídos 94 (noventa e quatro) exemplares do mesmo (Figura 12).



Foto: LINHARES, (2009)

FIGURA 12: Entrevista realizada com visitantes do Complexo Turístico da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas, MG.

Contudo, muitos visitantes pediram tempo para respondê-lo e acabaram descartando-o, sendo assim, foram validados 67 (sessenta e sete) questionários, posteriormente analisados e tabulados, sendo os demais desconsiderados da análise.

Quanto aos proprietários rurais da região, o questionário foi desenvolvido 6 (questões), sendo 3 (três) objetivas e 3 (três) discursivas. O formato da mesma foi baseado nas sugestões do diretor da ADESA, o Sr. Silvio Linhares, e fundamentado nos

objetivos dessa pesquisa. Neste aspecto, o questionário faz o levantamento de pontos como a dimensão da propriedade, atividade desenvolvida, o quantidade de indivíduos residentes, dentre outras. (APÊNDICE B). Buscando elucidar quais os principais impactos socioambientais causados pela atividade turística, e a partir dos resultados, estabelecer a relação da atividade com a melhoria ou degradação da qualidade de vida dos residentes da Serra.

Foram assim, tabelados 15 questionários, cujas respostas foram acompanhadas, buscando auxiliar os proprietários nas respostas, uma vez que se tratam, na grande maioria dos casos, de pessoas simples cuja a vida fora dedicada ao trabalho no campo. Contudo, pode-se considerar o número de entrevistados relativamente pequeno, se pensado que, segundo estudos do EMATER (2007), existem no interior e no entorno da APA, 74 propriedades. Tal fato deve-se especialmente ao horário de aplicação dos mesmos, coincidindo com o horário de trabalho e à grande quantidade de porteiros trancadas, impossibilitando a chegada à sede das propriedades e conseqüentemente a aplicação dos questionários.

Para os funcionários do Parque da Cascata, o questionário continha também 6 (seis) questões, além é claro do cabeçalho de identificação com dados pertinentes a idade, função e sexo do entrevistado (APÊNDICE C). Dentre estas questões podemos destacar 3 (três) discursivas e 3 (três) objetivas, que foram devidamente respondidas por 8 funcionários do Parque, que segundo os mesmos, contam com 18 funcionários e técnicos, além dos membros da ADESA que possui escritório no local.

O questionário buscou, a *priori*, visualizar a sensibilidade dos funcionários, quanto aos impactos da atividade turística na APA e em todo o seu entorno, e a disposição dos mesmos para com as iniciativas do governo municipal quanto à atividade turística local.

No caso das autoridades locais, foram adotadas entrevistas em detrimento dos questionários, devido a formalidade necessária e da importância das informações cedidas. Com o auxílio do professor e Vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas, o Sr. Dalton Andrade, foi possível o agendamento de entrevistas com o Secretário Municipal do Meio Ambiente, o Sr. Laírson Couto. A Gerente do Parque da Cascata, a Sr(a) Geysse Mendes. E com o Secretário Municipal de Turismo, o Sr. Gustavo Paulino.

Tais entrevistas foram semi-estruturadas e para a fiel obtenção de dados e informações, as mesmas foram, após autorização dos entrevistados, gravadas através de um Mini-Gravador Digital e posteriormente transcritas (APÊNDICE D).

Considerando que as pesquisas e estudos sobre economia, cultura, meio ambiente e turismo agregam importantes informações de caráter técnico – científico (aprimorando conceitos de percepção, impactos sócio-ambientais e econômicos) de caráter extensionista (no intuito de aplicação dos resultados para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas para a atividade turística de modo a aperfeiçoar e fortalecer a gestão desse importante setor da economia local e regional) esta pesquisa visou dar uma significativa contribuição aos atores do turismo tanto na esfera pública quanto privada, bem como, para a comunidade local.

Portanto, deve-se compreender que, tal metodologia de pesquisa foi aplicada sempre buscando compreender e descrever a organização e a dinâmica das transformações espaciais perante a sociedade. Definindo assim os impactos sócio-econômicos e ambientais decorrentes da atividade turística, realizando-se um minucioso estudo de caso, fundamentado na visão crítica que a Graduação em Geografia fomentou.

Priorizando assim, sempre a identificação e caracterização dos impactos socioambientais causados pela atividade turística, tendo as visitas técnicas mostrando-se como eficaz ferramenta no âmbito da observação crítica e levantamento de dados.

Contudo, algumas dificuldades foram encontradas durante a pesquisa, como limitações de recursos tecnológicos e financeiros para uma mais fiel obtenção de dados; burocracia e inflexibilidade, por parte do órgão gestor do atrativo, no fornecimento de informações sobre o estudo do impacto ambiental e relatório de impacto ambiental – EIA / RIMA – quando da implantação do Projeto turístico Parque da Cascata.

5. RESULTADOS & DISCUSSÕES

5.1. A INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS

Durante as incursões de campo, foram levantadas as principais alterações do meio físico proporcionadas pela ação antrópica. Com o auxílio das anotações, das fotografias aéreas (ADESA) e do levantamento ambiental produzido pelo EMATER (2007), podem-se selecionar quais são as principais infra-estruturas estabelecidas no interior da APA, para assim posteriormente caracterizar os ambientes degradados ou subjugados por tais empreendimentos.

A ocupação antrópica da área caracteriza-se pela grande quantidade de torres de telefonia e redes de transmissão elétricas, o que causa visível impacto visual em um ambiente que prima pela beleza cênica, mas que teve sua prioridade de instalação estabelecida devido à altitude dos locais em que estão fixadas. (Figuras 13 e 14).



Foto: COSTA, (2009)

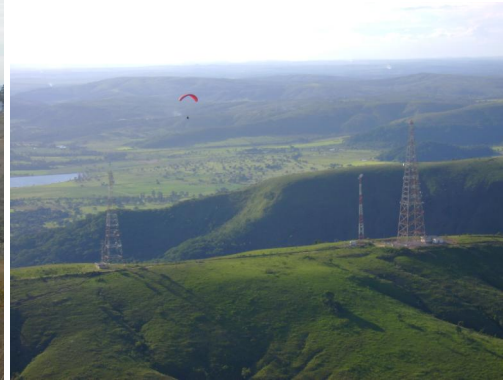


Foto: COSTA & OLIVEIRA, (2009)

FIGURAS 13 e 14: Antenas de Telecomunicação na APA Serra de Santa Helena.

A Capela de Santa Helena (Figuras 15 e 16), situada na porção mais alta da formação geomorfológica em estudo, possui uma infra-estrutura de visitação que conta com a estrada de acesso pavimentada, construção colonial do santuário católico, cruzeiro luminoso que segundo informações da Seltur (2009), possui 16 metros de altura, edificações contemporâneas que servem como lanchonete e sede do Clube de Vôo de Sete Lagoas, além de uma área de pouso e decolagem para Parapente.



Foto: COSTA, (2009)



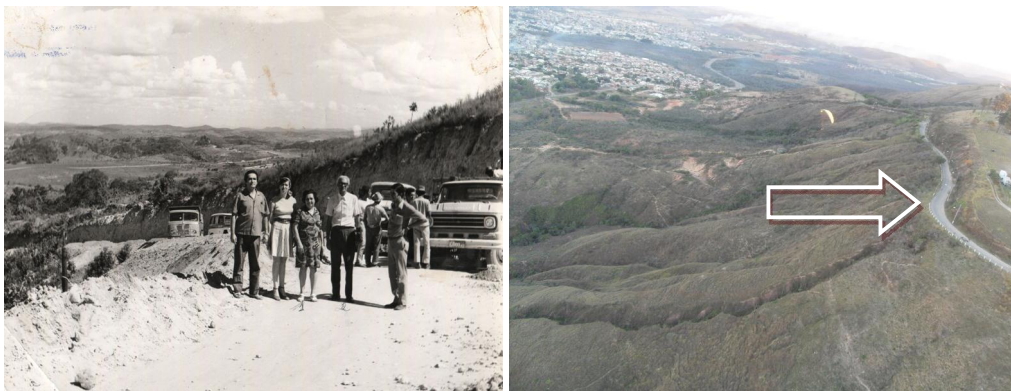
Foto: COSTA & OLIVEIRA, (2009)

FIGURAS 15 e 16: Capela de Santa Helena – Vista Frontal e Panorâmica – APA de Santa. Helena.

A priori, fica a impressão de que para o estabelecimento da capela e do cruzeiro, a mata de topo de morro fora totalmente devastada. Contudo, devido ao domínio morfoclimático em que a Serra de Santa Helena está inserida, apenas estudos mais específicos podem elucidar tal questão. A afirmação da existência de uma vegetação arbórea em tal localidade pode ser errônea devido à comum ocorrência dos campos de altitude, caracteristicamente herbáceos, nessa região e dos vestígios encontrados desse tipo de vegetação ao redor do complexo.

Para se ter acesso à Capela, existe uma estrada pavimentada que parte do bairro Jardim Arizona em Sete Lagoas e se dirige para o alto da Serra. De acordo com dados da PMSL (2009), a estrada construída em 1962, procurava facilitar o fluxo dos romeiros da festa religiosa de Santa Helena, contudo com a implementação do Parque, a mesma passou a dar acesso a todo o Complexo Turístico da Serra de Santa Helena. (Figuras 17 e 18)

Além de sua estrada principal, pavimentada, A APA possui também, em seu interior, uma malha de estradas vicinais, interligando as propriedades rurais localizadas na área. Atendendo esta zona rural no que tange às demandas de deslocamentos e escoamento da produção.



Fonte: Museu Nho Quim Drummond, (2009)

Foto: OLIVEIRA, (2009)

FIGURAS 17 e 18: Estrada de Acesso à Serra de Santa Helena em dois momentos: 1962, em sua construção e 2009, em Sobrevôo de Parapente.

No entanto, quando observamos as características físicas da área, identificamos problemas que estão comprometendo não somente o acesso, mas também o próprio equilíbrio do meio. Na região da APA predominam rochas calcárias do Grupo Bambuí. Estas, são muito sensíveis à qualquer tipo de intervenção. Sua decomposição pode ser acelerada, ocasionando desde processos erosivos superficiais até subsuperficiais.

A retirada da cobertura vegetal potencializou esta dinâmica, sendo assim, medidas de recuperação e estabilização devem ser implementadas. Além disto, o carreamento de solo (Figuras 19 e 20) tem assoreado as linhas de drenagem, os cursos de água superficiais e subsuperficiais.



Foto: COSTA, (2009)

Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 19 e 20: Processos Erosivos do Solo na APA Serra de Santa Helena.

Tais processos erosivos podem caracterizar impactos socioambientais na medida em que a perda massiva dos nutrientes do solo, tanto quanto podem levar a deposição de material pedológico nas dolinas e nos cursos d'água que estão situadas na porção inferior da APA, quanto podem impossibilitar a reestruturação da mata nativa na porção erodida. Sendo que em casos mais extremos, o ravinamento pode levar a acidentes como o deslizamento de toda a encosta, o soterramento de propriedades que estão a jusante da Serra de Santa Helena e a impossibilidade de tráfego de automóveis na região, “ilhando” moradores e até mesmo visitantes.

Outras infra-estruturas impactantes podem ser observadas no Parque da Cascata, uma vez que, o mesmo possui portaria ladeada por estrada calçada, três casas de apoio (em que se encontram os escritórios da Secretária Municipal de Meio Ambiente, e as sedes da ADESA e IBAMA) área para estacionamento, restaurante, sanitários, área de lazer com playground, quadra de areia para prática de esportes, duchas, quiosques, churrasqueiras e área de camping.

No interior do Parque existe um curso d'água cujo o represamento resultou na formação de um lago. Segundo informações da ADESA, o mesmo conta com 450 metros de diâmetro, este lago fica em frente ao restaurante e é cercado por uma praia artificial de um lado e por Floresta Estacional Semi-decidual do outro. Há também duas pequenas ilhas no lago e ao seu redor, existe uma trilha de cimento com, aproximadamente, 2.000 m de extensão, sendo que na parte da mata, há clareiras com mesas e bancos de madeiras e lixeiras para a realização de *picnics*. (Figuras 21, 22,23 e 24)



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 21 e 22: Guarita de Entrada e Lago no Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 23 e 24: Playground e Restaurante da Área de Camping do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.

Através do ladrão da barragem – lugar por onde sai o excesso de água – a água corre pelas pedras, ao lado da trilha de cimento (Figura 25), que conduz a um pequeno monjolo, e por fim ao mirante da cascata. Esse mirante possui grade de proteção, de onde se tem a visão da cascata de mais de 40 metros de queda (Figura 26) e do vale por onde suas águas correm.

Neste vale encontram-se as grutas, que não possuem nenhum tipo de infraestrutura complexa de visitação, ou seja, o acesso é realizado através de trilhas entre a mata, sem sinalização evidente, ocasionando a abertura de múltiplos caminhos e consequentemente proliferando impactos como a remoção da cobertura natural do solo, perturbações dos processos bióticos, devastação de espécies de matas ciliares e propiciando ações de vandalismo, uma vez que não existem rotas ou normas a seguir.

Destarte, pode-se concluir que as estruturas oferecem um bom apoio à atividade turística, contudo a adequação das mesmas para um Parque que está situado em uma

Unidade de Conservação pode ser posta em cheque. Citando como exemplo a trilha dentro da mata, que é contrastante com o ambiente natural, pois é feita de cimento, causando grande impacto no solo, além da interrupção do escoamento hídrico de vários cursos d'água e nascentes que existem na mata (Figura 25).



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 25 e 26: Trilha de Acesso à Cascata e o Vale da Cascata no Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.

Outras trilhas dentro do Parque apresentam avançados processos de erosão, agravados pela ação antrópica, pois são freqüentadas por motoqueiros e *mountain bikers*, causando grande perturbação sonora e risco aos animais silvestres, como também aos visitantes que trafegam por elas. (Figuras 27 e 28)



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 27 e 28: Trilhas passando por processos erosivos no interior do Parque da Cascata na APA Serra de Santa Helena.

Foi levantado como problema estrutural a sinalização dentro do Parque, cuja situação é precária, visto que algumas placas estão tombadas, outras estão alocadas em lugares impróprios – pregadas em árvores, causando danos às mesmas – e em alguns locais, onde há necessidade de sinalização; portanto, os

visitantes ficam desorientados e podem se perder no interior da mata (Figuras 29 e 30).



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 29 e 30: Placa de Sinalização da APA Serra de Santa Helena e Falta de Sinalização em trilha no interior do Parque da Cascata.

O restaurante apresenta precariedade na sua construção, com infiltrações de água de chuva em suas paredes, sanitários danificados, em mau estado de conservação e limpeza, além de seu conjunto arquitetônico destoante para um parque inserido em uma Unidade de Conservação. Na área de lazer e camping do Parque existem churrasqueiras que são consideradas impróprias para um parque que está inserido numa Zona de Preservação da Vida Silvestre, elas estão localizadas muito próximas aos quiosques, podendo ocasionar incêndio, pois suas coberturas são feitas de piaçava (Figuras 31 e 32).



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 31 e 32: Banheiro do Parque da Cascata depredado e Quiosque de Piaçava nas Proximidades da Mata no Parque da Cascata.

5. 2. ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA SERRA DE SANTA HELENA E SUA SUSTENTABILIDADE.

A necessidade de sistematizar o conhecimento relacionado a práticas existentes da atividade turística e os impactos gerados na Serra de Santa Helena fundamenta a análise em que se baseia a presente monografia.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação geográfica dos lugares e das regiões. Tornou-se assim, com efeito, importante aos cientistas sociais e das ciências da terra para a compreensão do chamado desenvolvimento sustentável e das interações homem-meio.
(CRUZ, 2001. p.24)

O Complexo Turístico Serra de Santa Helena, em conjunto com o Parque Municipal da Cascata apresentam algumas deficiências no que tange ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Sendo essas carências levantadas durante as incursões de campo e devidamente relacionadas a seguir:

- Ausência de um regulamento que contenha normas de procedência durante a visitação no Parque;
- A portaria não tem uma boa infra-estrutura, sua instalação dificulta a recepção dos visitantes e os guias nem sempre estão presentes ou são suficientes.
- Ausência de informações sobre o Parque – os visitantes que ainda não o conhecem, sentem-se perdidos sobre o que fazer durante a visitação;
- Falta qualificação dos funcionários do Parque, para um atendimento eficiente ao visitante;
- Não há um trabalho consolidado de educação ambiental;
- Não há um controle rígido do fluxo turístico, sendo que o Parque sofre invasão através de buracos nas cercas em vários pontos no seu entorno, formando entradas secundárias de livre acesso.
- A área do estacionamento para veículos de pequeno porte é muito restrita e mal planejada;
- Não há coleta regular do lixo e a caçamba fica cheia por um longo tempo, proporcionando a presença de animais e insetos vetores de doenças;
- A imagem do Parque, principalmente referente à sua paisagem construída, dá claros sinais de abandono por parte do órgão responsável por sua gestão;
- Não oferece segurança aos visitantes, devido a falta de controle de acessos.

- Há um relevante acúmulo de lixo nas grutas, assim como pichações em suas paredes;

Todas estas alterações são motivadas especialmente pelo despreparo do Parque da Cascata e do Complexo Turístico da APA Serra de Santa Helena em receber o fluxo de visitantes. Como consta na Tabela 3, disponibilizada pelos dados da Setltur (2009), observa-se alguns padrões de visitação ao parque em certos períodos dos anos amostrados.

MÊS	Nº VISITANTES/2007	Nº VISITANTES/2008
Janeiro	1.765	1.128
Fevereiro	1.263	1.240
Março	881	735
Abril	821	637
Maió	692	625
Junho	546	538
Julho	1.213	1.084
Agosto	551	660
Setembro	708	643
Outubro	884	838
Novembro	789	695
Dezembro	1.474	1.128
TOTAL	11.587	9.951
MÉDIA MENSAL	966	829

Fonte: Seltur, 2009

TABELA 3. Fluxo de Visitantes no Parque da Cascata de Sete Lagoas.

Pode-se observar que os maiores índices de visitação ocorrem durante o período de Verão exibindo uma tendência do público alvo do empreendimento em visitar o parque na estação em que ocorrem as grandes temperaturas no município e região. Estes números são capazes de revelar também o perfil dos visitantes no que tange à profissão exercida pelos mesmos. A ocorrência de um grande fluxo de turistas durante os meses de Dezembro e Janeiro fomenta a colocação de um público cuja atividade desenvolvida está voltada à escola, uma vez que, este período coincide com as férias escolares. Tal perspectiva pode ser confirmada pelo alto número de visitantes durante o mês de Julho, que também é dedicado ao recesso escolar.

Outro dado pertinente de ser analisado da Tabela 3 é a ocorrência dos menores índices de visitação durante os meses de Maio e Junho, o que pode ser explicado pela temporada de baixas temperaturas aliadas ao período do ano letivo, ou seja, no decorrer do mesmo.

Tais índices de visitação são capazes de auxiliar os funcionários e autoridades na elaboração de uma estratégia de manejo exclusiva para a atividade turística, assim como identificar os períodos onde os impactos causados pela atividade são mais incisivos.

A incidência dos impactos socioambientais conseqüentes da visitação ou até mesmo do pequeno fluxo, também podem ser levantados através dos supracitados dados. Atividades como o trânsito de pessoas, o comércio ambulante, o aluguel de propriedades, dentre outros, sofrem direta influência dessa flutuação na taxa de visitantes por mês contemplados na tabela. Revelando uma forte capacidade do empreendimento em alterar a dinâmica espacial local, direta e indiretamente.

No entanto, um estudo mais pertinente acerca do perfil do visitante será viabilizado pelo questionário aplicado aos mesmos e também da análise de todas informações levantadas através do trabalho de campo.

5. 3. FUNCIONÁRIOS DO PARQUE DA CASCATA E O DIA-A-DIA DA APA.

Segundo Fachin (2001) ao se aplicar um conjunto de perguntas a um determinado indivíduo, deve-se antes direcionar o que se almeja com tais questionamentos, e mais ainda, deve-se ter a convicção para o que servirão tais respostas.

Assim a importância de se considerar a opinião dos funcionários do Parque à respeito das atividades desenvolvidas em seu local de trabalho e as decorrências dessas no meio ambiente e na sociedade, se materializa na medida em que os mesmos tratam-se de indivíduos cuja vivência no Parque e conseqüentemente, na APA, agrega muito valor aos depoimentos e dados prestados.

Portanto, o questionário (Apêndice C) buscou visualizar a sensibilidade dos funcionários, quanto aos impactos da atividade turística na APA e em todo o seu entorno, e a disposição dos mesmos para com as iniciativas do governo municipal quanto à atividade turística local.

Levantando os dados pertinentes, observou-se que a manutenção do Parque da Cascata é realizada por mão-de-obra da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e da Seltur. Sendo o quadro de funcionários composto por servidores públicos concursados, que trabalham em sistema de escala alternada.

Segundo a Seltur, os 18 (dezoito) funcionários alternam suas jornadas de trabalho em turnos diurno e noturno. Sendo que na parte do dia trabalham no Parque, 2 (dois) porteiros, 2 (dois) guarda-parque, 2 (dois) rondantes e 2 (dois) guias turísticos e 2

(duas) faxineiras. Já na parte da noite, trabalham 2 (dois) vigias de portaria e 6 (seis) rondantes.

Dentre tais funcionários, 15 (quinze) são indivíduos do sexo masculino e apenas 3 (três) são mulheres, mostrando uma dicotomia comum no ambiente da APA, onde a vivência durante a pesquisa e os dados levantados apontam para uma maior quantidade de indivíduos do sexo masculino, seja trabalhando ou visitando a localidade.(Gráfico 3)

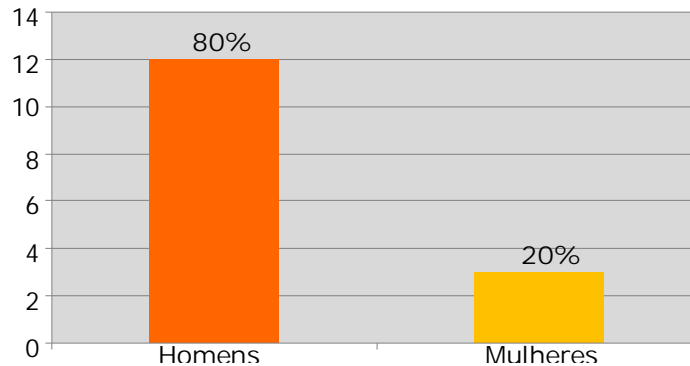


GRÁFICO 3: Sexo dos Funcionários do Parque Municipal da Cascata, na APA Serra de Santa Helena – Outubro/2009.

Contudo, levantar informações quanto o gênero de cada trabalhador do parque não se mostra como a prioridade desse estudo. Até, porque, dos 18 funcionários “fichados”, apenas 9 (nove) responderam ao questionário, sendo nessa amostra 7 (sete) homens e 2 (duas) mulheres.

Muito pelo contrário, os questionamentos referentes às problemáticas que eles visualizam no dia-a-dia da APA e do Parque mostram-se muito mais importantes. Sendo assim, ao serem perguntados acerca das principais ocorrências de ações impactantes os funcionários citaram como os principais fatos os visitantes jogarem lixo em locais inadequados, quebrarem os bancos e mesas existentes no local, além de provocarem queimadas e agredirem as plantas. Para as faxineiras que trabalham no Parque retirar o lixo do chão tornou-se uma rotina, não obstante, segundo o relato das mesmas, a falta de educação dos visitantes impressiona. Sendo que, para todos os funcionários a atividade turística está estreitamente relacionada de problemas de cunho ambiental que ocorrem na região da APA.

Perguntados acerca do período de maior ocorrência de problemas e incidência de rejeitos nas matas e nas estruturas, todos os funcionários citaram Festa de Santa Helena que acontece no mês de maio de cada ano. Segundo 100% dos entrevistados, no dia seguinte ao fim da festa, são recolhidas por voluntários e pela prefeitura, inúmeras

caçambas de lixo deixadas pelos vendedores ambulantes e freqüentadores como pode ser observado nas fotografias cedidas pela ADESA . (Figuras 33 e 34).



Foto: ADESA, (2008)



Foto: ADESA, (2008)

FIGURAS 33 e 34: Caçambas de Lixo cheias de resíduos deixados durante a Festa de Santa Helena em Sete Lagoas, MG – Maio, 2008.

Porém, estes dados não conferem com os levantados pela Tabela 3, visto que durante o mês de Maio, a visitação no Parque atinge seus menores índices anuais. Ao se analisar o porquê desta discrepância de informações, observou-se que a Festa de Santa Helena é realizada nas imediações da Capela de mesmo nome e não nas dependências do Parque da Cascata, não contabilizando, portanto, o número de visitantes.

Ao apontarem a festa como período de maior ocorrência de impactos ambientais provocados pelos visitantes, os funcionários desconsideraram o fato de que a festa é nas proximidades da Capela, mas como eles são funcionários da PMSL a mesma os condiciona a trabalhar na limpeza e manutenção dos distúrbios gerados pelos “romeiros”. Além destes já citados problemas, o vandalismo figura como um fator de preocupação diária para os entrevistados, especialmente, os rondantes, que relatam que os atos desse cunho já chegaram a provocar a falta de água para molhar as mudas e para abastecer os bebedouros que atendem aos próprios visitantes (Figuras 35 e 36).



Foto: ADESA, (2008)



Foto: ADESA, (2008)

FIGURAS 35 e 36: Caixas d’água e Escritório depredados pelo vandalismo dos visitantes no Parque da Cascata, na APA Serra de Santa Helena.

A falta de amparo da PMSL para com o Parque também é citada pelos funcionários, que reclamam das condições de trabalho (como a falta de veículo automotor para o deslocamento dentro do Parque, falta de rádios de comunicação para todos os funcionários, a falta da delegação de tarefas diárias e a dificuldade de chegada ao local de trabalho), da falta de banheiros públicos e muitas vezes segundo eles, a falta de materiais para realizar reparos nas infra-estruturas como as cercas que dividem o Parque do restante da APA.

Neste aspecto, uma vez questionado sobre a falta interesse do poder público municipal em relação a Serra Santa Helena, novamente 100% dos entrevistados assinalaram a opção 1, referente à resposta SIM. Mesmo possuindo sua vida e sua forma de sustento ligadas ao emprego junto a autarquia municipal, todos os funcionários apontaram o descaso da Prefeitura com as questões pertinentes ao Parque.

Evidenciando a capacidade de um determinado governo, ou política governamental, através de suas ações ou falta delas, impactar a atividade, e em consequência disto o local. Ao deixar de alocar recursos no Parque, a PMSL acabou impondo problemas de ordem estrutural ao corpo físico do parque, que por sua vez repercutem na esfera ambiental e por que não, social.

Tal repercussão pôde ser observada nas visitas técnicas e está ligado diretamente às falhas na estrutura que cerca o Parque. Devido à ausência de algumas cercas ou até mesmo a depredação das mesmas, há uma quantidade bastante considerável de equinos e bovinos advindos das propriedades adjacentes à APA. O que propicia o surgimento massivo de carrapatos, causando perturbação aos visitantes, além de trazer prejuízos ao ambiente natural, pois esses animais causam devastação da vegetação nativa, a compactação do solo e a abertura de várias trilhas. (Figuras 37 e 38)



Foto: COSTA, (2009)

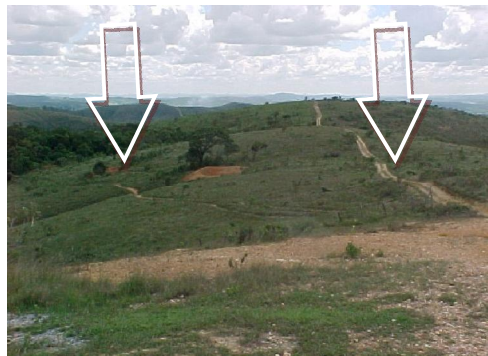


Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 37 e 38: Animais pastando dentro da Área do Parque da Cascata e aberturas de trilhas e “caminhos de boi” na APA Serra de Santa Helena.

Os impactos acima descritos podem acarretar em perdas da qualidade ambiental local, contaminar nascentes, depredar mudas e conseqüentemente influenciar na visão que os visitantes passam a ter do *locus* turístico.

Dentre todos os entrevistados, 2 (dois) dos funcionários são moradores locais. Eles possuem pequenas residências na região da APA, que segundo os mesmos são provenientes de herança familiar e casamento, cujas raízes já estão fixadas no local, podendo perceber-se os traços que a identificação e a territorialidade para com a Serra deixam em suas falas.

Um destes entrevistados é guia turístico, de 39 anos, acredita que a instalação do Parque e subseqüentemente da APA, acabarão por “expulsar” todos os moradores rurais da região em alguns anos. Segundo relatos do mesmo, os impactos que o turismo trouxe não são diretamente ligados à erosão, ou a queimadas, mas sim, à valorização de suas terras, que acabaram adquirindo um valor ao qual será impossível não vendê-las em um certo período de tempo.

A seguir a transcrição de um trecho da resposta do mesmo à seguinte pergunta: “*Você acredita que a Atividade Turística influencia no dia-a-dia dos moradores ao entorno do Parque? Como?*” (Pergunta nº 6 – Apêndice III)

Não acredito que ela influencia, eu acredito que ela transformou e ainda vai mudar muito a vida de todos nós. Muitos dos meus vizinhos já venderam suas propriedades e no lugar das roças simples estão sendo feitas chácaras e sítios de primeira classe. Como eu, pobre desde a infância vou viver junto com gente ‘chic’? Eu acredito que a instalação do Parque aqui e da APA há alguns anos atrás vai ‘tocar’ todo mundo que é pobre desses ‘canto’ e isso aqui vai ficar tudo lotado de gente com dinheiro, se já não é!

(Geraldo Eustáquio Pereira – Taquinho – Guia Turístico Local.)

Tal depoimento revela o fato que, para esse funcionário que também é morador da Área de Proteção Ambiental, os impactos do meio físico, ou seja, os impactos ambientais tradicionais estão muito mais ligados à agropecuária do que necessariamente ao turismo.

Entretanto, a capacidade de refuncionalizar o espaço que a atividade turística abarca que é defendida segundo as concepções de Santos (1986), acaba por impactar o ciclo de vida desses cidadãos, o que pode levar os moradores desta região ao êxodo e conseqüentemente à perda de sua identidade local.

5. 4. OS PROPRIETÁRIOS RURAIS E SUA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

No levantamento de campo e na análise dos documentos cedidos pelo EMATER, pôde-se identificar o estabelecimento de várias pequenas propriedades rurais com sua infra-estrutura característica (casas sede, pequenas construções, cercas, etc). Além dos seus implementos, ou seja, as pastagens e plantações agrícolas. No entanto, devido ao pequeno número de proprietários que responderam ao questionário (APÊNDICE B) e a indisponibilidade da carta fundiária do município perante a prefeitura municipal, fica impossibilitada a caracterização das propriedades.

Ainda, segundo dados do EMATER (2007), na área da APA a pecuária bovina ocupa lugar de destaque, voltada principalmente para o leite, caracterizando-se a extensividade da exploração. A alimentação do rebanho provém, em grande parte, das pastagens nativas e, em menor quantidade, de pastagens plantadas, principalmente com o uso do capim *brachiaria* e cana-de-açúcar. Na agricultura, atividade secundária e de subsistência, predominam as culturas tradicionais de milho e feijão, disseminadas praticamente em todas as pequenas e médias propriedades rurais e ainda, em menor expressão, algumas espécies de hortaliças, fruteiras e pequenos animais (suínos e aves).

Tanto na área da APA como em seu entorno, algumas famílias utilizam lenha para uso doméstico. A água também é utilizada para o abastecimento doméstico, dessedentação dos animais e irrigação. O extrativismo vegetal ocorre, em pequena escala, também com a extração do pequi e plantas medicinais. No entorno da APA, conforme já citado anteriormente, existem áreas com exploração mineral de calcário.

Buscando levantar o perfil dos proprietários rurais locais, foram aplicados 15 (quinze) questionários. Neste sentido, a maioria (60%), faz o uso de seu terreno para o desenvolvimento da pecuária, enquanto vinte por cento (20%) dos entrevistados desenvolve em suas dependências a agricultura, sendo a predominância de plantios de milho e feijão. Outros 7%, praticam a piscicultura, além de 12% de outras atividades, como uso do terreno para a recreação/aluguel e a mineração. (Gráfico 4)

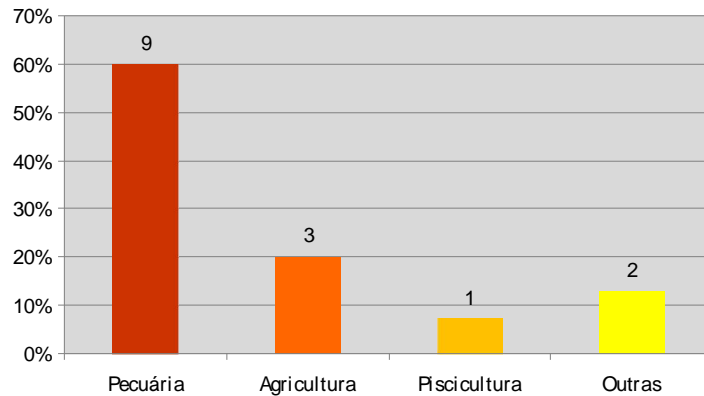


GRÁFICO 4: Atividades Desenvolvidas nas Propriedades Rurais presentes na APA Serra de Sta. Helena – Outubro/2009.

O reduzido número de entrevistados que usam seu terreno para outras atividades, evidencia, mesmo que em uma pequena amostragem, a realidade local. Devido ao fluxo turístico e a beleza cênica da APA, alguns dos proprietários abandonaram o tradicional uso agropecuário da terra, “migraram” para a cidade e passaram a alugar as casas para os turistas interessados em passar temporadas ou fins de semana ao “pé da serra” como se diz no município (Figuras 39 e 40).



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 39 e 40: Casa de Final de Semana em Construção nos limites da APA e Pequena Propriedade Rural no interior da Serra de Santa Helena.

Cabe ressaltar que, todos os entrevistados que marcaram a Pecuária como atividade desenvolvida, disseram adotar a prática extensiva leiteira. Ao ser perguntado, qual o motivo da adoção de tal técnica de confinamento, o proprietário Sr. José Raimundo Ferreira, cujo nome pediu para ser citado, disse que devido à grande quantidade de pastagens naturais em seu terreno a pecuária se mostrou como a

alternativa mais viável economicamente para o uso do solo e especialmente devido a declividade de sua propriedade a pecuária leiteira é a mais aconselhável.

O tamanho médio das propriedades rurais que estão contempladas na presente pesquisa é de 10,7 ha., revelando um grande número de pequenas e médias propriedades no interior e no entorno da APA, dado que já fora sugerido pelo estudo do EMATER (2007).

Contudo o enfoque principal está voltado para a abordagem que os proprietários oferecem para o empreendimento turístico da Serra de Santa Helena. Neste aspecto, pôde ser visualizado que grande parte dos entrevistados vêem nas atividades humanas os maiores problemas ambientais da Serra de Santa Helena.

Curiosamente foi detectada a percepção ambiental dos mesmos na medida em que eles elegeram a retirada da mata nativa, para o plantio de pastagens, como a maior atividade impactante, e conseqüentemente a responsável pelos processos erosivos atuais. Alguns dos entrevistados citaram queimadas propositais como outro aspecto impactante, fato que é comprovado pela ADESA, que inclusive disponibilizou fotografias de um incêndio de âmbito criminoso, ocorrido em Agosto de 2008. (Figuras 41 e 42)



Foto: ADESA, (2008)



Foto: ADESA, (2008)

FIGURAS 41 e 42: Incêndio nas Dependências da APA Serra de Santa Helena.

Assim, foi questionado aos proprietários rurais se eles visualizavam alguma relação entre os impactos ambientais citados e a atividade turística. Para a grande maioria deles (87%), não existe esta relação, uma vez que os impactos citados por estes indivíduos dizem respeito especialmente à práticas agrícolas ou à acidentes/atentados ao patrimônio ambiental. Com ressalvas, aos casos de incêndios criminosos para a limpeza de campo, prática muito comum há anos atrás.

Entretanto, perguntados sobre a influência da atividade turística no dia-a-dia de sua propriedade e família, eles apontaram inúmeros fatores como a insegurança, o

grande número de veículos e pessoas circulando pelas estradas e proximidades de seus terrenos, as invasões de propriedade, os furtos de produtos agrícolas (especialmente os frutos cultivados para subsistência).

Revelando uma série de distúrbios antes inexistentes no meio rural, configurando assim impactos sociais relevantes perante os proprietários rurais e suas respectivas famílias. Destarte, fica evidente que a atividade turística causa uma série de alterações na vivência destes indivíduos.

Deve-se evidenciar ainda uma faceta segregadora que a produção turística impõe aos residentes locais. Criou-se todo um Complexo Turístico e posteriormente se estabeleceu a APA de Santa Helena em uma região tradicionalmente ocupada pela atividade agropecuária e mineradora, restringindo assim, o uso da terra a estes indivíduos e simplesmente não os inserindo no ciclo econômico da atividade turística que eles passaram a vivenciar.

Assim sendo, perguntou-se aos entrevistados se eles acreditavam que há um descaso do Governo Municipal com as questões referentes à Serra de Santa Helena, ou seja, da área diretamente impactada pelo empreendimento turístico. Neste quesito, 93% dos proprietários de terras questionados acreditam que há sim um descaso da Prefeitura de Sete Lagoas para com as questões socioambientais vigentes na APA (Gráfico 5).

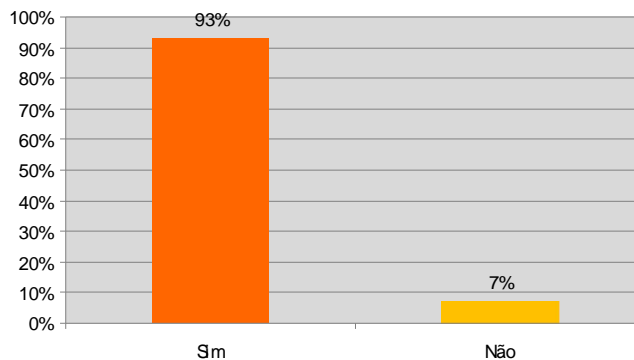


GRÁFICO 5: Questionamento aos Proprietários Rurais da Serra de Sta. Helena, quanto à ocorrência de descaso do poder público quanto à APA – Outubro/2009.

Revelando que o “burburinho” realizado pelo governo municipal, em questões como as propagandas e os anúncios publicitários apenas mascaram um total despreparo, ou até mesmo descaso, para com um de seus cartões postais e para com o seus cidadãos ali instaurados.

Portanto, voltando-se aos conceitos de desenvolvimento e turismo sustentáveis abordados durante esta pesquisa e vislumbrados em documentos oficiais do município,

como a Lei Orgânica e o Plano Diretor setelagoanos, depara-se com o cenário de total descaso do Poder Público para com as “normas” que regimentam sua administração.

Far-se-á a seguir uma análise dos parâmetros abordados pelas autoridades durante as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os representantes do poder público municipal que atuam em áreas afins ao foco da pesquisa.

5. 5. AUTORIDADES LOCAIS E SUA VISÃO DO PANORAMA TURÍSTICO

Observando e analisando alguns dados e informações levantadas nesse estudo, pôde-se constatar a existência de um passivo ambiental bem expressivo na cidade. Segundo a CPRM (1996), na década de 90, por lançar direto nos cursos d’água os seus efluentes industriais e domésticos *in natura*, o município já se configurava como o maior poluidor da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Jequitibá.

Além das já citadas devastações florísticas e faunísticas e da grande emissão de poluentes na atmosfera devido ao seu grande parque siderúrgico, o município por si só se desqualifica como cidade turística exemplar, cujas bases se fundamentam em uma Lei Orgânica rígida e em um Plano Diretor bem elaborado.

Neste sentido, o discurso da sustentabilidade tem sido frequentemente usado por governantes de todas as esferas do poder público, contudo quando se parte para uma análise mais profunda, como no presente estudo de caso, fica clara uma imagem de total despreparo das equipes e autoridades que estão no poder para estabelecer em seus municípios as bases mínimas para o desenvolvimento sustentável das atividades ali desenvolvidas.

Muito pelo contrário, o governo municipal setelagoano vêm adotando práticas que privilegiam o desenvolvimento do parque industrial e conseqüentemente a arrecadação de impostos e divisas, em contrapartida, quesitos como a qualidade de vida e os indicadores ambientais (como qualidade do ar e da água) tendem a cair consideravelmente.

Não obstante, o desenvolvimento do turismo nas já implementadas infra-estruturas passou a ser deixado à cabo das leis de mercado e as pressões sobre os remanescentes florestais da cidade, no caso a APA Serra de Santa Helena, são cada vez maiores, motivadas pela falta de planejamento tanto do crescimento e do desenvolvimento da atividade turística quanto pela dinâmica urbana local.

Sob tal modelo de desenvolvimento, os impactos socioambientais vigentes em Sete lagoas tendem a se multiplicar. No que tange a atividade turística, observa-se uma

ampla capacidade de transformar a dinâmica dos locais onde a mesma é implementada, haja visto o caso da Serra de Santa Helena e as problemáticas vivenciadas pelos proprietários rurais ali inseridos.

Neste sentido, há um reconhecimento de que dentre as inúmeras causas dessa degradação, o turismo é comprovadamente capaz de produzir alterações que geram prejuízos aos meios natural, social e econômico.

Assim, visando compor as diferentes visões acerca da atividade turística na APA de Santa Helena, foram entrevistados 3 (três) representantes da esfera governamental do município, cujo objetivo foi identificar seus conhecimentos sobre o turismo e a sua dinâmica no território do município de Sete Lagoas – MG.

Sendo assim, no que tange à visão dos protagonistas sobre suas apreensões acerca do turismo e sua dinâmica no território do município, percebeu-se um certo amadorismo ou inexperiência por parte dos representantes do poder público.

O primeiro representante entrevistado foi o Secretário Municipal de Turismo - Sr. Gustavo Paulino (transcrição das entrevistas disponível no Apêndice D). Perguntado sobre qual seria a sua concepção sobre turismo, o mesmo baseou sua resposta nos parâmetros econômicos do desenvolvimento da atividade a níveis globais, podendo revelar um foco distorcido ao se analisar o que é o potencial turístico de um determinado local, já que, este atrativo deveria independer do crescimento ou não da atividade no mundo. Em outras palavras, ficou a impressão de que se o turismo atinge níveis de crescimento pautáveis na economia globalizada, então é interessante para o município ter um atrativo turístico.

Tal consideração mostra-se preocupante na medida em que, como fora visto, o turismo é capaz de transformar a dinâmica dos locais, refuncionalizar o espaço e criar novas territorialidades, gerando assim uma grande variedade de impactos cuja viabilidade não deve estar ligada apenas à motivação econômica.

Apesar de segundo o mesmo, a Secretaria de Turismo contar com turismólogos graduados e em formação, fica claro o despreparo desta repartição do poder público, ou pelo menos de seu secretário, no que tange a sua percepção social e ambiental das dinâmicas que o turismo impõe ao Complexo Turístico da Serra de Santa Helena.

Como exemplo do referido despreparo cita-se a resposta dada à pergunta sobre a forma como a Secretaria trabalha o turismo e seu potencial no município: *“Elaboração de projetos de sinalização, revitalização de praças e marcos da cidade para captação de recursos junto ao Fórum Estadual de Turismo”*.

Contudo, em nenhum momento foi abordada a questão do planejamento, apesar da elaboração de projetos representar um tipo de planejamento. No entanto, o planejamento baseado em projetos provavelmente representa o aspecto mais imediato do planejamento turístico.

Ficou evidente também o desconhecimento sobre políticas públicas e instrumentos legais de fomento ao turismo por parte do entrevistado, já que a resposta dada à pergunta a esse respeito foi totalmente fora de contexto: *“temos total apoio do prefeito, temos também uma boa relação com o deputado Márcio Reinaldo. Temos buscado apoio das empresas privadas para mostrar a importância do turismo”*.

Enfim, foram poucas as perguntas respondidas de forma objetiva. Um ponto positivo mencionado pelo entrevistado deste setor foi a questão da integração entre outros órgãos. Mesmo assim, é difícil conseguir essa integração da forma como foi colocada, pois se sabe que, de maneira geral, sempre há interesses conflitantes no poder público, e um fator que agrava essa situação é a questão dos cargos ocupados pelos secretários municipais serem de confiança do prefeito e conseqüentemente rotativos.

Já o segundo e terceiro entrevistados, o Secretário Municipal do Meio Ambiente, o Sr. Lairson Couto e a Gerente do Parque da Cascata, a Sr.(a) Geysel Mendes, demonstraram um conhecimento e uma experiência maiores sobre o turismo, até mesmo por terem apresentado dados e informações.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente mostrou coerência ao responder acerca do que ele entendia por potencial turístico, quando citou a confluência entre os poderes público e privado com os pontos turísticos, para a formação de referido um potencial turístico. Revelando, no mínimo, um olhar amplo do mesmo perante o que seria a fomentação de uma atividade turística.

Quando perguntado sobre as políticas públicas do município com relação à atividade turística, disse que desconhece qualquer política constante no município, ou seja, não existe planejamento específico para o turismo nos âmbitos institucionais da sociedade setelagoana. Revelando o fato que já fora levantado, de que, fora feito o investimento em infra-estrutura, mas a PMSL passou a deixar que a atividade corresse de maneira espontânea, ou seja, sem controle ou planejamento algum.

Daí surgem as colocações pertinentes à origem dos principais impactos socioambientais sob eminência na APA Serra de Santa Helena. A falta de planejamento que de fato está presente acaba por colocar a Área de Preservação Ambiental e todo seu

entorno sob grande pressão da malha urbana, uma vez que o Plano Diretor do Município não saiu do papel. (Figura 43)



Foto: COSTA & OLIVEIRA, (2009)

FIGURA 43: Vista do Limite da APA com o Bairro JK em Sete Lagoas, MG.

O Sr. Laírson disse ainda, tentar promover em sua secretaria a ligação com secretaria de turismo em busca de discussões que norteiem a melhoria e desenvolvimento do turismo, especialmente do ecoturismo, na cidade.

Ao ser indagado acerca da sustentabilidade da atividade turística, o secretário, afirmou acreditar nessa corrente de um turismo que prega impactos minimizados, contudo, disse, que no caso da APA, apesar de ser extremamente necessário, é uma realidade um pouco distante, devido à falta de planejamento específico, tanto da secretaria de turismo, quanto da de meio ambiente, uma vez que, estas não estão trabalhando em conjunto constantemente e não possuem uma orientação específica para o desenvolvimento desse tipo de atividade.

Tal situação revela o distanciamento entre o que fora declarado nos documentos oficiais do município e o que de fato ocorre no local. Provavelmente devido a sua formação acadêmica, Engenheiro Florestal, o Secretário do Meio Ambiente foi capaz de fornecer posicionamentos críticos importantíssimos para a fomentação desta pesquisa, na medida em que grande parte de suas colocações exprimem as carências que a atividade turística encontra no município setelagoano.

O supracitado Secretário considerou inclusive a valorização dos terrenos e o maior fluxo de pessoas no entorno e no interior da Unidade de Conservação, como impactos que incidem na população residente. Fato que já fora citado pelos moradores como ocorrências que perturbavam o dia-a-dia de suas propriedades.

Contudo apesar da consciência destes impactos, segundo o próprio secretário, enquanto não houver uma mobilização de todo o poder público e suas respectivas secretarias, muito dificilmente conseguir-se-á impedir as pressões que a malha urbana vem impondo à APA no que tange a especulação imobiliária.

Já a Gerente do Parque Municipal da Cascata, a Sr.(a) Geysel Mendes, como membro da Seltur, compreende que potencial turístico *“são atrações naturais ou feitas pelo homem, físicas, eventos, shows culturais que podem ser geradores de fluxo turístico.”*

Quando foi indagada sobre a maneira como funciona a instituição, especialmente no que tange à APA, a mesma afirmou que a Seltur busca a preservação e o desenvolvimento turístico na região, trabalhando na articulação de ações envolvendo os agentes da cadeia produtiva do turismo municipal, e implementando-as no município. Contudo disse só ser possível atingir êxito total e desenvolver um turismo sustentável quando o poder estiver mobilizado.

As referidas colocações da gerente exprimem um pouco da realidade local, ou seja, muito se propõe, mas muito pouco se realiza. As ações da Seltur deveriam também estar voltadas para a inclusão das famílias que “rodeiam” a APA nas atividades do Complexo Turístico e do parque, assim como realizar iniciativas de Educação Ambiental tanto para os visitantes quanto para os funcionários e vizinhos.

No entanto, durante as entrevistas, nenhum dos entrevistados mencionou a lei Orgânica ou o Plano Diretor como instrumentos legais para o desenvolvimento do turismo no município, o que nos remete ao fato de que realmente há uma baixa assimilação e aplicabilidade dos instrumentos de Planejamento.

Tais atitudes poderiam minimizar muito dos impactos socioambientais vigentes na Serra de Santa Helena e regiões adjacentes, além de impulsionar tanto o desenvolvimento econômico destes agentes, quanto à sustentabilidade da atividade turística local.

Dentro de todo este contexto, surge o turista. Outrora chamado visitante, o mesmo se mostra como um perspicaz agente dinamizador da atividade turística, cuja interação com o meio é produto de diversos estudos e de resultados e impactos dos mais diversos. E que terá suas facetas analisadas a seguir na presente pesquisa.

5. 6. O PERFIL DO VISITANTE E SUA INTERAÇÃO COM O LUGAR TURÍSTICO

O ser turístico busca se interagir com o local à sua maneira, mostrando-se capaz de influenciar dinâmica do lugar, tanto quanto o lugar pode passar a ditar suas atitudes e concepções [...] o turismo se materializa então como uma troca de valores culturais que às vezes é benéfica, outras maléfica, mas sempre existente. (FONTELLES, 2004. p.63)

Assim, buscar caracterizar o “ser turístico” de um determinado ponto do espaço que desenvolva a estudada atividade é de suma importância afinal, busca-se estabelecer qual a “relação de um para com o outro” visando compreender a forma como a dinâmica espacial está sendo alterada em decorrência do turismo e quais são o impactos socioambientais relacionados.

As entrevistas buscaram, portanto levantar o perfil do visitante do Complexo Turístico da Serra de Santa Helena, ensejando compreender a sua interação com o lugar. Neste propósito foram estabelecidas perguntas que elucidam a origem do entrevistado, a faixa etária em que o mesmo está inserido, a profissão que ele exerce, além do sexo ao qual pertence.

No entanto estas perguntas apenas levantam as características do visitante e não aspectos que elucidem a sua interação com o lugar turístico sob estudo. Em outras palavras, perguntas que abordam a frequência de visitação no parque, o meio de divulgação ao qual foi informado, as características físicas e ambientais do local, dentre outras visam levantar dados quantitativos e qualitativos sobre os visitantes da APA. (Apêndice A)

Sendo assim, ao tabular os resultados obtidos nos questionários partimos à análise dos gráficos produzidos através destes questionários.

No Gráfico 6 percebe-se que a grande maioria – 65,7% – dos visitantes do Parque da Cascata é da população residente, sendo que o restante são de origens distintas entre si, apesar da maior parcela provir de Minas Gerais.

As origens dos entrevistados estão distribuídas num nível percentual aproximado entre 1,5 e 10,4 %, sendo cabível ressaltar que o valor de 1,5 % da amostra de 67 entrevistados é referente a 1 (um) indivíduo contemplado na pesquisa.

Sendo assim, as cidades de Tanguá (RJ), Teófilo Otoni (MG), Três Corações (MG), Natal (RN), Marabá (PA), Itacarambí (MG), Guaxupé (MG), Carandaí (MG), Cabo Verde (MG), Capim Branco (MG), Betim (MG) e Araçuaí (MG), foram

contempladas no Gráfico 6 devido a 1 (um) indivíduo proveniente de algum destes municípios e representam aproximadamente 18% do total da amostra se somados.

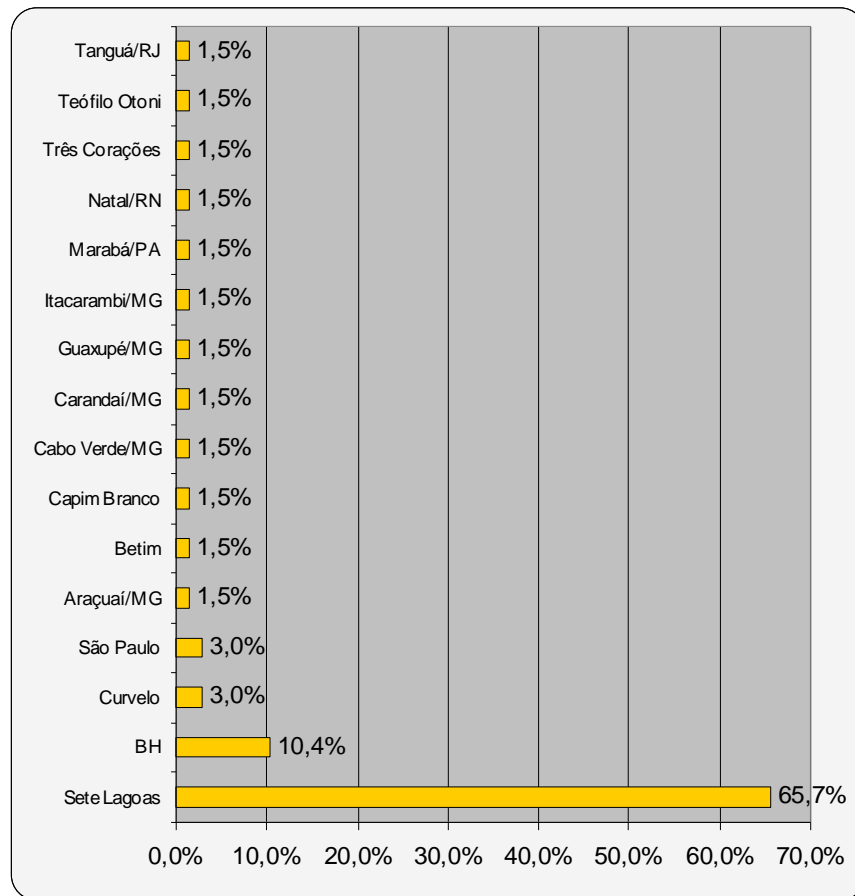


GRÁFICO 6: Origem do turista do Complexo Serra de Santa Helena - Outubro/2009

Durante a aplicação do questionário pôde-se perceber que, os turistas provenientes das outras cidades mineiras e de outros estados estavam acompanhados dos visitantes da população residente que, na maioria dos casos, eram seus parentes. Logo, conclui-se que eles não estavam na cidade visitando, exclusivamente, o complexo turístico, mas sim, foram levados a visitá-lo pelos seus parentes.

Contudo, valores como 10,4 % referente aos turistas provenientes de Belo Horizonte/MG e 3,0% à indivíduos de São Paulo, pode representar um perfil baseado em moradores de cidades cuja dinâmica econômica é bem diferente da setelagoana, e que possivelmente a renda e o custo de vida são mais altos.

Podendo, o seu padrão de vida, influenciar tanto os moradores locais que estão visitando o atrativo, quanto os proprietários que prestam serviços como guias turísticos, vendedores ambulantes e locatários de imóveis. Representando um possível vetor de impacto socioambiental na área do complexo e nas suas adjacências.

No Gráfico 7 destaca-se o índice de 58%, que representa a frequência de visitação correspondente a mais de cinco vezes no atrativo turístico, contudo, com 22%, está o índice de indivíduos que visita o Complexo pela primeira vez.

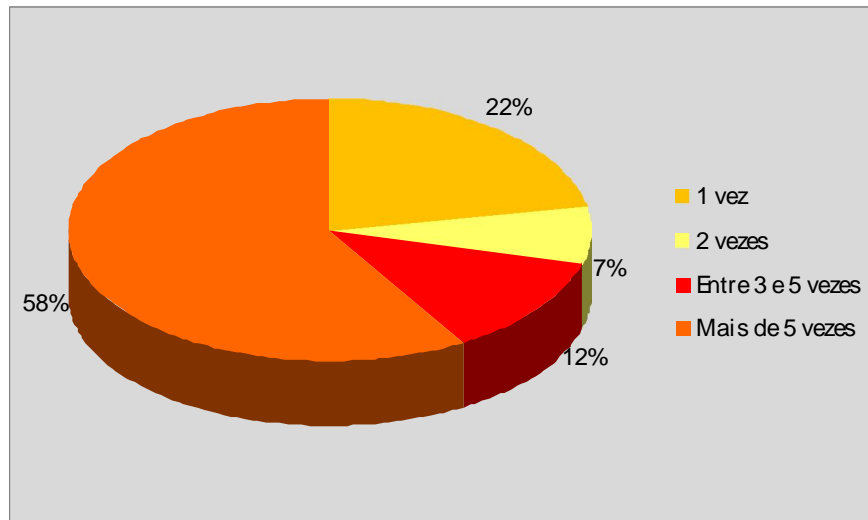


GRÁFICO 7: Frequência de visitação dos turistas - Outubro/2009

Pode-se analisar também, que o maior índice (58%) está relacionado com o índice de 65,7% do Gráfico 6, que representa a parcela dos turistas da população residente. Ou seja, o número elevado de população residente influenciou na elevada frequência de visitação observada. O que é uma possibilidade bastante plausível, na medida em que, grande parte dos indivíduos setelagoanos, já devem ter ido uma infinidade de vezes ao Complexo Turístico, sejam estas visitas motivadas por simples recreação, ou por atividades escolares, práticas esportivas dentre muitas outras.

Pode-se considerar também a busca por oportunidades de negócios como aluguel de casas/chácaras no interior da APA, ou até mesmo venda ambulante de produtos alimentícios e infantis, como os muito comuns em Agosto (considerado o Mês dos ventos), vendedores de pipas. Tal fato portanto, impulsionou a Frequência de visitação dos turistas, mesmo que especificamente no período amostrado, no caso, Outubro de 2009.

A partir do Gráfico 8, pode-se dizer que os turistas são, em sua maioria, jovens, uma vez que a faixa etária de maior predominância está entre 10 a 20 anos. As pessoas cuja idade está contida na faixa entre 21 e 30 anos são o segundo grupo de maior relevância no índice de visitação por faixa etária, no entanto a mesma é seguida de perto pelos indivíduos situados entre 31 e 40 anos.

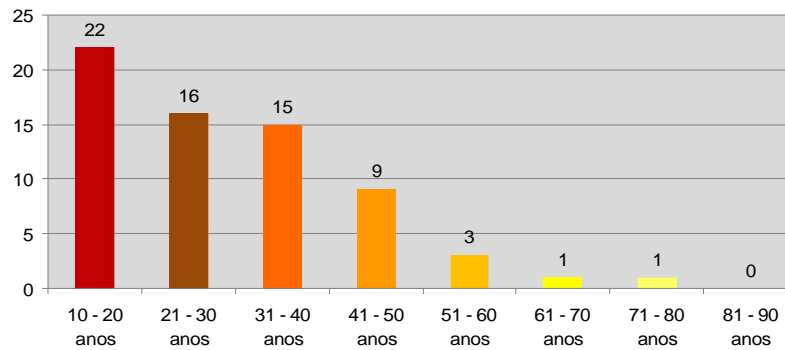


GRÁFICO 8: Faixa etária dos turistas do Complexo Serra de Sta. Helena - Outubro/2009

Em contrapartida, o menor índice representado no gráfico corresponde, respectivamente, aos turistas das faixas etárias mais elevadas de 51 a 60 anos em diante, ou seja, turistas da terceira idade.

Além de caracteristicamente jovem, o visitante do Complexo é predominantemente do sexo masculino. De acordo com os dados levantados pelo questionário, dos 67 (sessenta e sete) turistas entrevistados, 42 (quarenta e dois) são do sexo masculino, representando uma porcentagem de aproximadamente, 63 % do público, como pode ser visualizado no Gráfico 9.

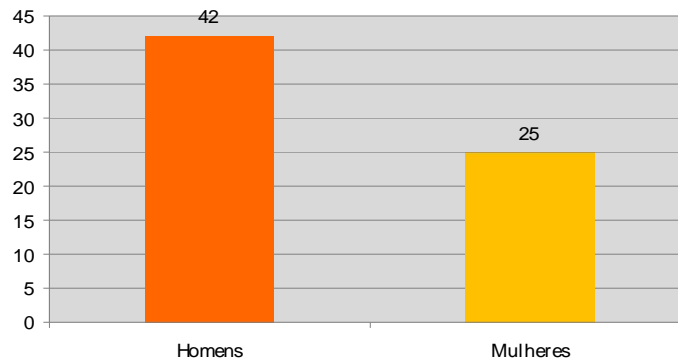


GRÁFICO 9: Sexo dos Visitantes Entrevistados - Outubro/2009

Tal fator pode ser explicado especialmente, pela ocorrência no local de esportes de aventura, notadamente mais comuns entre os homens, ou pelo simples acaso visto que a amostra é pequena e não foi coletada em um amplo período de tempo.

O Gráfico 10 contempla as informações referentes às profissões dos indivíduos que estavam visitando a Serra de Santa Helena. Contudo, deve-se levar em conta os resultados obtidos nos Gráficos 8 e 9, que caracterizam um público notadamente jovem, de sexo masculino.

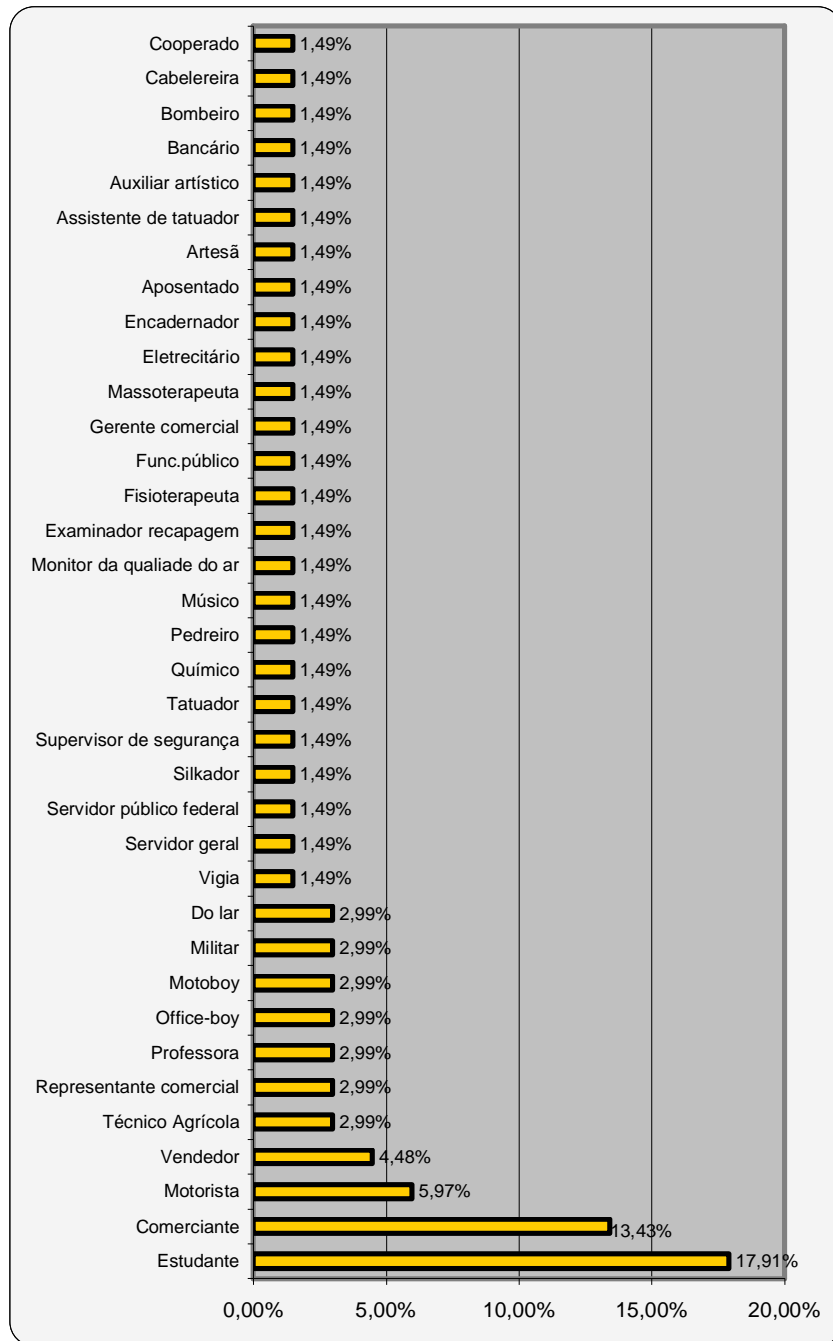


GRÁFICO 10: Profissão dos turistas entrevistados no Parque da Cascata - Outubro/2009

Sendo assim, as informações contidas no décimo gráfico da presente pesquisa são dotadas de um grande número de atividades tipicamente, ou tradicionalmente, exercidas por homens. Profissões tais como: motorista, office-boy, vigia, motoboy, pedreiro, dentre outras.

O grau de incidência em 1,49% significa que dos 67 (sessenta e sete) questionários amostrados, apenas uma pessoa está exercendo alguma das profissões representadas por este valor, que somadas, totalizam 25 (vinte e cinco) indivíduos que trabalham em profissões distintas, ou 37,25% da amostra. Já os índices de 2,99% representam 2 (duas) pessoas exercendo cada uma das profissões contempladas, totalizando 14 (quatorze) indivíduos distribuídos em 7 (sete) profissões distintas. Em conjunto, estes dois índices são capazes de revelar a pluralidade de profissões que é encontrada no atrativo turístico sob estudo.

Os demais índices representam: 3 (três) vendedores (4,48%); 4 (quatro) motoristas (5,97%); 9 (nove) comerciantes (13,43%) e 12 (doze) estudantes (17,91%), sendo esta última a profissão de maior incidência.

Observando tais dados sob outro enfoque, obteve-se um índice de 14,42% de indivíduos com Ensino Superior visitando os atrativos turísticos do complexo. Pôde se estabelecer esta relação entre o grau de escolaridade de cada uma das profissões e a porcentagem de visitantes por formação, levantando as seguintes profissões como realizadas por indivíduos que possuem Ensino Superior: Técnico Agrícola, Professor, Químico, Músico, Fisioterapeuta, Massoterapeuta, Bancário e Aposentado⁶; sendo a capacitação superior para exercer as demais profissões interpretada como dispensável, contudo nada impossibilita que indivíduos com grau superior completo estejam exercendo tais profissões.

Sendo assim, o nível de escolaridade do público alvo do atrativo sob estudo é relativamente baixo se analisado em dados absolutos. Contudo, se comparados ao grau de escolaridade em nível superior do país observa-se que o mesmo é alto, uma vez que, segundo o INEP (2000), apenas 11% dos brasileiros entre 20 e 30 anos é detentor de um título de nível superior. Outro fator que pode facilmente explicar a baixa escolaridade dos visitantes é a abrangência do índice de indivíduos jovens entre 10 e 20 anos (Gráfico 8), que devido à pouca idade não concluíram ou nem mesmo ingressaram no ensino superior.

⁶ As profissões como: músico, bancário e aposentado, não possuem nenhuma garantia quanto ao grau de formação, sendo consideradas apenas a título de análise hipotética.

Já o Gráfico 11 indica que 80,6% dos turistas tomaram conhecimento do Parque da Cascata por meio de parentes e/ou amigos e que uma pequena parcela, representada pelos índices de 1,49%, por meio da Seltur, de anúncio televisivo e da escola, respectivamente.

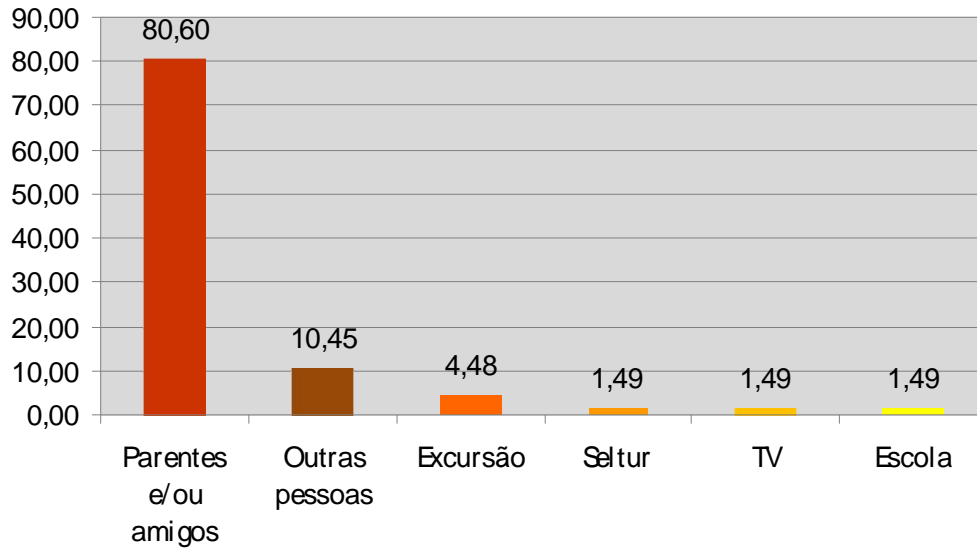


GRÁFICO 11: Meio pelo qual os turistas tomaram conhecimento do Parque da Cascata - Outubro/2009

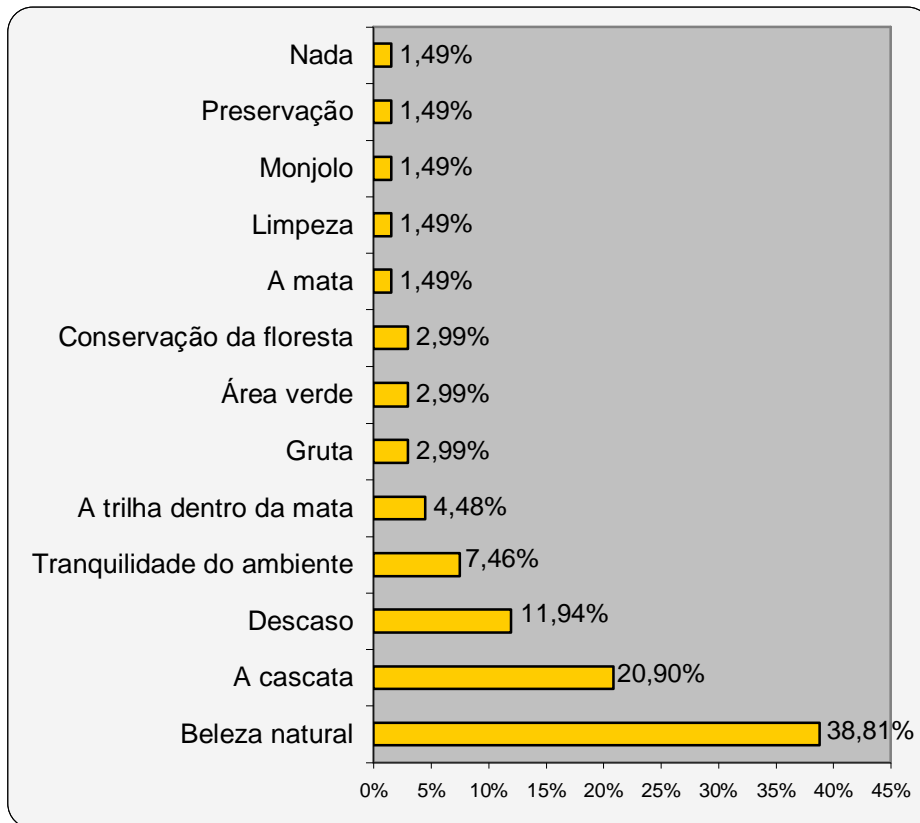
A propaganda “boca a boca” mostra-se, portanto, como uma eficaz e econômica ferramenta de divulgação, que acaba sustentando o fluxo de visitação turística no local. Contudo, se o município, através do Plano Diretor, faz considerações sobre a promoção da atividade turística, maiores iniciativas de publicidade são necessárias para fomentar a atividade e movimentar a economia turística local.

Desta maneira, fica claro o distanciamento do Poder Público no que se refere aos investimentos no desenvolvimento da atividade turística do município. Os baixíssimos índices relacionados à propaganda via mídia ajudam a ressaltar a afirmação. Sendo que, dos 67 (sessenta e sete) visitantes entrevistados apenas 1 (um) respondeu que a TV o informou acerca do ponto turístico, representando irrisórios 1,49 % do total amostrado.

O descaso que já foi citado pelos proprietários rurais e pelos funcionários novamente surge como um fator condicionante, na opinião dos visitantes, para as atuais condições do Complexo.

De acordo com o Gráfico 12, uma vez somados os aspectos Descaso e Nada (Nenhum fator chamou a atenção do entrevistado), 13,43% das opiniões apontam para a problemática supracitada, revelando uma porcentagem considerável de indivíduos insatisfeitos com a situação do Complexo.

Mesmo assim, a beleza natural do mesmo foi o fator determinante que impressionou os turistas durante a visitação, ainda de acordo com o Gráfico 12, 38,81% dos entrevistados ressaltou esta qualidade, seguem como outros fatores que impressionaram os visitantes, a cascata e o descaso com 20,90% e 11,94% respectivamente.



GRÁFICO 12: Fatores que mais impressionaram os turistas durante a visitação no Parque da Cascata - Outubro/2009

Como a pergunta era discursiva, todas as respostas dadas foram tabuladas, contudo, notou-se uma certa padronização das mesmas, sendo assim, o  ndice reforça o potencial do Parque como atrativo natural, assim como, pode ser utilizado para agregar valor aos materiais publicitários.

No Gráfico 13, é apresentado o resultado da preferência dos turistas com relação ao recebimento de informações sobre o Parque, podendo destacar os índices de maior representatividade: 23% e 19% que correspondem, respectivamente, às informações sobre plantas e animais; e o índice de 16%, correspondente às informações sobre a história de ocupação da APA.

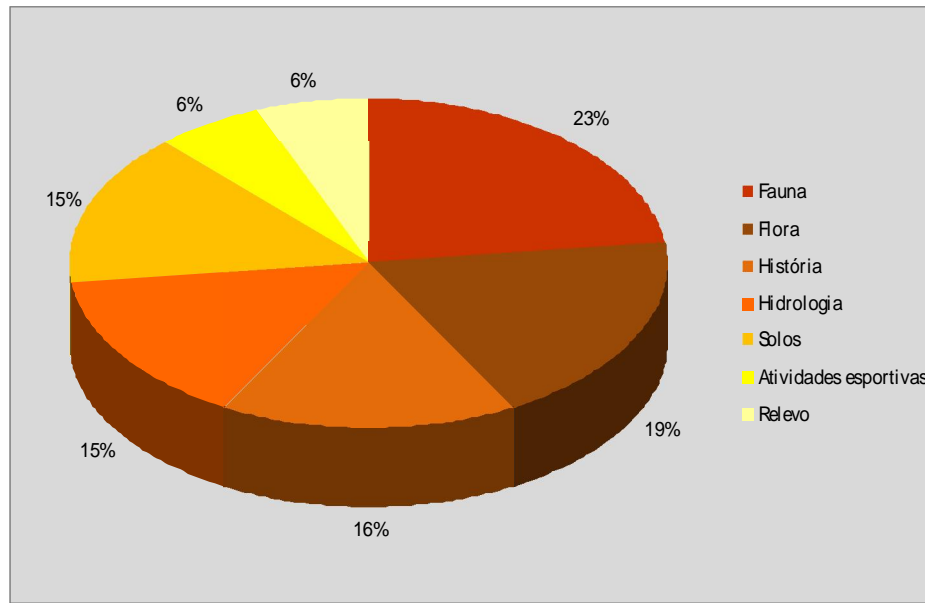


GRÁFICO 13: Preferência dos turistas com relação ao recebimento de informações sobre a Serra de Santa Helena - Outubro/2009

Estes resultados dão condições para o estabelecimento de prioridades no fornecimento de informações aos turistas, a serem contemplados nos canais de comunicação de preferência dos turistas e em programas ou projetos de educação ambiental.

Contudo, como fora inúmeras vezes citada, a displicência governamental para com a atividade turística na APA da Serra de Santa Helena vêm condicionando a potencialização dos problemas administrativos do Parque, o que acaba por restringir as possibilidades da produção de materiais informativos/educativos que contemplem tais informações elucidadas pelos visitantes.

Neste sentido, o Gráfico 14 aponta as preferências dos turistas concernentes aos canais de recebimento das informações sobre o Parque, com destaque para os folhetos e caminhada com guia, que apresentam um índice de 31,34% e 22,39% cada um. Logo abaixo, está o índice de 14,93%, correspondente a mapas. Os resultados deste gráfico permitem aos responsáveis pela gestão e exploração do turismo no Parque, como a já

entrevistada gerente do Parque e o Secretário Municipal de Turismo o estabelecimento dos canais de maior preferência dos turistas, com relação ao recebimento de informações.

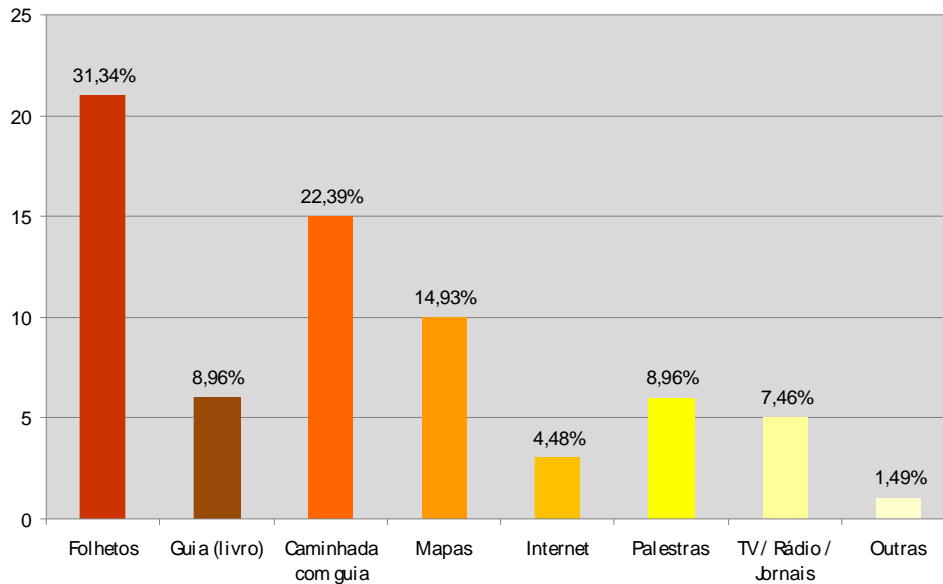


GRÁFICO 14: Preferência dos turistas com relação aos canais de recebimento das informações sobre o Parque da Cascata - Outubro/2009

Quando questionados, quanto às sugestões de melhorias feitas pelos turistas no complexo turístico, a segurança durante a visita e a infra-estrutura do restaurante aparecem como as respostas mais frequentes. Sendo que, a princípio, estes dados apontam a necessidade de se ter uma avaliação constante de todos os aspectos referentes ao bom atendimento ao turista, o que aparentemente não têm ocorrido no local.

Contudo, a mais importante questão feita ao supracitado grupo durante o processo de questionamento, está ligada ao foco deste estudo, ou seja, o impactos socioambientais vigentes e a relação dos mesmos com a atividade turística no *locus* em questão.

Dentre as questões mais levantadas pelos turistas, houve a tendência a apontar a devastação da mata nativa e os processos erosivos como os impactos mais relevantes. Contudo ao serem perguntados acerca da relação entre tais impactos e as atividades turísticas locais, grande maioria, mais precisamente 56 pessoas (aproximadamente 80% da amostra), não relacionaram os impactos com o turismo, mas sim com as práticas agropecuárias da região, a falta de investimentos da prefeitura e o estabelecimento das torres de telecomunicação. Porém, mesmo que em menor ocorrência, foi citado como

impacto da atividade turística a grande quantidade de lixo encontrada nas dependências do Parque. (Figuras 44 e 45)



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

FIGURAS 44 e 45: Poluição Hídrica e dos Solos no interior do Parque da Cascata, na APA Serra de Santa Helena

Do ponto de vista de Molina (2001), o modo como o turista se comporta durante sua permanência fora de seu local de moradia tem relação direta com sua cultura, educação e modo de vida e diante dessa perspectiva pode ser classificado como, “(...), alguém que visita um lugar que não é o de sua residência habitual, com a convicção de abandoná-lo e que, de acordo com sua procedência, pode ter maior ou menor predisposição, consciente ou inconsciente, a deteriorar o meio ambiente natural”. (MOLINA, 2001, p.69).

A própria sujeira e poluição já existentes no local quando, é um fator que influencia o comportamento, muitas vezes, desprezível de certos visitantes. Locais cheios de embalagens plásticas, resíduos lançados nos recursos hídricos por empreendimentos diversos e cenários tipicamente degradados acabam por incitar os turistas a deixarem também sua contribuição de sujeira no atrativo.

Apesar dos visitantes não terem realizado muitos apontamentos quanto à problemática ambiental da APA Santa Helena, o que se observa é um parâmetro totalmente contrário. As infra-estruturas turísticas implementadas em anos anteriores, sofrem com o descaso das autoridades, mas acabaram transformando totalmente a dinâmica local, revelando um impacto socioambiental irrelevante, cujas raízes estão na transformação de uma determinada porção do território em produto de consumo, transformando a rotina dos que ali estão situados e mais, alterando a forma como toda uma cidade enxerga tal localidade. (Figuras 46 e 47)



Foto: COSTA, (2009)



Foto: COSTA, (2009)

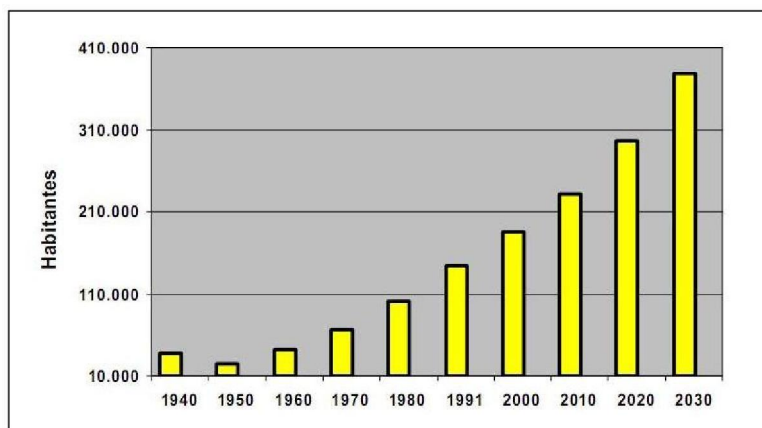
FIGURAS 46 e 47: Vistas da base e do topo da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas.

5. 7. OS VETORES DE PRESSÃO ANTRÓPICA NA APA SERRA DE SANTA HELENA

A implementação da atividade turística transformou a dinâmica local de forma considerável, as propriedades limítrofes passaram a conviver com um grande fluxo de pessoas atraídas pela criação do parque e pelos múltiplos eventos realizados no interior da APA. Sofrendo também o assédio do mercado imobiliário municipal, visando a criação de pequenas chácaras e sítios de final de semana para a revenda.

A expansão da malha urbana da cidade, já representado nas considerações sobre o crescimento populacional e o plano diretor municipal, fez com que o sítio urbano e viário municipal passasse a “flanquear” a APA.

Tal fato deve-se especialmente, ao crescimento da população urbana municipal nas últimas décadas, como pode ser visualizado no Gráfico 15, sendo que as projeções abordam a ampliação dessa população, em um verdadeiro boom, evidenciando assim uma maior pressão pela abertura de novas áreas para moradia e estabelecimento destes indivíduos.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2005) e Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (2009)

GRÁFICO 15: Projeção Populacional de Sete Lagoas para as próximas décadas.

Neste sentido, a proximidade com a unidade de conservação e com o Parque estimula especulação imobiliária na região, levando bairros de classe média – alta a se instaurarem nessa parte da cidade. Segundo dados fornecidos pelo EMATER (2007), em conjunto com o CRECI Municipal, o metro quadrado no Bairro Mangabeiras, que faz divisa com a APA (Figura 48), chegou a custar em meados de 2007, R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), tornando a porção nordeste do município setelagoano bastante atrativa para a composição de residências de luxo. Preço este pago para se conviver próximo de áreas verdes.



Foto: COSTA & OLIVEIRA (2009)

FIGURA 48: Avenida Perimetral, Limites entre a APA Serra de Santa Helena e o Bairro Mangabeiras em Sete Lagoas.

Contudo, abstendo-se das transformações externas à APA, pode-se levantar diversos empreendimentos impactantes motivados pelo turismo dentro dos limites da unidade de conservação. Uma série de vetores de pressão antrópica vem incidindo na região da APA, vetores estes que vêm causando impactos nos cunhos sociais, ambientais e econômicos na região:

- Expansão imobiliária, com bairros e loteamentos sendo planejados (ou até mesmo sem planejamento) para implantação no interior da APA ou em áreas limítrofes;
- Prática de trail, rally, motocross e congêneres, na maioria das vezes de maneira informal, um tanto sem controle;
- Atividades antrópicas na área da Capela de Santa Helena e Parque da Cascata;
- Áreas de camping às margens de rios e lagos.
- Grande número de torres de telefonia e energia elétrica localizadas no alto da serra;
- Aterro sanitário no entorno da APA (em seu limite);

- Aumento da área de pastagens e/ou produção agrícola através uso de queimadas;
- Pecuária em condições inadequadas de manejo;
- Pastagens mal manejadas e em processo de degradação;
- Desmatamentos que reduzem os fragmentos vegetais.

5. 8. RECOMENDAÇÕES

Mediante o relato histórico e da situação atual da atividade turística no Parque da Cascata, assim como, a revisão teórica dos assuntos abordados e a discussão dos resultados, apresentados neste estudo por meio da percepção analítica do autor, chegou-se a algumas sugestões e recomendações para que a APA Serra de Santa Helena possa ter o turismo de uma maneira sustentável fomentado, buscando até mesmo o processo de certificação do CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável. Estas sugestões e recomendações são apresentadas aqui como um prognóstico.

Recomenda-se o manejo e a manutenção das trilhas para prevenir e corrigir problemas como erosão, aparecimento de caminhos múltiplos e outros. Assim, as trilhas que apresentam processos avançados de erosão terão que ser interditadas para um trabalho de recuperação. Aquelas em que não se percebe tais processos serão proibidas para a atividade de *trail* (trilha de moto), visto que, é extremamente urgente a efetivação da fiscalização dessa atividade dentro do Parque da Cascata, assim como, em toda a região da APA, haja vista o Decreto Nº 2.923 de 08 de janeiro de 2004, que proíbe a prática de atividades degradadoras do meio ambiente na referida área. Com relação à trilha de cimento dentro da mata, recomenda-se removê-la, principalmente nos pontos em que ela causa a obstrução do regime normal das nascentes e cursos d'água.

Sugere-se em seguida, a elaboração de um regulamento constituído de normas de conduta durante a visitação, incluindo o horário de funcionamento; a taxa de entrada; a especificação das atividades de mínimo impacto possíveis de se realizar; os locais, com suas respectivas capacidades de carga, onde podem ser realizadas tais atividades; as áreas restritas para realização de pesquisas científicas; os locais onde deverão ser depositados os resíduos orgânico e inorgânico, com um parágrafo exemplificando cada um; e as proibições e penalidades em caso de descumprimento das normas do regulamento.

Sendo assim, serão estabelecidas diretrizes de uso, que podem contemplar a abertura de trilhas e caminhos para pesquisa científica, a disseminação de educação ambiental e do turismo sustentável.

Recomenda-se que as grutas sejam interditadas para a realização de inventário completo de sítios espeleológicos e um respectivo plano de manejo, que determinará a finalidade de utilização das mesmas.

Os funcionários do Parque precisam passar por um treinamento para um atendimento qualificado ao visitante. Utilizando materiais didáticos como vídeo, cartilhas, apostilas, etc. e aplicação de dinâmicas para uma maior interatividade e integração entre os funcionários e os visitantes.

Com relação à ausência de segurança e controle rígido de visitação, recomenda-se a formação de um corpo maior de guardas-parque e condutores ambientais, que ficarão incumbidos de prestar socorro aos visitantes em caso de acidentes e incidentes, de fiscalizar as atividades ligadas aos esportes de aventura, de coibir os intrusos e os baderneiros e de zelar pela conservação do patrimônio natural e pela manutenção e preservação da infra-estrutura do Parque. Sendo este ingresso através da elaboração de um processo seletivo, aberto para toda a comunidade setelagoana, contendo requisitos básicos para que os interessados participem de um curso especializado, que tenha em sua grade disciplinar conceitos e noções gerais em Ecologia e Conservação da Natureza; visão panorâmica da questão ambiental; fundamentos de educação ambiental; manutenção de trilhas; monitoramento e registro de ocorrências; noções de cartografia (orientação por mapas), bases e fundamentos de legislação aplicada a unidades de conservação; fiscalização e técnicas de patrulhamento; primeiros socorros; técnicas de busca e resgate; prevenção, combate e controle de incêndios florestais.

Para solucionar o problema da falta de informações, recomenda-se a confecção de placas indicativas/educativas a serem colocadas pela área da APA, em locais de boa visibilidade, com o mapa do Parque delimitando as áreas de uso intensivo (atividades turísticas/atrativos/estacionamento) e de uso restrito (pesquisadores), com frases que promovam a conscientização ambiental e com informações básicas dos atrativos, aproveitando os itens do regulamento. Sugere-se também a elaboração de um material informativo para distribuição aos visitantes, contendo o regulamento citado acima, fotos dos atrativos e o próprio mapa (em tamanho reduzido) utilizado na placa da fachada.

Também para a precariedade da sinalização, recomenda-se a revisão e realocação de algumas placas e a elaboração de outras que atendam às necessidades de educação e orientação dos visitantes dentro do Parque. Como estratégia para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, sugere-se aqui o sistema de placas

interpretativas que facilitarão, por sua vez, a implantação de trilhas interpretativas dentro de um programa de ecoturismo e educação ambiental.

Com relação à infra-estrutura básica, será preciso uma readequação e reestruturação de algumas edificações, utilizando ecotécnicas com o intuito de melhorar a estética das edificações e valorizar a paisagem do ambiente ao seu redor, otimizando assim, os espaços a fim de facilitar a oferta de serviços qualificados aos visitantes.

Para a viabilização de todas essas recomendações e sugestões é imprescindível que o órgão gestor do Parque da Cascata estabeleça parcerias e/ou convênios com empresas locais como CEMIG, EMATER, EMBRAPA, para a geração de divisas capazes de, juntamente com a verba pública, sustentar e otimizar as condições do Parque .

Todas essas sugestões podem fazer, portanto, parte de uma estratégia que busca contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque da Cascata e na APA Serra de Santa Helena. Cujas diretrizes podem ser iniciadas através da elaboração de um programa de voluntários, devendo estar ligado à idéia de ampliação das oportunidades de participação da sociedade local em questões relevantes para a melhoria na qualidade de vida coletiva. Contudo, não se deve confundir a disponibilidade solidária de cidadãos com uma oportunidade de exploração gratuita de trabalho profissional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação em relação aos impactos que determinadas formas de turismo causam ao meio ambiente são cada vez maiores, neste sentido, autores como Ruschmann (1997), Rodrigues (1997), Almeida (1999), Lemos (2001), Cruz (2001), Fontelles (2004), dentre outros, discutiram a questão da sustentabilidade no turismo, e suas concepções foram percorridas ao longo deste artigo, oferecendo um arcabouço teórico valioso para o posterior estudo de caso.

Apesar do Parque da Cascata ter sido criado antes (1988) da criação da APA (1997), com a finalidade de ser uma opção de lazer e recreação para a comunidade setelagoana, faz-se necessário enquadrá-lo, integralmente, dentro da finalidade que foi estabelecida no zoneamento da referida APA (Figura 2), ou seja, Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS).

Cabe, portanto, salientar novamente aqui, os pressupostos para a sustentabilidade da atividade turística, segundo Seabra (2001):

[...] conservação e proteção dos recursos naturais e culturais; responsabilidade social e ambiental; administração responsável; planejamento estratégico; recursos financeiros para investimentos; recursos humanos qualificados; diretrizes claras e objetivas; operadoras e agências especializadas; definição de uma política de ingressos; sistema de promoção e marketing responsável; e envolvimento comunitário. (SEABRA, 2001, p.35)

Sendo assim, a primeira iniciativa a ser tomada é o Estudo do Impacto Ambiental das atividades turísticas realizadas na APA; com seu respectivo relatório e o estabelecimento da capacidade de carga de cada local onde são realizadas as mesmas.

Portanto, a presente pesquisa pode ser considerada como um ponto de partida, ou seja, servir de base para a elaboração de programas e projetos futuros, especialmente para a unidade de conservação APA Serra de Santa Helena. Neste sentido, para não finalizá-la, coloca-se a fala de Rodrigues (1997) afirmando que apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral, não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo, portanto, contraria a lógica de reprodução da atividade evidenciando que sua dinâmica deve ser revista ou repensada em prol de um desenvolvimento durável e justo, ou seja, sob as bases sustentáveis.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, M. G. **Turismo e os Novos Territórios**: Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

ARRUDA M. B.; DIAS, A.; LATRUBESSE, E. M.; GALINKIN, M.; **Projeto Corredor Ecológico Bananal. Araguaia**. Disponível em: <http://www.cebrac.org.br/v2/projetos_download/projetoCEAraguaia.pdf> Acesso em: 9, Novembro, 2009.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L9985.htm>, Acesso em: 8, Outubro, 2009.

BRASIL, **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Gabinete da Presidência da República, Brasília, 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>, Acesso em: 8, Outubro, 2009.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. - **Resolução CONAMA Nº 01 de 23 de janeiro de 1986**. Diário Oficial da União, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama> >. Acesso em: 7, maio, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. (org) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Funece, 2003.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Informações municipais: Sete Lagoas - MG**. Disponível em: <http://www.portalmunicipal.org.br/v6/economia/mg/s_lagoas>. Acesso em: 11, Setembro, 2009.

CPRM. **Informações Básicas para a Gestão Territorial: região de Sete Lagoas - Lagoa Santa**. Belo Horizonte, 1996.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DAJOZ, R. **Princípios de Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

EMBRAPA Sorgo e Milho, **Sete Lagoas: Parâmetros Físicos**; Disponível em <<http://www.cnpmembrapa.br/>>. Acessado em 30, maio, 2009.

EMATER. **Área de Proteção Ambiental APA de Santa Helena, Sete Lagoas - MG**. Estudo Técnico. Sete Lagoas, 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FONTELLES, J. O. **Turismo e Impactos Sócioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

- GEIGER, P. P. Turismo e Espacialidade. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GROSSI-SAD, J. H. & QUADE, H. **Revisão estratigráfica do Grupo Bambuí em Minas Gerais**. Sociedade Brasileira de Geologia. Belo Horizonte: Núcleo de Minas Gerais, 1995.
- GUIMARÃES, D. P.; SANS, L. M. A. ; FARIA, C. M. **Variações da temperatura entre 1926 2003, em Sete Lagoas, MG**. IN: XIII Congresso Brasileiro de Agrometeorologia – Situação Atual e Perspectivas da Agrometeorologia. Santa Maria, 2003.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 28, maio, 2009.
- INEP, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: < http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news00_26.htm>. Acesso em: 04, novembro, 2009.
- LEMOS A. I. G. **Turismo: impactos sócioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MOLINA, E. S. **Turismo e Ecologia**. Bauru: Edusc, 2001.
- NOGUEIRA, M. **Sobre o desenvolvimento socioespacial de Sete Lagoas-MG**. In: Cadernos Geográficos n.13, Belo Horizonte, 1999.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Tendências do Turismo Internacional. O mundo e as Américas**. Conselho Executivo da OMT. Madrid, Espanha, 2001.
- PÁDUA, J. A. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, N ° 6, 2000.
- PMSL. **Prefeitura Municipal de Sete Lagoas**. Disponível em: <<http://www.setelagoas.mg.gov.br.>> Acesso em 30, agosto, 2009.
- RAMBALDI D.M. & OLIVEIRA, D. A. S. **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/fragment1.pdf>
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.
- SACHS, W. Meio Ambiente. In: _____ (org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS. M. **Por uma Nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEABRA, G. **Ecos do turismo**: O turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001.

SETE LAGOAS. **Lei municipal nº 5.243**, que declara Área de Proteção Ambiental – APA na Serra de Santa Helena. Disponível em: <http://www.setelagoas.mg.gov.br/pref-arquivos_zip/legisla%C3%A7%C3%A3o_mun.zip>. Acesso em 28, agosto, 2009.

SETE LAGOAS. **Lei municipal nº 5.570**, de 05 de maio de 1998, que determina o perímetro total da APA na Serra de Santa Helena. Disponível em:<http://www.setelagoas.mg.gov.br/pref-arquivos_zip/legisla%C3%A7%C3%A3o_mun.zip> Acesso em 28, agosto, 2009.

SETE LAGOAS, **Lei Complementar Nº 06**, de 23 de Setembro de 1991. Aprova o Plano Diretor de Sete Lagoas. Disponível em: < <http://www.setelagoas.mg.gov.br>> Acesso em 30, agosto, 2009.

SETE LAGOAS, **Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas**, promulgada em 20 de Março de 1997. Edição de Janeiro de 2003. Disponível em: < http://www.setelagoas.mg.gov.br/pref-arquivos_zip/lei_organica.zip> Acesso em 10. novembro, 2009.

SETE LAGOAS, **Lei Complementar nº109 de 09 de outubro de 2006**. Promove a revisão do Plano Diretor do município de Sete Lagoas, aprovado pela Lei Complementar 06 de 23 de setembro de 1991. Disponível em: <http://www.setelagoas.mg.gov.br>> Acesso em 30, agosto, 2009.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impactos ambientais. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura. **Agenda 21**. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. ECO-RIO-92. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/portuguese/agenda21sptoc.htm>> Acesso em 4, setembro, 2009.

YÁZIGI, E. A. **A Alma do lugar: turismo, cotidiano e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

QUESTIONÁRIO VISITANTE:

Data: ____/____/2009

Pesquisador: _____

Origem do entrevistado:

Cidade: _____ UF: _____

Idade:

Entre 10 e 20 Entre 21 e 30 Entre 31 e 40 Entre 41 e 50
Entre 51 e 60 Entre 61 e 70 Entre 71 e 80 Entre 81 e 90

Profissão: _____

Sexo do entrevistado: Masculino Feminino

1. Qual a frequência de visitação no parque?

1ª vez 2ª vez entre 3 e 5 mais de 5

2. Como ficou sabendo sobre o Parque?

Vídeo Tv Rádio Jornal Revista Livros Parentes e/ou
amigos

SELTUR Folhetos Agência de viagem Placas/outdoor na estrada

Outros _____

3. Para cada afirmação abaixo, marque a que melhor descreve sua opinião:					
Discriminação	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Acesso					
Portaria					
Atendimento					
Informações					
Preço					
Beleza Ambiental					
Infra-estrutura					
Equipamentos turísticos					
Limpeza					
Sinalização					
Coleta de Lixo					
Segurança					

4. O que mais lhe impressionou durante a visitação no Parque?

--

5. Das alternativas abaixo, quais voc e mais gostaria de saber a respeito do Parque?

Solos Relevo Plantas Animais Hidrologia História
Atividades Esportivas Outros _____

6. Como gostaria de receber estas informa es?

Folhetos Guia(livro) Caminhada c/ guia Mapas Palestras
Tv/Rádio/Jornais Internet Outras _____

7. Que melhorias voc e gostaria que fossem feitas no Parque?

--

8. Voc e acha que falta interesse do poder público municipal em rela o a Serra Santa Helena?

SIM

NÃO

9. Voc e acredita que muitos dessa degrada es naturais só existem porque o Parque foi instalado na Serra de Santa Helena?

SIM

NÃO

APÊNDICE B:

QUESTIONÁRIO - PROPRIETÁRIO RURAL:

Data: ____/____/2009

Pesquisador: Daniel H.N.Costa - UFV

Nome do entrevistado: _____

Idade:

Entre 10 e 20 Entre 21 e 30 Entre 31 e 40 Entre 41 e 50
Entre 51 e 60 Entre 61 e 70 Entre 71 e 80 Entre 81 e 90

Profissão: _____

Tamanho da Propriedade: _____

Sexo do entrevistado: Masculino Feminino

1. Em sua opinião, quais os maiores problemas relacionados ao meio ambiente encontrados na Serra Santa Helena?

--

2. Atividade Desenvolvida:

Agricultura Pecuária Psicultura Outra _____

3. Você vê relação entre os problemas apontados e a visitação do Parque?

Sim

Não

4. Que melhorias você gostaria que fossem feitas na Região em que você mora?

--

5. Você acha que falta interesse do poder público municipal em relação a Serra Santa Helena?

Sim

Não

6. A Atividade Turística influencia no dia-a-dia do proprietário rural? Como?

--

APÊNDICE C:

QUESTIONÁRIO - FUNCIONÁRIO:

Data: ____/____/2009

Pesquisador: Daniel H.N.Costa - UFV

Nome do entrevistado: _____

Idade:

Entre 10 e 20

Entre 21 e 30

Entre 31 e 40

Entre 41 e 50

Entre 51 e 60

Entre 61 e 70

Entre 71 e 80

Entre 81 e 90

Profissão: _____

Atividade Desenvolvida: _____

Sexo do entrevistado: Masculino Feminino

1. Em sua opinião, quais os maiores problemas relacionados ao meio ambiente encontrados na Serra Santa Helena?

--

2. Quantas pessoas visitam o Complexo Turístico da Serra de Santa Helena semanalmente? Quando é a maior frequência?

--

3. Você vê relação entre os problemas apontados e a visitação do Parque?

Sim

Não

5. Você acha que há falta interesse do poder público municipal em relação a Serra Santa Helena?

Sim

Não

6. Você acredita que a Atividade Turística influencia no dia-a-dia dos moradores ao entorno do Parque? Como?

--

APÊNDICE D:

ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA PARA MONOGRAFIA I

Pesquisador: Daniel Henrique Nogueira Costa

Data: 05 / 10 / 2009

Objetivo: Contactar os protagonistas da atividade turística no município de Sete Lagoas, com representação no poder público, visando identificar seus conhecimentos sobre o turismo e a sua dinâmica no território do município de Sete Lagoas - MG.

Entrevistado: Poder público municipal de Sete Lagoas - Secretário Municipal de Turismo - Sr. Gustavo Paulino

Questionamentos:

1) Qual o seu entendimento sobre potencial turístico?

Resp.: O turismo È uma das maiores fontes de renda a nível internacional e há uma tendência de crescimento. De 5 anos pra cá, no Brasil, cresceu relevantemente, pelo tanto de entrada de estrangeiros. Temos uma diversidade muito grande de culturas e belezas naturais. O potencial turístico é exatamente essa diversidade cultural e paisagística.

2) Como você avalia o potencial turístico de Sete Lagoas? Você poderia classificar esse potencial e enumerar os recursos turísticos que representam esse potencial?

Resp.: Sete Lagoas é uma cidade que tem um grande potencial, no entanto, precisa-se de capacitação da rede hoteleira. Serra de Santa Helena, Parque da Cascata, Grutas, lagoas. Há uma preocupação em buscar recursos para projetos como o do CAT - Centro de Atendimento ao Turista.

3) Qual a estrutura organizacional da Secretaria de Turismo de Sete Lagoas? No quadro de funcionários há profissionais qualificados tecnicamente na área ambiental e turística? Quantos?

Resp.: Uma secretária, Assessor, uma turismóloga, e o diretor (graduando-se em turismo).

4) Como esta Secretaria trabalha o turismo ou seu potencial no território do município?

Resp.: Elaboração de projetos de sinalização, revitalização de praças e marcos da cidade para captação de recursos junto ao Fórum Estadual de Turismo, além da promoção de eventos culturais.

5) Há integração com outros órgãos públicos municipais? Se sim, como acontece essa integração?

Resp.: Muito. Fizemos um ofício há pouco solicitando que todo projeto em andamento das outras secretarias, que envolvam turismo, sejam comunicados. Há uma vontade muito grande de estreitar relações, de integrar as áreas comuns. É importante estarmos inteirados dos projetos das outras secretarias para não haver incompatibilidade ou redundância de projetos.

6) Há políticas públicas e instrumentos legais para o desenvolvimento do turismo em Sete Lagoas? (Quais são as diretrizes para o turismo no Plano Diretor Municipal?)

Resp.: Sim. Temos total apoio do prefeito, temos boa relação com o deputado Márcio Reinaldo. Temos buscado apoio das empresas privadas para mostrar a importância do turismo.

7) Há um conselho representativo da área? Ele funciona? Qual o seu caráter?

Resp.: Não. Alias, já foi criado através de decreto municipal e atualmente está em fase de recomposição.

8) Existe um Fundo Municipal de Turismo? Se sim, como ele funciona?

Resp.: Não.

9) Você tem conhecimento do impacto que o turismo gera na dinâmica do município de Sete Lagoas? (Se sim quais são os indicadores e os elementos de medida?)

Resp.: Não tem esses dados.

10) Qual o perfil do turista que visita o município de Sete Lagoas?

Resp.: Turista mineiro que busca mais o espaço urbano do município e turista estrangeiro que busca mais o espaço rural.

ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA PARA MONOGRAFIA II

Pesquisador: Daniel Henrique Nogueira Costa

Data: 08 / 10 / 2009

Objetivo: Contactar os protagonistas da atividade turística no município de Sete Lagoas, com representação no poder público, visando identificar seus conhecimentos sobre o turismo e a sua dinâmica no território do município de Sete Lagoas - MG.

Entrevistado: Poder público municipal de Sete Lagoas - Secretário Municipal do Meio Ambiente - Sr. Laírson Couto.

Questionamentos:

1) Qual o seu entendimento sobre potencial turístico?

Resp.: O conjunto de forças públicas e privadas na fomentação da atividade. Entre essas forças pode-se considerar pontos turísticos, estrutura física, receptividade das pessoas, dentre inúmeras outras.

2) Como você avalia o potencial turístico de Sete Lagoas? Você poderia classificar esse potencial e enumerar os recursos turísticos que representam esse potencial?

Resp.: Numa escala comparativa de 0 a 10, se Tiradentes, Poços de Caldas e Diamantina têm nota 10, Sete Lagoas, em minha opinião tem nota 7. As lagoas, Serra de Santa Helena, Parque da Cascata, Gruta Rei do Mato, os museus e as festas e eventos.

4) Você sabe se há políticas públicas e instrumentos legais para o desenvolvimento do turismo em Sete Lagoas?

Resp.: Sei que existem ações isoladas: melhoria de uma praça, de um ponto turístico. Desconheço qualquer política constante no município. Eu tento promover discussões para a melhoria e desenvolvimento do turismo, especialmente do ecoturismo, mesmo não havendo uma política específica.

5) Você crê na sustentabilidade da atividade turística? Se sim, você acredita que ela é implantada em Sete Lagoas?

Resp.: Claro que sim, como todas as atividades o turismo também pode prezar pela sustentabilidade, contudo a implementação dela em Sete Lagoas depende tanto de iniciativas públicas como do setor privado que já explora os atrativos

6) Qual ou quais os principais impactos causados pela infra-estrutura turística existente na APA de Santa Helena?

Resp.: Os impactos mais relevantes são as estradas que criam efeitos de borda e a falta de educação dos visitantes que depredam a estrutura e deixam ela sem funcionalidade

7) Para você, quais as alterações a atividade turística traz para os moradores ao redor da APA?

Resp.: Valorização dos terrenos e maior movimento de pessoas.

ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA PARA MONOGRAFIA III

Pesquisador: Daniel Henrique Nogueira Costa

Data: 10 / 10 / 2009

Objetivo: Contactar os protagonistas da atividade turística no município de Sete Lagoas, com representação no poder público, visando identificar seus conhecimentos sobre o turismo e a sua dinâmica no território do município de Sete Lagoas - MG.

Entrevistado: Poder público municipal de Sete Lagoas - A Gerente do Parque da Cascata - Sr(a) Geysel Mendes

Questionamentos:

1) Qual o seu entendimento sobre potencial turístico?

Resp.: São atrações naturais ou feitas pelo homem, físicas, eventos, shows culturais que podem ser geradores de fluxo turístico.

2) Como você avalia o potencial turístico de Sete Lagoas? Você poderia classificar esse potencial e enumerar os recursos turísticos que representam esse potencial?

Resp.: Considero muito bom a começar pela gruta rei do Mato, em seguida a Serra Santa Helena e o Parque da Cascata e depois as próprias lagoas com destaque para a Paulino e Boa Vista. O zoológico, apesar de decadente, merece atenção. O centro histórico e o museu ferroviário também são importantes.

3) Qual a estrutura organizacional Gerencia do Parque (SELTUR)? No quadro de pessoal há profissionais qualificados tecnicamente na área? Quantos?

Resp.: Presidente, Vice-presidente, Diretor Executivo, Gerente e Tesoureiro. Esse grupo compõe a Diretoria Executiva. Existe um Gestor e um estagiário e ainda os Conselhos Fiscal e Deliberativo.

4) Como esta Instituição trabalha o turismo ou seu potencial no território da APA?

Resp.: Além de buscar manter e promover o parque, com a preservação ambiental da APA, trabalhamos articulando ações e implementando-as no município mobilizando e envolvendo os agentes da cadeia produtiva do turismo (hotéis, restaurantes, agência de viagens) e até a comunidade.

5) Você sabe se há políticas públicas e instrumentos legais para o desenvolvimento do turismo em Sete Lagoas?

Resp.: Não. O que sei é que há uma nova gestão na Secretaria de Turismo. Desconheço qual a tendência da política oficial da prefeitura municipal para o Parque e a APA.

6) Você tem conhecimento do impacto que o turismo gera na APA de Santa Helena?

Resp.: Não. Nós identificamos dados oficiais. Mas não realizamos estudos acerca tais impactos, que seria de competência da secretaria do meio ambiente.

7) Você conhece o perfil do turista que visita o município de Sete Lagoas?

Resp.: Nós temos o perfil a nível do Parque, que está no site da Seltur, mas do município como um todo não tenho conhecimento.

APÊNDICE E

Atividade / Semanas	Levantamento Bibliográfico	Visita Técnica	Interpretação de Fotografias	Aplicação Questionários	Interpretação dos dados/ resultados	Conclusão do Projeto
1º Semana	X					
2º Semana	X					
3ºSemana	X	X				
4º Semana	X	X				
5º Semana		X	X			
6º Semana		X	X	X		
7º Semana		X	X	X		
8º Semana			X	X	X	X
9º Semana				X	X	X
10º Semana					X	X
11º Semana						X
12º Semana						X

TABELA 4: Cronograma

ANEXOS

ANEXO I

Transcrição do Catálogo de Espécies Florísticas da APA Serra de Santa Helena em Sete Lagoas – MG

<i>Acrocomia aculeata</i>	Macaúba
<i>Aloysia virgata</i>	Lixeira
<i>Anadenanthera falcata</i>	Angico
<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	Angico
<i>Anadenanthera peregrina</i>	Angico vermelho
<i>Annona coriacea</i>	Araticum do campo
<i>Annona crassiflora</i>	Marolo
<i>Aspidosperma ramiflorum</i>	Guatambu
<i>Bauhinia sp.</i>	Pata de vaca
<i>Bowdichia virgilioides</i>	Sucupira
<i>Byrsonima sp.</i>	Murici
<i>Cabralea canjerana</i>	Canjerana
<i>Caryocar brasiliensis</i>	Pequi
<i>Cecropia pachystachya</i>	Embaúba
<i>Cedrela fissilis</i>	Cedro Rosa
<i>Croton urucurana</i>	Sangra d'água
<i>Cedrela fissilis</i>	Cedro Rosa
<i>Copaifera langsdorffii</i>	Pau d'óleo
<i>Dimorphandra mollis</i>	Faveiro
<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Tamboril
<i>Eremanthus glomerulatus</i>	Candeia
<i>Erythina sp.</i>	Mulungu
<i>Ficus sp.</i>	Gameleira
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Mutamba
<i>Hymenaea courmaril</i>	Jatobá da mata
<i>Hymenaea stilbocarpa</i>	Jatobá do cerrado
<i>Ingá sp.</i>	Ingá macaco
<i>Jacaranda macrantha</i>	Carobão
<i>Kielmeyera coriacea</i>	Pau santo
<i>Lithraea molleoides</i>	Aroeirinha
<i>Luehea dinacorta</i>	Açoita cavalo
<i>Machaerium villosum</i>	Jacarandá Pardo
<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira do sertão
<i>Plathymenia reticulata</i>	Vinhático do campo
<i>Protium heptaphyllum</i>	Mangueira brava
<i>Pseudobombax sp.</i>	Embiruçu
<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira
<i>Pterogyne nitens</i>	Carne de vaca
<i>Tapirira guianensis</i>	Pau pombo
<i>Tabebuia ochracea</i>	Ipê do cerrado
<i>Tabebuia serratifolia</i>	Ipê amarelo
<i>Pseudobombax sp.</i>	Embiruçu
<i>Protium heptaphyllum</i>	Mangueira brava
<i>Qualea grandiflora</i>	Pau terra

<i>Qualea parviflora</i>	Pau terrinha
<i>Rapanea sp</i>	Capororoca
<i>Schizolobium parahyba</i>	Birosca, guapuruvu
<i>Senna multijuga</i>	Canafistula
<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Barmatimão
<i>Terminalia argentea</i>	Capitão do campo
<i>Terminalia brasiliensis</i>	Capitão do mato
<i>Tibouchina granulosa</i>	Quaresmeira
<i>Trichilia claussoni</i>	Piorra
<i>Xylopia sp</i>	Pindaíba
<i>Xylopia aromatica</i>	Pimenta de macaco

Fonte: Convênio Seltur/ IBAMA - Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 1997

ANEXO II

Mastofauna
<p><i>Agouti paca</i> (paca) <i>Callithrix penicillata</i> (mico estrela) <i>Chrysocyon brachyurus</i> (lobo guará)* <i>Dasyopus sp</i> (tatu peba) <i>Dasyopus novemcinctus</i> (tatu galinha) <i>Didelphis sp.</i> (gambá) <i>Dusicyon vetulus</i> (raposa) <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (capivara) <i>Leopardus pardalis</i> (jaguaririca) <i>Leopardus tigrinus</i> (gato do mato) <i>Lontra longicaudis</i> (lontra) <i>Ozotoceros bezoarticus</i> (veado campeiro) <i>Sylvilagus brasiliensis</i> (coelho do mato) Silvilagus brasiliensis (lebre)</p>
Avifauna
<p><i>Aramides sp.</i> (saracura) <i>Aratinga leucophthalmus</i> (maritaca) <i>Cariama cristata</i> (seriema) <i>Colaptes campestri</i> (picapau) <i>Columbina talpacoti</i> (rolinha caldo de feijão) <i>Coragyps atratus</i> (urubu) <i>Crotophaga ani</i> (anu preto) <i>Eupetomena macroura</i> (beija flor tesoura) <i>Furnarius rufus</i> (joão de barro) <i>Gnorimopsar chopi</i> (pássaro preto) <i>Guira guira</i> (anu branco) <i>Leptotila rufaxilla</i> (juriti gemedeira) <i>Leucopternis polionota</i> (gavião pombo) <i>Milvago chimachima</i> (gavião carrapateiro) <i>Pitangus sulphuratus</i> (bem te vi)</p>

<p><i>Ramphastos toco</i> (tucanu açu) <i>Scardafella squammata</i> (fogo apagou) <i>Sicalis flaveola</i> (canário chapinha) <i>Speotyto cunicularia</i> (coruja) <i>Turdus sp.</i> (sabiá) <i>Volatinia jacarina</i> (tisiu) <i>Zonotrichia capensis</i> (tico-tico)</p>
Herpetofauna
<p><i>Ameiva ameiva</i> (calango verde) <i>Boa constrictor</i> (cobra jibóia) <i>Bothrops jararaca</i> (cobra jararaca) <i>Bufo crucifer</i> (sapo bufo) <i>Cnemidophorus sp</i> (lagarto cinza) <i>Crotalus durissus</i> (cobra cascavel) <i>Helicops sp</i> (cobra água) <i>Hyla sp</i> (perereca) <i>Leptodactylus sp</i> (rã) <i>Mastigodias bifidatus</i> (cobra jaracuçu) <i>Micrurus frontalis</i> (cobra coral) <i>Phyllodrias sp</i> (cobra verde) <i>Platemis sp</i> (cágado) <i>Tupinambis teguixin</i> (teiú)</p>
Ictiofauna
<p><i>Hoplias sp.</i> (Traíra) <i>Bagre spp</i> (Bagre) <i>Anchoviella lepidentostole</i> (Piaba Manjuba) <i>Synbranchus marmoratus</i> (Muçum)</p>

QUADRO 1: Inventário Faunístico do IBAMA (Portaria nº 1522 de 19/12/89 – Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 2009)